

*UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA*

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Poder e Sistemas Políticos



Dissertação de Mestrado apresentada por:

Maria Cristina Pereira Nunes

Orientador:

Prof. Doutor Francisco Martins Ramos

"Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri"

*Évora
2005*

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: Poder e Sistemas Políticos

Dos Filhos de Sanchez aos Filhos de São Geraldo

Dissertação de Mestrado apresentada por:

Maria Cristina Pereira Nunes



155004

Orientador:

Prof. Doutor Francisco Martins Ramos

"Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri"

Évora
2005

Eu gosto da minha terra. Meu amor é São Geraldo.

José de Matos Júnior

AGRADECIMENTOS

Acautelada para não correr o risco do esquecimento, expresso o meu agradecimento a todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram, de forma objectiva ou outra, para a realização deste trabalho.

O meu destacado agradecimento ao Prof. Doutor Francisco Martins Ramos, meu orientador, por me ter conduzido e apoiado académica e pessoalmente desde o início.

Aos meus interlocutores Sr. José de Matos Júnior, Esfarrapa e Joaquim Padeiro por terem disponibilizado amigavelmente a história das suas vidas, as suas memórias, sabedoria, experiência, tempo e boa disposição, no auxílio decisivo para a feitura do trabalho.

Ao Sr. António Filipe e ao Nuno pela visita guiada.

À Tininha por ter encontrado *Os Filhos de Sanchez*

Ao Álvaro pelo companheirismo, cumplicidade e porto de abrigo.

E porque os últimos serão sempre os primeiros, à D. Arminda, ao Sr. Armando e ao Rui, esteja ele onde estiver.

Obrigada a todos.

RESUMO

Dos Filhos de Sanchez aos Filhos de São Geraldo

Este trabalho debruça-se sobre a história de vida de três filhos da aldeia alentejana de S. Geraldo - Montemor-o-Novo. Contextualizar a vida aldeã constitui o objectivo principal da pesquisa. Coligir memórias da aldeia e descrever a vida de três dos seus habitantes, de forma a complementar informação sobre a evolução da comunidade, os objectivos específicos. O recurso à autobiografia, momento central da pesquisa, surge como forma reveladora de um certo vivido social, na medida em que se pretende, através do cruzamento da informação, perceber o percurso da comunidade. Não se trata, portanto, da produção de um estudo monográfico, mas sim da elaboração do retrato de três vivências aldeãs inseridas, naturalmente, no contexto e trajecto da comunidade. Metodologicamente utiliza-se o trabalho de campo, com o inevitável recurso às técnicas da observação directa, entrevista semi-directiva e pesquisa bibliográfica.

ABSTRACT

From The Children of Sanchez to The Children of São Geraldo

This work approaches the documents of life of three inhabitants of S. Geraldo's village – Montemor-o-Novo, Alentejo. Contextualizing the rural life is the main goal of this research. Other objectives are: putting together the memories of the village and describing the life of three individuals in order to complement the information about the community history. This study is not a monography. My intention is to produce the portrait of three individual's stories within S. Geraldo history. The methodological approach is fieldwork with the necessary use of direct observation, semi-structured interviews and documental analysis techniques.

Plano Esquemático

Nota Introdutória

Capítulo 1 – Questões Teórico / Conceptuais

Capítulo 2 – Metodologia

Capítulo 3 – A Aldeia

Espaço físico, população e vida sócio-económica

A problemática do desenvolvimento

Capítulo 4 – O Trabalho no Campo

Capítulo 5 – De Wladek a José de Matos Júnior

Considerações Finais

Bibliografia

Índice

Anexos

Anexo 1 – Duas histórias de vida complementares

Mãos na Terra

Anexo 2 – Visita a Locais Emblemáticos

NOTA INTRODUTÓRIA

*Enquanto eu defender o ideal de um espectador ideal,
do conhecimento sem ponto de vista,
só poderei ver a minha situação como uma fonte de erro.*

Merleau-Ponty

O presente trabalho corresponde à apresentação da dissertação de Mestrado em Sociologia, área de especialização de Poder e Sistemas Políticos. O objecto centra-se no estudo de uma comunidade, veiculado por três histórias de vida. Trata-se de uma comunidade rural alentejana e reporta-se à segunda metade do século passado, no momento em que a actividade agrícola caracterizava o seu quotidiano.

A realização dos objectivos depende muitas vezes dos meios disponíveis, entre os quais se salienta o tempo, os recursos financeiros, possibilidades de acesso a fontes de informação, etc. (Lima 1995). No entanto, e partindo do princípio que estas dificuldades assistem, por norma, a qualquer investigação, deve manter-se a prudência suficiente para que um dos princípios mais básicos de todo o processo científico, o planeamento de todo o trabalho em função dos objectivos propostos, seja realmente atingido. Assim, o presente trabalho, pela natureza e âmbito que lhe são inerentes exige a tomada de algumas opções, de forma a pôr de parte a ideia de um levantamento completo da zona que me proponho estudar. Até porque não é minha intenção elaborar uma monografia.

Perceber e conhecer melhor a comunidade de São Geraldo na perspectiva dum actor local a partir da sua narrativa, ou seja, a partir da forma como o narrador a interpreta e a percebe é o objectivo geral do trabalho. Obviamente que com isto não tenho a pretensão de conhecer integralmente a trajectória da comunidade. Como objectivos específicos, pretendo coligir as memórias da aldeia, descrever a vida de três dos seus habitantes e contextualizar a vida camponesa, de forma a complementar informação sobre a evolução da comunidade. Sendo certo que, mesmo sob o signo da complementaridade, este tipo de informação não sendo nuclear poderá, no entanto, contribuir para a compreensão de uma realidade mais ampla. O recurso à história de vida, momento central da pesquisa, surge como forma reveladora de um certo vivido social, na medida em que se pretende, através do cruzamento da informação, perceber melhor a comunidade. Não se trata, portanto, da produção de um estudo monográfico, mas sim da elaboração do retrato de três vivências aldeãs inseridas, naturalmente, no contexto e trajecto da

comunidade. Metodologicamente utiliza-se o trabalho de campo, com o inevitável recurso às técnicas da observação directa, entrevista semi-directiva, pesquisa bibliográfica. Espaço particular para salientar ainda o recurso à autobiografia do principal interlocutor, escrita pelo próprio, que, obviamente, traduzirá o ponto alto da presente pesquisa, em grande parte por ser muito difícil reunir as condições necessárias para que um testemunho desta importância tome forma como documento de trabalho.

Por altura da elaboração da pesquisa que viria a dar forma ao trabalho final da licenciatura em Sociologia (*Mãos de Barro: a Olaria de S. Pedro do Corval*), tive oportunidade de me envolver na temática das Histórias de Vida. Usei a autobiografia (indirecta) dum oleiro (informante-chave) para compreender melhor alguns aspectos relacionados com a comunidade e a sua principal actividade “de sempre” – a olaria. Embora tivesse constituído uma forma complementar de recolha de informação, desde logo, me atraiu a ideia: por questões de preferência pessoal, dificilmente explicáveis, e por considerar que estes documentos podem ser muito válidos para a melhor compreensão de algumas realidades. Assim surgiu o interesse da autora por este tipo de “estratégias de investigação”.

Estruturalmente, o trabalho é dividido em cinco capítulos. No Capítulo 1 – **Questões Teórico / Conceptuais**, abordarei teoricamente a questão da produção de histórias de vida, recorrendo a vários exemplos emblemáticos da área; dedicarei o Capítulo 2 – **Metodologia**, ao percurso metodológico utilizado, com especial enfoque para a autobiografia. Ao Capítulo 3 – **A Aldeia**, destinei a caracterização, sucinta, da comunidade, quer do ponto de vista do espaço físico, da população e da vida sócio-económica, quer abordando, esquematicamente, a problemática do desenvolvimento das pequenas comunidades; o Capítulo 4 – **Trabalho no Campo**, surgiu muito depois da planificação inicial, por imposição da importância que o tema exerce nas memórias dos interlocutores, uma vez que preencheu grande parte das suas vidas. O corpo do trabalho é rematado com o

Capítulo 5, e último, – De Wladek a José Matos Júnior, que consiste na apresentação da autobiografia do principal interlocutor deste documento, assistida com os comentários que se julgaram importantes e oportunos para o seu enquadramento, análise e localização. O trabalho termina com as **Considerações Finais**, texto que coloca em destaque os tópicos mais relevantes do estudo realizado e se consubstancia num espaço de reflexão.

Momento último para clarificar a opção do título *Dos Filhos de Sanchez aos Filhos de São Geraldo*. Sem querer ter a pretensão de equiparar, sob qualquer perspectiva, o presente trabalho à obra de Óscar Lewis, *Os Filhos de Sanchez*, pareceu-me elucidativo e apropriado fazer a ponte entre os dois objectos de estudo, sobretudo no que respeita ao suporte metodológico utilizado – a autobiografia (ainda que o autor tenha utilizado a autobiografia indirecta e eu a autobiografia directa e indirecta). A obra de Lewis acolhe cinco histórias de vida cruzadas de uma família pobre da Cidade do México (o pai e quatro filhos). Foi esta articulação que procurei no título, porque afinal considero os interlocutores do meu trabalho filhos (não os únicos) de São Geraldo, como acredito ser o sentimento dos próprios, conforme teremos oportunidade de verificar ao longo do texto.

CAPÍTULO 1
QUESTÕES TEÓRICO / CONCEPTUAIS

Para principiar mais vale que nos sirvamos das questões que se apresentam espontaneamente aos nossos sentidos (...) do que procurar outras raras e complicadas.

Parecia-me que poderia encontrar muito mais verdade nos raciocínios que cada um forma sobre os assuntos que para si são importantes.

Descartes

O documento autobiográfico é sempre uma fonte preciosa para o estudo do passado.

Jaime Reis

No presente capítulo tentarei contextualizar o que de mais significativo e emblemático se tem produzido neste campo – o uso de histórias de vida como forma de compreender realidades comunitárias. Entre outras, não poderia deixar de prestar atenção e homenagem a duas das obras que marcaram esta forma de produção de conhecimento. Refiro-me a *The Polish Peasant in Europe and America* de W. I. Thomas e Florian Znaniecki e a *Os Filhos de Sánchez* de Oscar Lewis.

Apesar do trabalho desenvolvido por Óscar Lewis ser fundamental, poderei debruçar-me, especialmente, sobre a primeira obra referida, na medida em que o presente estudo assenta sobretudo na autobiografia (escrita pelo próprio) interlocutor principal – José Matos Júnior.

Embora fortemente criticado por alguns, nada impediu que *The Polish Peasant in Europe and America* se tornasse num clássico da história da sociologia americana e num estudo de referência, tendo até impulsionado o uso da metodologia baseada na história de vida em disciplinas como a Sociologia, a História, a Psicologia e a Antropologia.

O surgimento da obra como a conhecemos, que entre recolha e publicação levou mais de uma década, foi resultado de uma parceria muito feliz entre os autores que se conheceram em 1913, numa das visitas de Thomas à Polónia a propósito do material que andava a recolher sobre imigrantes que vinham para os Estados Unidos, especialmente os oriundos da Europa de Leste. Por uma questão de obrigatoriedade em limitar o seu objecto de estudo, decidiu-se pelos polacos – “Thomas foi-se apercebendo que teria de concentrar os seus interesses se quisesse desenvolver o estudo com a profundidade desejada. Subsequentemente fez outras investigações empíricas mas nunca mais em tão grande escala e tão intensivamente”. Primeiro pela dimensão da comunidade e depois pela desorganização individual e social da mesma – “a comunidade polaco-americana estava inundada com os mais variados problemas sociais relacionados com

processos de assimilação e urbanização, e em particular com conflitos familiares e crime” (Janowitz 1966: xxiii e xxiv).¹

De início, Znaniiecki colaborava com Thomas na recolha material, na edição e na tradução de documentos polacos, na formulação de ideias fruto de discussões e conversas entre ambos. Ideia original de Thomas, obedecia ao que ele tinha esquematizado. No entanto, nunca se tinha atraído por questões metodológicas ou filosóficas. Foi Znaniiecki que o convenceu a incluir uma nota introdutória sobre a metodologia utilizada, ou não fosse esta uma das suas áreas de eleição. “Foi depois de Znaniiecki escrever a Nota Metodológica, (...) que Thomas decidiu colocar o seu nome na capa do livro. (...) A contribuição de Thomas assentou na penetração psicológica, na curiosidade compreensiva, e numa rara sabedoria; enquanto que a de Znaniiecki se situou na sofisticação filosófica, na erudição histórica e no talento para a sistematização” (Bierstedt 1969: 11). Znaniiecki “foi claramente o parceiro mais novo nesta equipa de investigação mas um colaborador de pesquisa que deu uma contribuição muito significativa (Janowitz 1966: xxv).² “Ao nível do método, o maior interesse de Thomas situava-se nos documentos pessoais, aquelas expressões particulares que dão um indicador independente da organização individual. Usou cartas e outros tipos de material escrito, mas a história de vida foi crucial. Durante algum tempo estes materiais ocuparam uma posição central na investigação sociológica, continuando a reaparecer”. No entanto, o processo encaminhou-se para o recurso a entrevistas técnicas, abordagens clínicas e observação participante. Neste sentido e devido à mudança dos requisitos empíricos “o seu ponto de vista foi reconhecido, na medida em que a entrevista já não é vista como

¹ “Thomas slowly became aware that he had to concentrate his interests if he were to press his study in the depth he required. Subsequently he did further empirical research, but never again on such a grand scale and with such intensity”. (...) “the Polish-American community was beset with the full range of social problems linked to assimilation and urbanization, and in particular with family strife and crime” (Janowitz 1966: xxiii e xxiv).

² It was after Znaniiecki wrote de Methodological Note, (...) that Thomas decided to add his name to the title page of the book. (...) Thomas contribution was a psychological penetration, a comprehensive curiosity, and a rare wisdom; Znaniiecki’s philosophical sophistication, and historical erudition, and talent of systematization” (Bierstedt 1969: 11). Znaniiecki “was clearly the junior partner in the research team, but a research collaborator who made a meaningful contribution” (Janowitz 1966: xxv).

um instrumento neutro mas reconhecida como constituindo, ela própria, um processo social” (Janowitz 1966: 1).³ Assim, o investigador deverá ter uma posição crítica face ao material que recolhe, ou seja, ter presente o contexto social.

W. I. Thomas primeiro e Florian Znaniecki depois integraram a chamada Escola de Chicago e apesar do trabalho desenvolvido na Europa foi aquela “que influenciou a criação de um modelo sociológico referencial, tarefa multiforme de que a pesquisa autobiográfica foi, somente, uma das diversas técnicas utilizadas. Por outro lado, através da Escola Culturista Norte-Americana, a história de vida entrou definitivamente na paisagem antropológica, com as valiosas influências da Psicologia Social, da Psiquiatria e da Psicanálise nascentes” (Ramos 2001: 58).

Mesmo depois dos camponeses polacos serem assimilados no seio da cultura americana, o tema “mantém o seu fascínio e significado para o conhecimento profundo que contem acerca da pessoa, as suas atitudes e valores, o sua desorganização e reorganização consoante mude de uma cultura para outra”. De destacar ainda “o uso extensivo dos documentos pessoais como instrumento de pesquisa” (Bierstedt 1969: 10 e 12).⁴

O objecto de estudo da obra, em muitos aspectos inovador, foi a etnobiografia de um imigrante polaco em Chicago, Wladek Wisniewski. Pierre Tripier no prefácio explica como tudo sucedeu: “em finais de 1914, um antigo padeiro, trabalhador a tempo parcial na construção civil, leu no jornal da comunidade polaca em Chicago um pequeno anúncio que oferecia cinco dólares por pacote de cartas pessoais. Recentemente casado, tendo perdido o ofício de padeiro (bem melhor remunerado do que o de operário), endividado, Wladek Wisniewski respondeu ao anúncio levando as suas cartas à morada indicada. O comprador propôs-lhe ainda

³ “At the level of method, Thomas’ main interest was in human documents, those self-generated expressions which supply an independent indicator of individual organization. He used letters and other types of written materials, but the life history document was crucial. For a period these materials occupied a central position in sociological research, and they still continue to reappear”. (...) “his point of view has been given recognition in that the interview is no longer thought of as a neutral instrument but is recognized as a social process it-self” (Janowitz 1966: 1).

⁴ “maintains its fascination and its significance for the insights it contains about the human person, his attitudes and values, his disorganization and reorganization as he moves from one culture to another”. (...) “the extensive use of personal documents as an instrument of research” (Bierstedt 1969: 10 e 12).

a tarefa de escrever algumas páginas autobiografadas, que seriam igualmente remuneradas. Se fossem consideradas de interesse, poderia receber um verdadeiro salário com o seu trabalho de escritor” (Tripier 1998: 5).

Quando Wladeck acabou de escrever a autobiografia, o resultado final foi tão agradável que os próprios autores referiram: “podemos afirmar, sem risco de engano, que as histórias de vida pessoais, tão completas quanto possível, constituem o tipo perfeito de material sociológico, e se as ciências sociais são obrigadas a recorrer a outros materiais, sejam eles quais forem, é unicamente pela dificuldade prática em dispor actualmente dum número suficiente de tais histórias para cobrir a totalidade dos problemas sociológicos e do enorme quantidade de trabalho que exige uma análise adequada de todos os materiais pessoais necessários para caracterizar a vida de um grupo social” (Tripier 1998: 5).⁵ De facto, o que os autores quiseram demonstrar foi que em condições óptimas as histórias de vida pessoais constituíam o tipo de informação perfeita para qualquer estudo sociológico.

The Polish Peasant in Europe and America foi fundamental sobretudo porque constituiu a primeira investigação sociológica a utilizar documentos pessoais (autobiografias, cartas pessoais, diários e descrições feitas pelo próprio objecto de estudo); por outro lado pela importante introdução metodológica elaborada com “oportunos comentários sociológicos sobre os temas abordados e uma sólida conclusão, construída com base numa teorização bem explícita, ligando os destinos individuais com os movimentos históricos colectivos” (Ramos 1998: 62).

⁵ “vers la fin de l’année 1914, un ancien ouvrier boulanger travaillant à temps partiel dans les abattoirs lit dans le journal des Polonais de Chicago une petite annonce offrant d’acheter des lettres personnelles à cinq dollars de paquet. Récemment marié, ayant perdu son travail de boulanger (bien mieux rémunéré que celui des abattoirs), endetté, Wladek Wisniewski répond à la petite annonce. Il porte ses lettres à l’adresse indiquée. Son acheteur lui propose alors d’écrire quelques pages autobiographiques qui lui seront aussi rémunérées. Si on les trouve intéressantes, il pourra gagner un vrai salaire avec son travail d’écriture. Quoiqu’il ne considère pas celui-ci comme valorisant, il se lance dans l’essai, faute de trouver autre chose de mieux” (Tripier 1998: 5). (...) “on peut affirmer sans risque de se tromper que les récits de vie personnels, aussi complets que possible, constituent le type parfait de matériau sociologique, et que si les sciences sociales sont obligées de recourir à d’autres matériaux, quels qu’ils soient, c’est uniquement en raison de la difficulté pratique qu’il y a actuellement à disposer d’un nombre suffisant de tels récits pour couvrir la totalité des problèmes sociologiques, et de l’énorme quantité de travail qu’exige une analyse adéquate de tous les matériaux personnels nécessaires pour caractériser la vie d’un groupe social” (Tripier 1998: 5).

Embora as críticas apontem em vários sentidos, é inegável que *The Polish Peasant in Europe and America* de W. I. Thomas e Florian Znaniecki constitui um clássico da Sociologia.

Em 1961 é publicada a obra de Óscar Lewis, intitulada *The Children of Sanchez: autobiography of a mexican family*. Nas palavras que dão início à introdução, o autor explica que “este livro trata de uma família pobre da Cidade do México, Jesus Sánchez, o pai, de cinquenta anos, e os seus quatro filhos: Manuel, de trinta e dois, Roberto de vinte e nove, Consuelo de vinte e sete e Marta de vinte e cinco”. E continua referindo que o seu objectivo é “dar ao leitor uma visão clara da vida de família e do que significa crescer numa casa de uma só divisão num bairro pobre no centro de uma grande cidade da América Latina que está a sofrer um processo de transformação social e económica acelerado” (Lewis 1970: 11).

Na parte introdutória do trabalho, Lewis mostra preocupação em explicar e justificar a utilização da autobiografia como método de investigação e assim assinalar a defesa contra dois perigos comuns quando se estuda os mais pobres: a “hiper-sentimentalização” e a “brutalização”. Com o método utilizado, o autor pretendeu, por um lado, dar “uma visão cumulativa, multifacetada, panorâmica de cada indivíduo, da família como um todo, e de muitos aspectos da vida da classe baixa mexicana” e por outro lado “reduzir o elemento subjectivo do investigador” na medida em que a autobiografia é elaborada sem intermediário porque é o próprio sujeito que relata, livremente, o seu percurso.

Admite ainda que o seu treino de antropólogo, os seus anos de familiaridade com a cultura mexicana, os seus próprios valores e até a sua personalidade influenciaram os resultados finais do estudo. Por isso, ao mesmo tempo que utilizava um método directivo nas entrevistas, encorajava a associação livre e era um ouvinte atento (Lewis 1970).

Lewis presta um verdadeiro préstimo pedagógico ao explicar detalhadamente o processo da elaboração do trabalho. Depois de conquistada a confiança da família

Sanchez, tentou abranger de maneira sistemática o maior número possível de temas. Na preparação da publicação das entrevistas, procedeu à eliminação das perguntas que tinha efectuado, seleccionou, ordenou e organizou o material em histórias coerentes. Acredita ainda que as biografias produzidas têm “arte e vida” e crê que este facto “de forma nenhuma limita a autenticidade dos dados nem a sua utilidade científica” (Lewis 1970:20).

Pouco a pouco, Lewis consegue a confiança dos autobiografados tendo passado centenas de horas com eles; comeu em sua casa, foi aos seus bailes e festas, visitou os locais onde trabalhavam, conheceu os seus parentes e amigos, participou em peregrinações, iam juntos à igreja, ao cinema e a competições desportivas. A identificação com o trabalho do autor e o “sentido de participação no projecto de pesquisa de ordem científica, embora tivessem uma ideia vaga do sentido disso, proporcionava-lhes satisfação e um sentimento de importância que os fazia sair dos horizontes limitados da sua vida quotidiana” (Lewis 1970:19).

O local onde decorreria a acção não era novo para Lewis, uma vez que desde 1951 (altura em que fez um estudo sobre a urbanização dos camponeses da aldeia Azteca que se instalaram na Cidade do México) conhecia bem a *vencindad* da Casa Grande (uma habitação ampla com um só andar, no centro da Cidade do México). O campo de acção das vidas da família Sanchez situava-se entre a Casa Grande e a *vencindad* de Panaderos. Zona onde o homicídio, a embriaguez e a delinquência atingiam um elevado índice.

Relativamente à utilidade da obra, o autor acredita que o material apresentado “tem implicações importantes para a nossa reflexão e medidas tomadas em relação aos países subdesenvolvidos do mundo, particularmente na América Latina. Esclarece alguns pontos complexos de ordem social, económica e psicológica que têm de ser enfrentados se se pretende transformar e suprimir a cultura da pobreza no mundo” (Lewis 1970: 27). Estabelece ainda correlação entre o progresso das condições materiais de vida e as alterações ao nível das atitudes e dos sistemas de

valores dos pobres. Neste sentido, prova-se que uma das finalidades intencionais do autor foi, de entre outras, alertar para o problema da pobreza nos bairros degradados da Cidade do México em particular e da América latina em geral. Através das narrativas da trajectória dos elementos de uma família tenta dar pistas sobre a vivência da comunidade em si.

Por último, e “apesar das críticas a Óscar Lewis por consubstanciar o seu trabalho em cinco histórias de vida cruzadas, a obra *Os Filhos de Sanchez* não caiu no esquecimento” (Ramos 1996: 47).

Por todo um conjunto de factores, a tradição oral, segundo Jean Poirier, Simone Clapier -Valladon e Paul Raybaut (1995), deixou de ser transmitida; as pessoas mais velhas, por se sentirem desvalorizadas e até desqualificadas, não se sentem capazes de poder “contar-se” aos netos, cujas concepções e práticas de vida são completamente divergentes. O “planeta dos jovens” é um outro mundo. Foi Flaubert quem registou a primeira história de vida através de uma simples conversa – sem auxílio do megafone. Esta experiência baseou-se na exigência de estudo de indivíduos “anónimos”. “A história de vida pode constituir um instrumento essencial da pesquisa em ciências humanas (...) e servir para ilustrar e para completar os resultados de uma pesquisa que use conjuntamente outros métodos” (Poirier et al. 1995: 87).

Segundo Francisco Martins Ramos, a história de vida, em sentido restrito “não é método, nem é técnica; a história de vida é um produto e um meio de produção” (Ramos 2001: 58). A técnica que serve de base à recolha deste tipo de informação é a técnica da entrevista semi-directiva, privilegiando a não-directividade, popularizada desde 1942 por Carl Rogers, que deixa largamente lugar para divagações por parte do narrador. Segundo Morris Zelditch (1962), a conversa e entrevista informais constituem a técnica mais adequada para colher acontecimentos, práticas e narrativas (Costa 1986).

A história de vida única centra-se, fundamentalmente na repetição das entrevistas. É fundamental que se respeite o ritmo próprio do entrevistado ao ponto de poder alongar-se na “digressão e na anedota”. Obviamente que o entrevistador pode orientar a entrevista para não se desviar totalmente do que ali está em questão e para temas que não foram espontaneamente abordados; daí o interesse de um plano ou guião de entrevista.

Daniel Bertaux utiliza o termo “histórias de práticas” para referir que as histórias de vida “constituem somente um meio, entre outros, mas sem dúvida o melhor, de apanhar o sentido das práticas individuais”. No entender do autor, é pela história de vida, que se pode observar o que nenhuma outra técnica permite atingir: “(...) as próprias práticas, os seus encadeamentos, as suas contradições, o seu movimento” (Bertaux 1976:125).

Uma das críticas feitas às histórias de vida é o seu elevado nível de subjectividade. No entanto, “(...) se a subjectividade está sempre presente em qualquer história de vida, a referência ao social não o está menos – este surge na própria construção da história de vida, que põe frente a frente um narrador e um narratário”. Mais que o acontecimento, aquilo que se procura e encontra na história de vida é “(...) a representação social – feita de imaginário, de processos cognitivos, de construções intelectuais, de imagens, de afectos e de crenças” (Poirier et al. 1995:149).

Alberto Martinho (1998) ilustra a sua obra *O Caixão das Almas. Desigualdade Social numa Aldeia Serrana* com uma brilhante história de vida (Ramos 2001). O autor é familiar do narrador e nasceu da Aldeia da Giesta (pseudónimo utilizado para salvaguardar a confidencialidade dos intervenientes) e segundo sua opinião pode ter havido vantagem desse facto. Tentou evitar que o narrador falasse por si, sem qualquer controle. Neste sentido, usou para a colecta da narração a técnica da entrevista semi-directiva que lhe permitiu controlar minimamente a memorização e a tomada de notas, por um lado, e por outro respeitar a liberdade de expressão do

narrador. Precavido contra os riscos desta técnica, Martinho procedeu ao cruzamento das informações recolhidas com as de outros habitantes da aldeia.

Parte da hipótese de que “a desigualdade marca a estrutura social de uma aldeia de montanha no distrito da Guarda” e estrutura a obra em nove pontos: “do ponto 1 ao ponto 7 (...) as fases do ciclo da vida, desde o nascimento, à infância, à adolescência, ao namoro, ao casamento, à vida do marido e mulher e à vida dos pais e filhos (...). No ponto 8 (...) a viuvez (...). No ponto 9 (...) a velhice e a morte” (Martinho 1998: 26 e 27).

Outra das obras que utiliza o documento autobiográfico como fonte é *Senhores da Terra: diário de um agricultor alentejano (1832-1889)* de Ana Cardoso de Matos, Conceição Andrade Martins e M. Lurdes Bettencourt. A personagem central é Parreira Cortez, agricultor alentejano (Serpa) que deixou um testemunho notável do que foi a sua vida ao escrever de 1866 a 1889, 20 livros (...) em excelente estado de conservação”, 18 dos quais designados de Pandemónios (apontamentos de variadíssima temática). A informação recolhida fornece dados ricos sobre as tradições, usos e costumes da época o que permitiu às autoras não só saber como um lavrador montou e administrou a sua casa agrícola, mas sobretudo “equacionar as questões base que se colocavam à agricultura de então” (Matos et al 1982: 23 e 26) e à sociedade em geral que, como é sabido atravessava um período de transição.

A propósito da transferência da Aldeia da Luz, Rosária Caeiro Grilo tenta “conhecer o processo global de mudança na aldeia da Luz, veiculado pelo testemunho autobiográfico de um dos seus habitantes” (Grilo 1999: 11). Visando sobretudo transcrever e dar a conhecer a opinião de um homem apegado à sua aldeia, bem como a sua perspectiva sobre a comunidade em relação aos factos passados e aos factos actuais. A autora espera ainda, com o testemunho oral do informante-chave (escolhido por ter um lugar preponderante na unidade social em estudo), ficar a conhecer melhor as mudanças políticas, económicas, sociais, demográficas e culturais (Grilo 1999).

Outro trabalho merecedor de realce é da autoria de Ana Margarida Barroso (1999) e aborda a temática da sociabilidade numa prisão feminina reconstruindo algumas histórias de vida de reclusas (Ramos 2001).

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

Os próprios métodos de trabalho científico, nos diferentes ramos do saber, revelam-se estreitamente aparentados a quem os considere de perto; é apenas a adaptação aos seus objectos especiais que leva a parecerem a manifestação de actividades diferentes.

M. Planck

As narrativas não matam a ciência.

Marie Louise Pratt

O objecto social não é uma realidade exterior, é uma construção subjectivamente vivida.

Lessard-Hébert

Qualquer procedimento de investigação que nos consiga dizer alguma coisa acerca da orientação subjectiva dos actores humanos tem de reclamar a consideração académica.

Martin Blumer

O trajecto de qualquer investigação sobre (ou pode sofrer) ajustes derivados de várias situações. Assim e à medida que vamos tendo contacto com a realidade que pretendemos conhecer, novas perspectivas podem surgir ou então serem retocadas.

O processo é cumulativo e, em alguns aspectos, imprevisível.

O presente trabalho iniciou-se de forma exploratória, permitindo a definição dos objectivos. Como fase inicial que constituiu, incluiu algumas leituras e primeiros contactos com o principal informante-chave, primeiro, e como os outros dois, logo a seguir. Constituído-se a abordagem qualitativa como a mais adequada para a compreensão do mundo humano, suas atitudes, representações e motivações, foi a opção evidente para o enquadramento da pesquisa, porque o que se pretende é perceber e conhecer melhor a comunidade de São Geraldo a partir da narrativa da personagem principal, ou seja, a partir da forma como o narrador a interpreta e a vê.

Erikson uma vez referiu que “a investigação interpretativa (...) partilha um interesse fulcral pelo significado conferido pelos actores às acções nas quais se empenharam. (...) é um processo de interpretação que desempenha um papel chave na vida social. Deste modo, torna-se claro que para estudar o social seja imprescindível compreendê-lo. Esta abordagem fornece ao investigador, segundo Diogo Moreira, «uma visão de dentro» da realidade social, pois torna inteligíveis “perspectivas, culturas e visões do mundo dos autores envolvidos” permitindo compreender processos sociais, cuja natureza transcende o mero somatório das opiniões e atitudes individuais. (Grilo 1999:12 e 13).

O método deve sempre adaptar-se aos objectivos da investigação, pelo que “a natureza do objecto de análise é que deverá determinar a escolha dos instrumentos de pesquisa” (Lima 1995:19). Por outras palavras “o procedimento ou estratégia de investigação está relacionado com a forma como a investigação é planeada e realizada. Isto significa que é preciso escolher o método mais apropriado e decidir como aplicá-lo à área em estudo” (Giddens 1997:795).

O método da pesquisa de terreno constituiu o suporte metodológico do presente trabalho. Para denominar o mesmo estilo de pesquisa, entendida como “o conjunto dos procedimentos técnicos de recolha de informação empírica” (Costa 1986: 129) recorro frequentemente à designação “trabalho de campo”. Para Raul Iturra “o trabalho de campo procura, no conjunto da informação sobre o presente e o passado contextualizar as relações sociais que observa; a observação participante é pontual, o trabalho de campo é envolvente” (Martinho 1998: 21)

Segundo Pina Cabral, o conhecimento que o investigador cria da sociedade que está a estudar, é profundamente marcado pelas relações sociais que estabelece enquanto está no terreno. Continua, argumentando que o investigador “não pode evitar *treinar* as pessoas com as quais contacta diariamente e que acabam por ser os seus *informantes*”. Para o autor não faz sentido evitar este termo, utilizando para o efeito o exemplo da não aceitação do investigador por parte dos donos de uma fábrica se se tornar amigo do agente sindical (Cabral 1991: 65).

À semelhança de qualquer outra investigação científica, “o trabalho de campo é sempre uma tentativa de responder a perguntas e é mais provável que um investigador dê respostas adequadas às questões que formulou claramente do que a questões que absolutamente não formulou. (...) Entra em campo com uma ideia razoavelmente compreensiva dos tipos de coisas que deseja descobrir e de como deve proceder, (...), não deseja descobrir tudo sobre o povo que está estudando; a vida é muito curta e a variedade de actividades humanas e de conhecimentos especializados sobre elas é muito ampla” (Beattie 1971: 95 e 96).

A escolha deste método vem ao encontro do equilíbrio que se deseja com os objectivos propostos, na medida em que é adequado aos estudos das pequenas comunidades sociais e, tanto quanto possível, da articulação das várias dimensões do objecto que se pretende estudar (Costa 1986), como é o caso. A história de vida, a observação directa como “olhar sobre uma situação sem que esta seja modificada (...), e que tem por objectivo a recolha de dados sobre a mesma” (Ghiglione e

Matalon 1997: 7), a entrevista semi-directiva; a pesquisa documental constituíram os procedimentos técnicos para a recolha da informação, entendendo as técnicas de investigação como “conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na *recolha* e *tratamento* da informação requerida pela actividade de pesquisa” (Almeida e Pinto 1975: 78).

O narrador exprime-se não só por palavras mas também por todo um conjunto de expressões gestuais que é importante reter. Foi essencialmente neste sentido que se recorreu à observação directa, uma vez que é realizada pelos sentidos sem interferência de documentos ou os protagonistas.

A pesquisa bibliográfica/documental foi igualmente importante para que o presente trabalho tomasse forma, já que sem ela seria inexecuível, porque segundo Diogo Moreira “a pesquisa puramente empírica é virtualmente impossível” (Grilo 1999: 16). É graças a todo um corpo teórico já consubstanciado, do qual me muni, que pude não só perceber questões de natureza teórica e até prática, como, por vezes, redireccionar a própria pesquisa. Todas as obras e estudos elaborados servem, também, para nos revelarem testemunhos, maneiras de fazer e agir. É muito pouco inteligente e até “intelectualmente deselegante” não aproveitar outras experiências e, poder, de alguma forma, contribuir para a sua perpetuação.

Como já tive oportunidade de referir introdutoriamente, a autobiografia de José Matos Júnior é, se me é permitido ser tão emotiva, o coração deste estudo. Porque de acordo com Triviños “as tentativas de compreender a conduta humana isolada do contexto no qual se manifesta criam situações artificiais que falsificam a realidade, levam a engano, a elaborar postulados não adequados, a interpretações equivocadas” (Grilo 1999: 12), importa sobretudo, neste caso, o enquadramento do narrador dentro da realidade social, o seu olhar sobre factos e acontecimentos e a leitura que deles faz.

A questão das histórias de vida continua a ser tema de discussão no campo metodológico. De qualquer forma e segundo Jean Penneff na sua obra *La Méthode Biographique*, actualmente podemos “abordar o tema da autobiografia, das

histórias de vida ou da história oral com mais serenidade” até porque continua a ser mobilizador. Para o autor, a primeira função do método biográfico é indiscutível para os investigadores: “é um meio rápido para chegar ao conhecimento das características dum indivíduo, do seu itinerário familiar e escolar ou a sua trajectória socioprofissional, analisados relativamente à sua situação presente”. Podendo ainda constituir um documento histórico (Peneff 1990: 5 e 6).⁶ Um dos pontos controversos, relativamente à autobiografia é a sua própria designação e, obviamente, o posicionamento conceptual. Entre método, metodologia e técnica são variadas as posições dos teóricos. Deste modo, optei “com clareza intelectual, designá-la como estratégia de investigação” (Ramos 2001: 69).

À semelhança da obra de W. I. Thomas e Florian Znaniecki *The Polish Peasant in Europe and America*, uso a autobiografia como parte central do presente trabalho. No meu caso complementado, ainda, pela história de vida de outros dois habitantes que remeto, pela sua função, para anexo.

Interessa, antes de mais, distinguir um aspecto fulcral: a diferença entre autobiografia directa e autobiografia indirecta (mesmo a este nível as denominações diferem). Assim, e no entender de Jean Poirier “só merecem a designação de *autobiografias* as biografias directas, quer dizer, aquelas que são elaboradas sem intermediário, pelo próprio sujeito, que se conta livremente”. A diferenciação essencial situa-se na existência ou não de um intermediário. Enquanto na autobiografia directa é o próprio narrador que conta a sua história, na autobiografia indirecta existe a presença de um intermediário “que assume uma função complexa, a um tempo de incitador, coordenador e moderador” (Poirier et al: 1995: 19).

⁶ “aborder le thème de l’autobiographie, des histoires de vie ou de l’histoire orale avec plus de sérénité”, (...), “elle est un moyen rapide de parvenir à la connaissance des caractéristiques d’un individu, que ce soit son itinéraire familial et scolaire ou sa trajectoire socioprofessionnelle, étudiés par rapport à sa situation présente” (Peneff 1990: 5 e 6).

Poirier prefere utilizar o termo etnobiografia para a distinguir da história de vida clássica, “dizendo que ela visa não somente transcrever a aventura individual do informante, mas exprimir os modelos culturais do seu grupo através do conhecimento que ele tem deles (ou a imagem que deles entende dar); portanto, para lá de idiossincrasia, espera-se atingir a sociedade de que o indivíduo faz parte” (Poirier et al 1995: 93).

John Madge em *The Tools of Social Science*, diz-nos (a propósito do clássico *The Polish Peasant in Europe and America*) que “o documento pessoal é a descrição espontânea na primeira pessoa por um indivíduo das suas próprias acções, experiências e crenças. Esta definição não requer que (...) a escolha dos tópicos seja inteiramente deixada à discrição do sujeito. No entanto exclui a entrevista e particularmente a entrevista estruturada, na qual a influência do entrevistador nas respostas do sujeito é para ser ignorada” (Madge 1965: 77 e 78).⁷ Neste sentido, pretende-se que o investigador não interfira com “o correr da pena” (para empregar uma das expressões usadas por José Matos Júnior) do narrador, se bem que lhe possam ser dadas algumas pistas sobre o material que se pretende, por forma a sistematizar a pesquisa.

Martin Bulmer, no prefácio à obra de Ken Plummer (1990) *Documents of Life*, começa por referir que o livro “trata do uso, em investigação social, das histórias de vida e outros tipos de documentos pessoais que nos dão uma descrição, em primeira mão, da experiência social do ponto de vista dos participantes” (Plummer 1990: xiii).⁸

Tendo em conta o objectivo principal a que me proponho no presente trabalho, recorro à capacidade de sistematização de Plummer para definir o meu propósito metodológico: investigar e compreender as experiências humanas (...) chegar perto

⁷ “the *personal document* is a spontaneous first-person description by an individual of his own actions, experiences, and beliefs. This definition does not require that (...) the choice of topics should be left entirely to the discretion of the subject. It does, however, exclude the interview, and particularly the structured interview, in which the influence of the interviewer on the subject's responses is too direct to be ignored” (Madge 1965: 77 e 78).

⁸ “is concerned with the use in social science research of life histories and other types of personal document which give a first hand account of social experience from the participants' point of view” (Bulmer 1990: xiii).

do individual concreto do homem e da mulher, recolher precisamente a forma como expressam os seus entendimentos do mundo que os rodeia, e talvez fornecer uma análise de tais expressões (Plummer 1990). De facto, com a autobiografia de José Matos Júnior pretendo concentrar-me na sua trajectória individual e tentar conhecer melhor a vida da comunidade de São Geraldo na perspectiva do narrador.

Parafraseando Anthony Giddens, “nenhum outro método de investigação fornece tantos pormenores sobre o desenvolvimento das crenças e atitudes das pessoas ao longo do tempo. As histórias de vida são particularmente valiosas quando o investigador se interessa pelas ligações entre o desenvolvimento psicológico e os processos sociais” (Giddens 1997: 818).

Um outro ponto, de natureza técnica, que considero crucial, pelo menos numa das fases do estudo, diz respeito à escolha adequada entre a autobiografia directa e a autobiografia indirecta. Thomas e Znaniecki na obra *The Polish Peasant in Europe and America*, utilizaram a autobiografia directa, escrita pelo próprio Wladek e posteriormente comparada, analisada e legitimada com e pelas cartas familiares. No entanto, e uma vez que dificilmente se reúnem as condições necessárias para se optar pela autobiografia directa, o recurso à autobiografia indirecta, veiculada pela entrevista, é, regra geral, o mais comum. Neste sentido, a entrevista repetida é a técnica indicada para a construção das histórias de vida em questão (Ramos 2001).

As possibilidades de distorção da sua história por parte do informante é indiscutivelmente a maior falha da autobiografia. Os motivos podem ser conscientes ou inconscientes, mas variadíssimos com certeza. John Madge dá-nos alguns exemplos: exibicionismo, gosto pela escrita, ganhos monetários (grande parte deste favores são pagos, veja-se o caso dos Estados Unidos e de Thomas e Znaniecki que pagaram a Wladek), sentido da obrigação, interesses científicos, lapsos de memória, confusão com acontecimentos, etc. Além de que “não pode ser

esquecido o facto de que todo o contribuidor é prisioneiro da sua própria cultura particular. Ele não pode evitar que o processo do seu pensamento seja largamente determinado pela sociedade em que vive” (Madge 1965: 82).⁹

Por outro lado, tenho consciência que “as histórias de vida não explicam tudo, são uma visão segmentaria (não necessariamente tendenciosa) da realidade. Daí a necessidade de utilização de outras técnicas e meios para a legitimação da informação”, nomeadamente “outras histórias de vida (...). Ou seja, em investigação qualitativa, a triangulação da informação é o processo mais adequado para a verificação” (Ramos 2001: 69). Neste sentido tento superar a fraqueza do documento central deste trabalho com o cruzamento de outras histórias de vida.

Assim, e para a recolha das duas histórias de vida complementares, ou se quiserem, das autobiografias indirectas, a técnica utilizada é, sem dúvida, a entrevista semi-directiva e repetida individual e grupal.

São vários os autores que atribuem a esta técnica um estatuto de excelência. Deste modo, “as entrevistas são tão largamente usadas pelos sociólogos que Benny e Hughes (1956) se referem à moderna sociologia como «a ciência da entrevista»». De facto, um breve relance sobre textos e monografias dedicados à metodologia e à investigação empírica confirma este ponto” (Burgess 1997: 111).

Genericamente a situação de entrevista pode ser definida, segundo Bingham e Moore (desde 1924) como “uma conversa com um objectivo” (Ghiglione e Matalon 1997: 64). Esta noção é, obviamente, muito vaga pelo que esconde as diversas formas que esta técnica pode assumir consoante a directividade pretendida, evidentemente, relacionada com a natureza e objectivos da pesquisa.

Segundo Rodolphe Ghiglione e Benjamin Matalon (1997) existem dois tipos de entrevista. “A entrevista não directiva: o entrevistador propõe um tema e apenas intervém para insistir ou encorajar” e “a entrevista semidirectiva (por vezes

⁹ “it must also never be forgotten that every contributor is a prisoner of his own particular culture. It cannot be helped that his thought process are largely determined by the society in which he lives” (Madge 1965: 82).

chamada clínica ou estruturada): o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixados ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista” (Ghiglione e Matalon 1997: 64).

Tendo em conta as directivas dos referidos autores, a entrevista semidirectiva apresenta-se, no âmbito do presente trabalho, a mais oportuna. Note-se, no entanto, que qualquer um dos dois tipos referenciados se pode enquadrar nas pretensões da pesquisa. No entanto, e para evitar divagações desnecessárias, torna-se necessária alguma orientação por parte do inquiridor, daí o recurso à entrevista semidirectiva ou, segundo a tipologia de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto (1975), à entrevista em profundidade: “mesmo que se recorra a procedimentos não directivos, há aqui normalmente uma seriação prévia de questões básicas a pôr que delimitam, embora de forma maleável, os temas a abordar”. Por outro lado “é possível afirmar que, em princípio, quanto maior for a liberdade e a iniciativa deixada aos intervenientes na entrevista, quanto maior for a duração da entrevista, quanto mais vezes ela se repetir mais profunda e rica será a informação recolhida (...)” (Almeida e Pinto 1975: 100 e 101)

A opção de fazer entrevistas repetidas está obviamente relacionada com as palavras de Almeida e Pinto. O facto de serem individuais e grupais pode contribuir para evitar o “Efeito Rashomon” ou seja a retratação de versões diferentes sobre o mesmo facto que conduz necessariamente a enviesamentos, conscientes ou não. Para o discurso etnográfico uma versão não é, simplesmente, mais verdadeira que outra. “Quer o paradigma do tempo em que vivemos, quer a nossa formação científica, quer os interesses dos intervenientes, quer os contextos em que os fenómenos acontecem, quer ainda o discurso ideológico sobre a realidade, tudo isso contribui para que o *Efeito Rashomon* funcione como um estigma que persegue a investigação etnográfica” (Ramos 1996: 29 e 30).

Sabemos que em investigação as questões logísticas não se podem menosprezadas, uma vez que o importante é conseguir recolher o melhor possível a informação. Neste sentido, o gravador funciona como extensão dos sentidos do investigador. “Graças ao gravador, pessoas inexperientes, incultas, e até mesmo analfabetas, podem falar de si e contar as suas observações e experiências de uma maneira desinibida, espontânea e natural” (Lewis 1970: 12). Todas as entrevistas realizadas foram gravadas com a finalidade de se poder registar integralmente toda a informação transmitida.

No que toca à autobiografia e uma vez que foi escrita pelo próprio narrador não tive de a escrever ou reescrever. No entanto e para que se tornasse o mais perceptível possível, procedi a alguns ajustes gramaticais sem alterar, obviamente, o sentido do discurso. Ao logo da narrativa vou tecendo alguns comentários que considere oportunos.

Relativamente às restantes histórias de vida e após a recolha do material procedi à transcrição das gravações que se processou em dois momentos: inicialmente transcrevi a informação oral gravada; e depois, através da reescuta atenta, verifiquei se a transcrição continha alguma falha ou lacuna. A ordem das histórias de vida pautou-se pelo critério cronológico, no sentido de dar um encadeamento mais perceptível da mensagem.

Numa última fase, quer a autobiografia, quer as duas histórias de vida foram apresentadas aos protagonistas para que confirmassem e acreditassem o texto final.

CAPÍTULO 3

A ALDEIA

*Eu canto poemas doces
Levados pra todo o lado
Eu canto lindos encantos
Do Povo de São Geraldo*

José de Matos Júnior

Antes de mais gostaria de salientar que, pelo facto de serem quase inexistentes os estudos sobre São Geraldo, foi extremamente difícil reunir alguns elementos. Desta forma, a informação que se segue foi retirada do Plano de Ordenamento do Concelho da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (1981) e Montemor-o-Novo. Resumo Histórico (1988). Recorri ainda ao site oficial da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e aos Censos 2001.

Espaço físico, população e vida sócio-económica

Com uma densidade populacional de 15 habitantes por quilómetro quadrado, uma população residente, estimada em 2002 de 18.411 indivíduos e uma área total de 1231,2 quilómetros quadrados “Montemor-o-Novo é um dos maiores concelhos de Portugal. As actividades agrícolas, pecuárias e florestais continuam a ser predominantes, mas a zona industrial, entretanto, tornou-se fundamental para o desenvolvimento económico do município”.

Embora a ocupação do território remonte, segundo o que se conhece, aos povos do período Neolítico, “como o atestam algumas figuras rupestres descobertas em Santiago do Escoural”, a vila só viria a tornar-se cidade em 1988, por decisão da Assembleia da República, revelando-se “num dos factos mais importantes de história recente de Montemor-o-Novo” (Bastos e Freitas 2004: 86).

Actualmente, S. Geraldo é um dos cinco lugares¹⁰ que fazem parte da freguesia de N.ª Sra. do Bispo, concelho de Montemor-o-Novo (Distrito de Évora), Alentejo. Dista 14 Km da sede de concelho. No sentido Norte fica o Ciborro, para Sul Montemor, para Este Arraiolos e a Oeste Lavre.

Segundo dados de 2001, Nossa Senhora do Bispo conta com uma área total de 123 quilómetros quadrados, uma densidade populacional de 44 habitantes por quilómetro quadrado (superior à do concelho) e uma população residente de 5.411

¹⁰ S. Geraldo, Maia, Ferro da Agulha, Cavaleiros e Fazendas do Cortiço. A esta freguesia pertence ainda uma parte de Montemor-o-Novo.

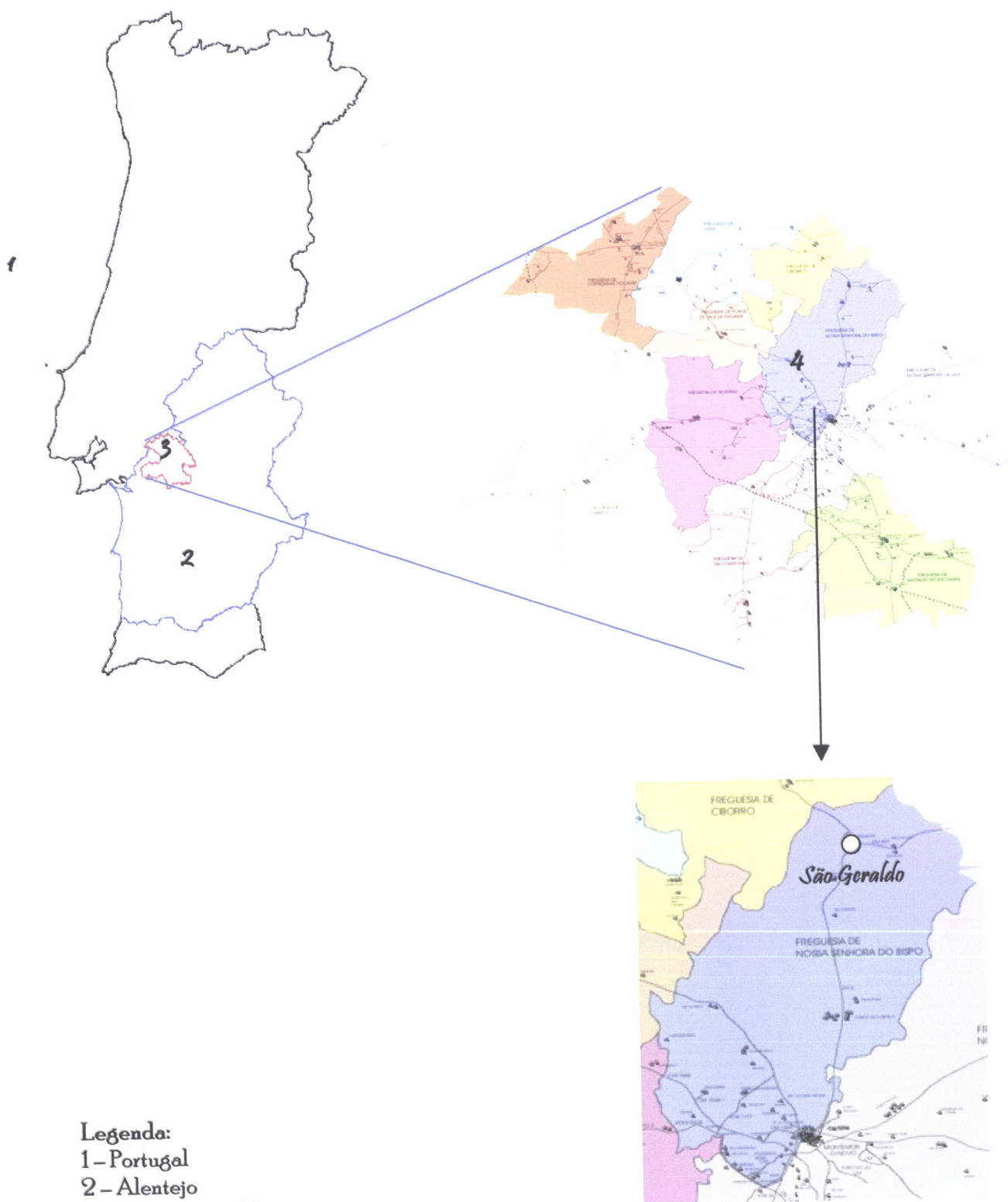
indivíduos. As actividades económicas principais são o comércio, agricultura, pecuária e serviços (Bastos e Freitas 2004).

S. Geraldo localiza-se a norte da cidade de Montemor-o-Novo, junto à E.N. 2, já relativamente perto do Cíborro. Antiga sede de freguesia (de acordo com alguns registos, São Geraldo constituía, nos finais do século XIX, uma das dezassete freguesias do Concelho de Montemor-o-Novo) pertence actualmente a N.^a Sra. do Bispo, pelo que “a sua importância em termos de hierarquia urbana é subalternizada pela cidade de Montemor-o-Novo que pertence em parte a esta freguesia” (Câmara Municipal 1881:1)

A origem de S. Geraldo, segundo documentos escritos existentes, remonta a meados do século XVI. Acredita-se que a localidade sempre assumiu muita importância na região; para exemplificar, os locais falam de uma tradição que conta com cerca de 150 anos e que consistia na deslocação do Arcebispo de Évora a S. Geraldo para aí celebrar a missa no domingo de Páscoa, deixando “para trás” a cidade de Évora. Da leitura feita pela população, S. Geraldo teria de ser, por isso, “muito importante”. Esta tradição desapareceu há mais de 50 anos.

Os locais apontam o interesse geográfico de S. Geraldo como um dos factores fundadores da sua importância. Nessa altura, diz-se, S. Geraldo tinha grandes dimensões, em parte devido à grande quantidade de montes que o rodeavam e administrativamente lhe pertenciam. Do mosaico geográfico da região faziam parte ainda: Lavre que era vila; Montemor era (ainda) pequeno e sem expressão; as Águias e as Brotas. Destas últimas se diz que a localidade das Brotas conseguiu tirar o protagonismo às Águias por causa dum milagre que certo dia aconteceu: Nossa Senhora apareceu para salvar a aldeia de uma serpente gigante, e logo as Brotas se tornaram lugar de adoração.

Em 1206 foi estabelecido um acordo entre o Cabido da Sé de Évora e o bispo da mesma diocese – Soeiro II – segundo o qual lhe foi atribuído a igreja de Santa Maria de Montemor que, a partir daí, passou a ser denominada “do Bispo”.



- Legenda:**
1 - Portugal
2 - Alentejo
3 - Montemor-o-Novo
4 - Nossa Senhora do Bispo

Figura 1 - São Geraldo no contexto do país, da região, do concelho e da freguesia

Por outro lado a igreja de Santa Maria da Vila, da Praça dos Açougues, era do padroado do Cabido (o conjunto dos cônegos da Sé). Na altura, cada uma das entidades nomeava os párocos para a igreja do seu padroado. Havia mais duas paróquias dentro da cerca: S. Tiago e S. João, mais tarde anexadas às anteriores. Estas paróquias, embora sedeadas dentro de muros, dividiam também entre si a povoação exterior à muralha, provavelmente com uma divisão semelhante à actual.

Com o abandono da vila intra-muros, as sedes destas paróquias passaram para as igrejas do antigo Arrabalde: Santa Maria da Vila para o Calvário e Santa Maria do Bispo para a igreja do antigo convento de S. João de Deus, extinto no século XIX. As freguesias antigas eram possuidoras de uma natureza religiosa e não administrativa. Os únicos órgãos a governar o município eram as câmaras, ou *concelhos*, quer nos centros urbanos quer nas áreas rurais. As actuais freguesias administrativas surgiram após a implementação do regime liberal, no século XIX, altura em que se adoptaram os limites e as designações das paróquias religiosas, sendo criadas *Juntas da Paróquia* para cada uma, que mais tarde mudaram para Juntas de Freguesia. Por isso, a actual freguesia administrativa de Nossa Senhora do Bispo resultou da antiga paróquia de Nossa Senhora (ou Santa Maria) do Bispo, com origem medieval (Câmara Municipal 1988).

Segundo o testemunho da Presidente de Junta, “ a freguesia tem uma área total de 121,31 Km², e é composta por duas zonas com características diferentes, porque uma é rural e outra é urbana. A parte urbana é composta por mais ou menos metade da cidade de Montemor-o-Novo e a outra parte rural é composta pelas povoações de S. Geraldo, Fazendas do Cortiço, Ferro da Agulha, Cavaleiros e Maia. Somos a segunda Freguesia do Concelho com mais habitantes, de acordo com os censos de 1991, temos 5.069 habitantes ” (www.cm-montemor.pt 2004).

S. Geraldo pertence ao grupo de pequenas comunidades que têm vindo a perder vitalidade, por razões comuns às suas pares. Na década de 60 do século passado a

população iniciou o processo migratório em busca de novas e melhores oportunidades de trabalho, porque afinal o homem gira em torno do mercado.

Quadro 1: Evolução da População – São Geraldo

Anos	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001
População	62	144	210	216	195	174	144

Fontes: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e Censos 2001

De acordo com o quadro representado, verificamos que a tendência de crescimento demográfico até à década de 70 do século passado, se tem vindo a inverter. Assim, e mais recentemente, S. Geraldo contava em 1991 com uma população presente de 174 indivíduos, dos quais 83 do sexo masculino e 93 do sexo feminino. Em 2001 o universo populacional desceu para os 144: 80 homens e 64 mulheres.

A freguesia gozava em 1989, de acordo com o INE, um total de 225 explorações agrícolas, de entre as quais cerca de 90% propriedades de grandes dimensões e 8% de propriedades de médias dimensões. As restantes resumem-se a pequenas terras para auto-consumo.

O sector primário sempre protagonizou a vida da comunidade. A extinção das cooperativas acarretou problemas de desemprego afectando essencialmente as mulheres que passaram a encontrar nas tarefas sazonais a única alternativa. A partir dos anos 70 do século XX, registou-se uma significativa deslocação da mão-de-obra para o estrangeiro, não para trabalhar na agricultura, mas essencialmente para a construção civil. De referir ainda que este facto esteve também na base do fecho das cooperativas, anteriormente referido. Actualmente, as explorações agrícolas existentes são, em grande parte do tipo familiar, empregando, por isso, poucos indivíduos (Câmara Municipal 1981).

Como um pouco por todo o Alentejo, S. Geraldo viu decair, numa década, a sua população em 17,24%. Este valor percentual assume especial importância tendo em conta o baixo efectivo populacional da comunidade. Por outro lado, S. Geraldo não surpreende quanto ao nítido envelhecimento da sua população (mais de 50%). Outra nota a reter é a diminuição em 30,56% dos núcleos familiares (72 em 1991 e 50 em 2001).

Ora este facto não é novo nem tão pouco caracterizante de S. Geraldo, do Alentejo ou até de Portugal. De facto, existe um pouco por toda a Europa (...) “um «envelhecimento na base» (diminuição da importância dos jovens na sociedade) e um «envelhecimento no topo» (aumento da importância dos idosos) devido ao efeito conjugado do declínio da fecundidade, do aumento da duração média de vida e das migrações” (Nazareth 2000: 313).

Este facto é tão mais importante que, por altura da Assembleia Mundial sobre o envelhecimento, realizada em Viena, em 1982, “os intervenientes lançaram um alerta para o problema do envelhecimento demográfico. Segundo estes, o aumento dos efectivos de pessoas idosas é um fenómeno que toma dimensões de âmbito mundial. De acordo com projecções realizadas para a população mundial e apresentadas no mesmo encontro, no ano de 2025, uma pessoa em cada sete terá mais de 60 anos”. Nos países desenvolvidos, o quadro é avolumado pela dilatação da esperança média de vida que acentua o envelhecimento. Ou seja, não só aumentará substancialmente o número de pessoas idosas, como também o número dos muito velhos, adensando a fatia dos que estão acima dos 80 anos (Fernandes 1997: 34-35).

Em Portugal e segundo J. Manuel Nazareth, “as estruturas populacionais dos distritos situados a Norte de Portugal são ainda muito jovens em 1970 devido ao elevado nível da fecundidade e à emigração. No Sul, pelo contrário, os distritos apresentam, já nesta altura, estruturas duplamente muito envelhecidas devido aos grandes fluxos migratórios para Lisboa e Setúbal, associados a uma grande

velocidade do declínio da fecundidade (...). No segundo caso, isto é, quando se verificam movimentos de saída de população e os saldos são negativos, como aconteceu com os distritos do interior, observamos um acentuar do envelhecimento no topo”. Assim, no que respeita ao envelhecimento no topo, o autor conclui que “não se verifica uma divisão entre o Norte e o Sul, mas é todo o interior em oposição ao litoral que aparece muito envelhecido” (Nazareth 2000: 43).

“Quando descemos à escala do concelho e observamos as distribuições das proporções de idosos, em 1981 e 1991 (...), apercebemo-nos como o país *escureceu*. Não só alastraram as manchas do envelhecimento como se acentuaram as já existentes nos concelhos mais envelhecidos do interior Sul” (Fernandes 1997: 45).

S. Geraldo sempre viveu da agricultura e da pecuária. De facto, até há cerca de 50 anos a economia da comunidade centrava-se exclusivamente no sector primário. Havia muito gado e muita terra para trabalhar. Segundo os locais “as pessoas não saíam porque tinham trabalho”. Segundo relatos de quem, nessa altura, integrava a população activa, só a Professora tinha de 70 a 80 alunos.

Segundo a Presidente da Junta, “nesta Freguesia, tal como neste Concelho, a Agricultura e a Pecuária em particular continua a ser muito importante, apesar desta realidade o sector dos serviços é aquele que mais contribui para o emprego na Freguesia, também a Construção Civil, o Comércio e a Indústria têm um peso bastante significativo, embora não seja suficiente, pois é necessário que mais Indústria se instale e se desenvolva, até porque existem todas as condições para tal, a cidade tem o Parque Industrial da Adua, que não estando na área geográfica desta Freguesia, o seu desenvolvimento com a instalação de novas indústrias, vem beneficiar em muito a população desta Freguesia. Pensamos que só com o desenvolvimento da Indústria e da Agricultura se poderá ultrapassar carências de emprego existentes na Freguesia e também no Concelho” (www.cm-montemor.pt: 2004).

O concelho de Montemor-o-Novo é possuidor de um grande número de exemplares de monumentos megalíticos. Algumas destas pesadas construções de pedra tinham como função servir de túmulos colectivos das comunidades que habitavam o território (menhires, cromeleques, dólmenes ou antas). A Anta da Comenda da Igreja, em S. Geraldo (Anexo 2), constitui o mais significativo exemplar do concelho, sendo até um dos maiores dólmenes conhecidos (Câmara Municipal 1988).

Designada no século XVIII de N.^a Sra. do Rosário da Fonte Santa, localiza-se na berma da E.N. 2, a cerca de 12km de Montemor, na direcção de Mora tem um alpendre de três arcos redondos apilastrados e escaiolados e abside quinhentista (Câmara Municipal 1988).

Por último, gostaria de salientar a Festa da Santíssima Trindade por constituir um dos marcos mais importantes na memória das gentes de S. Geraldo. Festa em honra de S. Sebastião assumia a atenção de acontecimento do ano.

Segundo testemunhos locais, a festa da Santíssima Trindade tinha muita projecção na região, pelo que ali acorriam pessoas de todo o lado. Um dos momentos altos da festa era, sem dúvida, a bênção do gado.

Embora se realizasse em Junho, os preparativos começavam um mês antes, altura em que se iniciava o peditório para angariação de fundos para a festa. A comissão constituída por um juiz e três mordomos, ficavam responsáveis pela organização do evento, nomeadamente pelo peditório. À Comissão cabia ainda contactar a banda, o fogueteiro e o acordeonista.

Em Maio era elevado um mastro branco às riscas vermelhas, adornado no topo com fitas e um ramo de flores, informando que a festa da Santíssima Trindade tinha iniciado (ou pelo menos os preparativos):

- Início do peditório, que podia percorrer muitos km além das redondezas;

- As festeiras (quatro mulheres escolhidas pela comissão – para cada festeiro, uma festeira) arranjavam as fogaças (tabuleiros que continham comida e bebida à descrição de quem os preparava – frangos assados, vinho, pão, azeite, bolos, enchidos, etc. – e posteriormente sujeitos a leilão para o almoço);
- Início da decoração da igreja, feita exclusivamente por mulheres

O juiz ou um dos mordomos saía com o pendão de S. Sebastião (bandeira com a imagem do Santo) apregoando: “Quem é que dá mais pelo pendão de S. Sebastião para levar e trazer no dia da sua festa”. Até à véspera da festa, o pendão saía todos os sábados e domingos à tarde e era leiloado. Quem desse mais podia levá-lo para casa, desde que no Domingo de festa, à hora da missa, o restituísse. No dia da festa tinha de o carregar ou, então, oferecer tão elevado estatuto a alguém. Toda a gente desejava poder transportar o pendão, daí, por vezes os leilões serem tão elevados.

O programa obedecia sempre ao mesmo padrão:

7:00 – Alvorada com os morteiros e os foguetes

8:00 – Chegada da Banda e recolha das fogaças que eram levadas para a igreja, posteriormente leiloadas e servidas como almoço

9:00 – Bênção do gado: este momento, para além do seu carácter supersticioso (tido como bom presságio para todo o ano), funcionava como uma mostra de gado. Os locais recordam que o desfile era constituído por belos e gordos animais, notando-se uma preocupação, por parte dos proprietários, em mostrar o melhor gado que possuíam. Este momento estendia-se a todos os proprietários de gado (tivessem 1 ou 1000 cabeças).

A bênção era feita na Estrada do Vale de Maio. Acompanhado pela Banda, o gado entrava na estrada e o Padre ia procedendo à bênção, de forma a chegar ao fim do percurso já benzido. Este ritual podia demorar duas horas. No início e no fim da bênção lançavam-se foguetes. A Banda detinha, aqui, ainda uma função lúdica, na medida em que esperava que as primeiras

fileiras de animais chegassem a meio do percurso para começar a tocar assustando-os e provocando uma desorientação generalizada entre os animais, motivo de risota entre a assistência.

12:00 – Missa Solene

13:00 – Procissão que percorria toda aldeia

13:30 – Venda das fogaças. Quatro delas eram certas, obrigatoriamente feitas pelas festeiras, mas podiam ir até à dezena, dado o espírito de competição. Esta possibilidade estava aberta também à restante comunidade.

14:00 – Almoço (quem desse mais dinheiro pelas fogaças, aproveitava-as para o almoço). Regra geral faziam-se grandes piqueniques em comunidade.

14:30 – Tiro aos pratos. Esta actividade estava, naturalmente, dirigida para os “ricos”, dada a exigência logística necessária. Podia decorrer durante toda a tarde.

15:00 – Simultaneamente decorria outra actividade mais popular denominada de cavalhadas

17:00 – Concerto da Banda

18:00 – Abertura da Quermesse para leiloar as oferendas

20:00 – Jantar

21:00 – Baile

24:00 – Fogo de artifício

A Festa da Santíssima Trindade deixou de se realizar há cerca de 48 anos, pelo menos nestes moldes.

Passados 18 anos, um grupo da terra encabeçado por José Matos Júnior, tentou retomar esta tão importante tradição. Foi muito trabalhoso e não rendeu o esforço (os tempos eram outros e a organização social tinha-se alterado), de tal forma que, a partir daí nunca mais se realizou a Festa da Santíssima Trindade.

A Problemática do Desenvolvimento

O principal estrangulamento ao desenvolvimento deste vasto território reside na carência, quantitativa e qualitativa, de activos e no elevado grau de envelhecimento da população.

Jorge Gaspar

A economia assumiu uma importância capital a todos os níveis e reduziu o conceito de desenvolvimento ao de crescimento económico, relegando para último lugar os planos social, cultural, e políticas do desenvolvimento (Baltazar 1996).

Recorrendo a Roque Amaro, a autora refere ainda que “o conceito de desenvolvimento, bem como todo o processo que lhe tem estado subjacente, têm assentado em pilares e ideias-chave que giram em torno de uma visão excessivamente industrialista e economicista do funcionamento da sociedade, consubstanciada no princípio de que o crescimento económico, por via da industrialização do processo produtivo, seria o factor equilibrador de todo o tipo de relações que se estabelecem entre o indivíduo e a sociedade” (Baltazar 1996: 65).

No período pós-guerra, as diversas concepções de crescimento económico, alicerçadas nas contribuições teóricas de Lewis (1954) e Kuznets (1955), admitem que o desenvolvimento social e cultural, a interacção urbano-rural equilibrada, bem como a redução de desigualdades sociais, seriam consequência natural da celeridade do processo de crescimento económico. A ideia de crescimento económico consubstancia-se, assim, numa visão dualista da economia em que o sector tradicional, associado à componente agrícola do espaço rural, tenderia a ser absorvido pelo sector moderno da realidade urbano-industrial, através de um processo de transferência de mão-de-obra (...) o que originando inicialmente um agravamento das desigualdades de rendimento (entre sectores, regiões e grupos sociais), progressivamente as reduziria, pelo menos a partir de uma certa fase do

processo. Um ritmo elevado de crescimento permitiria atingir mais rapidamente esta fase” (Baltazar 1996: 67).

Este modelo tornou-se, no entanto, “estruturalmente injusto”, já que logrou as expectativas de redução das desigualdades. Isto deve-se, de acordo com Roque Amaro (1990), na incapacidade para associar e agregar as três dimensões fundamentais do ser humano: a sua individualidade, que o diferencia dos outros; a sua relação social ou dimensão colectiva, que o aproxima e o solidariza com os outros diferentes; e a sua intimidade com a natureza ou a consciência ecológica, que o situa na criação, no seu ambiente vital (Baltazar 1996).

Depois desta sintética abordagem ao desenvolvimento como fenómeno global, espaço agora para analisar conceitos directamente relacionados com o mundo rural. Antes de mais, convém que nos concentremos na noção de território, não tão linear como se pode julgar. Assim, segundo diversos autores, nomeadamente José Reis (1998), o território não é apenas uma realidade geográfica, na medida em que é essencial no funcionamento das economias e das sociedades, na formação de dinâmicas colectivas, bem como no exercício das políticas públicas e na organização do Estado. Os territórios constituem ainda a base precisa para que se exerçam solidariedades e se mobilizem capacidades. Ora, um território que não estabeleça relações e inter-acções importantes, por isso, insularizado, no sentido em que é remetido para o seu simples carácter básico de espaço geográfico, não é verdadeiramente um território, mas apenas um espaço confinado.

Convém não esquecer que as influências geográficas, nomeadamente o ambiente físico, os “caprichos da natureza”, a comunhão íntima com a natureza e o isolamento relativo, influenciam, segundo Bertrand, a personalidade rural. Assim e a título de exemplo “o agricultor, dependente como é das vicissitudes do clima, tem um forte componente de incerteza no seu empreendimento (...), é geralmente mais prático do que o habitante da cidade. Ao mesmo tempo (...), mais religioso e mais supersticioso,

em decorrência dos seus esforços para compreender os inescrutáveis poderes com os quais lida” (Bertrand 1973: 43 e 44).

Embora se tenha presente as diferenças existentes entre o rural e o urbano, o conceito de “interior”, pelo desgaste que lhe foi imposto nas intermináveis discussões, seminários, reuniões, congressos, etc. assume, desde há uns anos largos, a trágica posição de oposição ao litoral. Falamos quase sempre de um litoral urbano desenvolvido, por um lado, e de um interior rural atrasado, por outro. Este estigma assume, por vezes, a “fatalidade” de um espaço geográfico, condenado ao insucesso (Reis 1998).

De facto, o distanciamento geográfico do interior, acompanhado por um claro desinteresse por parte do poder central, levou a um constante deslocamento de indivíduos, nomeadamente daqueles que, pelo seu capital escolar, cultural ou mesmo económico, mais necessários seriam para combater a situação deficitária existente. A este facto aliado a uma crise profunda no sector agrícola, desencadeou a saída do campo para a concentração em algumas cidades de média dimensão.

Se é verdade a noção de “rural profundo” quase em situação de não retorno é um facto, também é verdade que, dentro da “ruralidade” existem outras situações onde a dinâmica não é um sonho. O interior é uma realidade muito diversa de recursos e potencialidades, diversidade esta que jamais poderá ser esquecida seja qual for o campo de análise, mesmo partilhando um passado de memória comum.

O problema central, segundo vários autores prende-se essencialmente com o recuo demográfico, o envelhecimento, a fragilidade económica, o défice empresarial e a excessiva dependência face ao investimento e ao emprego públicos. É verdade que nos últimos anos se assistiu a um ressurgimento dos aglomerados urbanos, embora este crescimento se tenha produzido à custa do esvaziamento dos territórios de proximidade.

Para José Reis (1998) “a ausência de desenvolvimento nas regiões do interior é sobretudo um problema de *insularização* dos actores sociais, dos recursos, dos

factores da identidade. (...) As perdas demográficas, a fragilização da base produtiva, o desatar de alguns nós importantes, como por exemplo aqueles que ligavam a agricultura ao resto da economia, ilustram o que se tem passado “. Ainda assim, apesar dos problemas e das ameaças que rodeiam o seu desenvolvimento, o autor acredita que o interior é um lugar que possui grandes capacidades e onde se têm consolidado muitos factores de qualidade, começando logo por certos aspectos da qualidade de vida (Reis 1998: 77 e 85).

A alteração das condições estruturais de desenvolvimento deve constituir a prioridade de qualquer acção, bem como colocar as pessoas, as instituições e as organizações no centro do debate, porque são elas os actores principais de todo o processo e que, por isso, podem estimular e construir ou, pelo contrário, impedir o desenvolvimento. Até porque nenhuma comunidade é um ente estático, uma vez que os seus membros vão-se ajustando a condições de mudança gradual, novas situações e aspirações (Bertrand 1973).

Por outro lado, Simões Lopes refere que “há recursos naturais e há recursos humanos, perfeitamente localizados; e há actividades que importa localizar o mais racionalmente, para que o aproveitamento dos recursos e o benefício para as populações sejam os mais elevados, numa óptica que não pode ser de curto ou de médio prazo apenas e em que o equilíbrio na distribuição dos benefícios fique assegurado” (Lopes 2001: 4).

“Se não é possível inverter ou mesmo atenuar o processo de desencanto que as comunidades mais isoladas definitivamente geraram na componente humana da sociedade face à sua incapacidade para competir com regras de jogo social segregadoras de uma ruralidade, actualmente, em processo de debilitação profunda e irreversível, compete aos espaços sociais, ainda, em estado de provável recuperação (...) um esforço de integração que passa indubitavelmente pela capacidade de capitalizar de modo positivo as suas potencialidades, estimulando um processo de continuidade sociocultural que encaminhe o fenómeno de

socialização no sentido da consolidação de mecanismos sociais estimuladores de modo a conferir a esta geração uma imagem potencialmente positiva do contexto social” (Baltazar 1996:179).

Na segunda metade do século XX, “foram bastante significativos os efeitos dos movimentos de população no interior do território nacional e com outros países: êxodo das aldeias para vilas e cidades; emigração, retorno e imigração; abandono de lugares e desertificação a prazo. (...) O regresso de emigrantes e os retornos das ex-colónias observaram-se, sobretudo, entre 1970 e 1981. (...) Estes movimentos não contrariaram, todavia, de forma durável, as tendências dominantes de fuga populacional do interior, mesmo tendo sido reforçados pela contenção das saídas: passagens apenas conjunturais de situações de franco declínio demográfico a situações de crescimentos ou de redução dos ritmos de decréscimo; reforço dos pesos demográficos dos distritos costeiros, pela convergência da maior parte dos retornos africanos” (Cavaco 1994: 36e 37).

Actualmente poder-se-á falar de um povoamento quase residual em certas zonas rurais (com especial enfoque para a população agrícola) do país, conseqüente das reduções consideráveis da população residente. O interior é, de longe e como é sabido, o mais atingido, nomeadamente a Beira Interior, na área do pinhal, o Alto e Baixo Alentejo (Cavaco 1994).

A aldeia de S. Geraldo sofre acima de tudo dum grave problema de despovoamento/envelhecimento, pelo que se torna extremamente difícil atrair os jovens. Não sendo minha intenção traçar linhas programáticas em questões de planeamento e desenvolvimento, julgo ser importante criar mecanismos de estímulo que confirmem a S. Geraldo a garantia do não desaparecimento. Este processo tem necessariamente de se estabelecer nos dois sentidos. Por um lado formar as pessoas para que se fixem e passem o testemunho às gerações vindouras, e por outro lado, estimular a participação a níveis diferentes sobre a percepção da realidade comunitária.

CAPÍTULO 4
O TRABALHO NO CAMPO

*Já se acabou a azeitona
Já se não ganha dinheiro.
Viva o rancho, viva a malta,
Viva o nosso manajêro!*

Poesia popular tradicional
alentejana

Este capítulo não estava inicialmente programado. Surgiu dos contactos efectuados com os três interlocutores – José de Matos Júnior, Esfarrapa e Joaquim Padeiro – e da insistência com que falavam do tema. No decorrer das várias entrevistas, o trabalho rural era não só facilmente repescado como motivador de longos discursos, até para aqueles cujo estilo lacónico era uma característica.

Deste modo, considerei relevante dedicar-lhe um capítulo, embora sucinto porque o objectivo não é tanto o de descrever o trabalho rural das décadas de 50 a 70 do século passado, coincidentes com a juventude dos interlocutores, mas abordar uma realidade tão próxima e fundamental nas suas vidas, uma vez que é à volta deles que este estudo se desenvolve.

Para isso vou reportar-me, obviamente, a alguns autores cujas obras contribuíram para o conhecimento aprofundado deste aspecto específico da cultura rural portuguesa. Falo de *Através dos Campos e Ricos e Pobres no Alentejo* de Silva Picão e José Cutileiro respectivamente (a primeira reporta-se ao final do século XIX e início do século XX; a segunda à década de 60 do século XX). De forma a enriquecer o debate recorrerei ainda a *Alfaia Agrícola Portuguesa* de Ernesto Veiga de Oliveira de forma a esclarecer algumas questões importantes e genéricas de âmbito regional. Simultaneamente trarei à cena a versão vivida dum das partes deste processo – homens ligados à terra. É pois nesta qualidade e perspectiva que deve ser entendido o testemunho dos interlocutores.

A região alentejana apresenta, como é sabido, a densidade demográfica mais baixa do País e uma distribuição da população muito desigual. Segundo Ernesto Veiga de Oliveira, “estes factos explicam-se pelas condições naturais do terreno, combinadas com as circunstâncias históricas e sociais da sua ocupação, que, por seu turno, estão na base das características fundamentais da agricultura regional. (...) Desde os alvares da História, os povoados, nesta região, instalaram-se exclusivamente nos pontos elevados e melhor protegidos, cultivando em torno as terras necessárias ao seu sustento, mas permanecendo isolados uns dos outros pela vastidão desértica da charneca bravia” (Oliveira 1995: 73 e 74).

A agricultura alentejana sempre foi fortemente determinada pelo clima quente e seco. O verão é longo e muito quente (pelo menos, para o espaço temporal a que se reporta este trabalho, era) com temperaturas acima dos 40^º C. O Inverno é ameno e curto, mas o frio é moderado e a chuva alterna com o sol. No entanto, o clima no interior do Alentejo é bem mais extremo.

Relativamente à paisagem e à economia rurais, “caracterizavam-se fundamentalmente – e ainda hoje se caracterizam em múltiplos aspectos – pela preponderância do cultivo de cereais de sequeiro – o trigo, associado à cevada e à aveia; e, mormente outrora, o centeio –, portanto uma lavoura sem rega, em campos abertos e em grande parte desarborizados, em regime extensivo, com afolhamentos e, até épocas recentes, pousios intercalares, e silvicultura em montados de sobro (e azinho), nomeadamente para a produção de cortiça, complementados com pastorícia, sobretudo de gado miúdo, também em regime extensivo, em prados naturais – porcos nos montados, ovelhas nos pousios, outrora cabras (e bovinos) nos bravios; e pela grande propriedade latifundiária e exploração de carácter industrial” (Oliveira 1995: 76). O autor distingue ainda três períodos bem definidos na sua evolução:

- 1) o período antigo ou da charneca, que dominava o semblante da Província. Esta etapa dura até ao penúltimo quartel do século passado (século XIX), aproximadamente;
- 2) o período das grandes arroteias (desbravamento dos incultos e a extinção da charneca) e que se consumam pela década de 30; este movimento relaciona-se em grande medida com a generalização do uso de adubos químicos (que se inicia em 1884), permitindo o cultivo dos terrenos até então inaproveitáveis, e o desenvolvimento das explorações;
- 3) o período da plena mecanização da agricultura alentejana, que se inicia a seguir à segunda guerra mundial, e sobretudo a partir da década de 50” (Oliveira 1995: 76).

O autor limita a questão da apropriação do solo a “dois extractos violentamente contrastados”: por um lado os grandes lavradores (grandes proprietários ou lavradores senhoriais) e, por outro lado, a massa dos trabalhadores, verdadeiro proletariado rural que, não tendo um palmo de terra, trabalha na dos outros. Obviamente, e como o próprio autor explica, este esquema é demasiado simplista. Veremos no decorrer do desenvolvimento do capítulo a visão mais detalhada de José Cutileiro.

José da Silva Picão nasceu em 1859. Lavrador em Santa Eulália (concelho de Elvas), e autodidacta, inicia em Novembro de 1891 a publicação de uma série de artigos em O Elvense com o título genérico de «Através dos Campos» e que assina com o pseudónimo de João Chaparro. Colabora ainda na Portugália onde publica alguns artigos com o título *Etnografia do Alto Alentejo (concelho de Elvas)*. Ao longo da sua vida, o autor foi acumulando muito material escrito sobre o mundo rural e com a ajuda de alguns amigos consegue publicá-lo em livro. Em 1903 estava pronto o primeiro volume e dois anos mais tarde o segundo volume, que após longas interrupções viria a ficar inacabado com a morte do autor em 1922.

No prefácio, Joaquim Pais de Brito considera que *Através dos Campos* revela “um profundo conhecimento interior da realidade observada” para além de que é considerada “uma etnografia da complexa lavoura alentejana e um precioso contributo para a sua história económica e social” (Brito 1983: 11 e 12).

Em *Através dos Campos*, como em toda a sua obra, Silva Picão não se limitou à postura descritiva. “Ele simultaneamente adoptou uma atitude crítica perante tudo o que o rodeava, alertando para fenómenos sociais como o controle social, as expectativas de comportamento, o processo de socialização, a estratificação social da época, a situação desfavorável do isolamento social a que o Alentejo estava sujeito, entre outras” (César 1993: 92 e 93).

Depois de nos primeiros três capítulos ter elaborado uma descrição pormenorizada das Herdades, Montes e Montados, Silva Picão centra-se, no quarto capítulo, nos trabalhadores, como o título *Pessoal de Uma Lavoura* o demonstra.

No início do século XX, Portugal era um país eminentemente agrícola. Da terra provinha o sustento de todo o país e a lavoura empregava grande parte da população. “A quase totalidade dessa gente *acomoda-se* por ano, temporada, mês ou dias, segundo o trabalho a que se destina e outras circunstâncias consequentes de usos locais e vontade dos contratantes. (...) O pessoal contratado por ano, mês ou dias, sai quase todo das vilas e aldeias próximas, onde tem os seus domicílios (...). Aos criados de ano, chamam-se-lhes *anuais*; aos da temporada, *temporeiros*; aos de meses, *mensais* e aos de dias, *jornaleiros*, *trabalhadores*, ou homens a dias” (Picão 1983: 73).

Embora o trabalho agrícola seja, por definição, masculino (repare-se no variadíssimo número de ocupações destinadas ao homem no inventário feito pelo autor, bem como a hierarquia social associada), a mulher também participava, mesmo que com o objectivo último de auxiliar o homem. Assim, mulheres têm particulares funções no trabalho rural. São sempre mulheres “campónias necessitadas”. Cooperam nos trabalhos agrícolas de forma preciosa e imprescindível. As mulheres vêm, assim, no campo, uma fonte de rendimento importantíssima na ajuda ao sustento da família. “As mondas, principalmente, empregam o mulherio todo, desde a rapariga de doze a treze anos até à *cingentona* de boa fibra, resistente como as moças”. Seja em que serviço for, a mulher aproveita todos os trabalhos, “sem prejuízo dos arranjos caseiros e do tratamento dos filhos” (Picão 1983: 111). A alvura das casas alentejanas é mais uma vez salientada como prova da dedicação feminina ao espaço doméstico.

Senão repare-se na descrição feita por Ernesto Veiga de Oliveira a propósito das casas alentejanas que são “*térreas alinhadas e seguidas, de taipa, imaculadamente caiadas de branco no exterior e no interior, embelezadas com poiais, canteiros e vasos de flores na fachada frontal, acima da qual se erguem as grandes chaminés;*

habitadas por assalariados rurais integrados num regime económico estritamente quantitativo, elas são em si mesmo apenas de habitação e não de lavoura, e por isso esmeradamente limpas, não mostrando nenhuma particularidade funcional que as relacione com aquela actividade; certas arrumações, para guarda de, alfaias, produtos, ou animais, situam-se geralmente em anexos exteriores, nas traseiras da casa” (Oliveira: 1995: 75).

Retomando à mulher no campo: de Novembro a Julho, com curtas interrupções cada lavoura ocupa pelo menos um racho de mulheres (nunca menos de oito a quinze e, por vezes, de trinta a cinquenta). A apanha da azeitona e da bolota, a espalhação de estrumes e adubos, as mondas, as sachas e colheitas de legumes, a remoção de pedras miúdas e as ceifas, são as lidas que ocupam a grande parte da população feminina (Picão 1983).

Os ranchos de mulheres eram comandados por um homem porque, dá a entender Silva Picão, a tentação da “bisbilhotice” e “tagarelice” era grande e ter uma *manajeira* no comando dava sempre prejuízo. “A idade juvenil de muitas, a propensão de todas, o meio em que se encontram e as liberdades que o campo sugere, são factores que, longe de predisporerem ao silêncio e sisudez, impulsionam irresistivelmente a actos ruidosos, expansivos, que, se se abafam por momentos, explodem afinal, a pretexto de qualquer coisa” (Picão 1983: 114).

Esta descrição ajusta-se perfeitamente à caracterização efectuada pelos três interlocutores da realidade de S. Geraldo. Embora com umas décadas de intervalo, pouco ou nada se viu alterado no espaço rural alentejano, questão que pode ser observada pelo discurso que aqui transcrevo e que pode ser consultada no Anexo 1.

“No campo a mulher ajudava o homem, como aliás em todos os outros trabalhos. De outra forma não podia ser porque o trabalho era muito duro e mais apropriado à força masculina. A mulher só trabalhava quando precisava, porque a vida era muito difícil e todos os tostões que se conseguisse ganhar era uma mais valia para a família.

Quando a terra ficava sem nada, dava ervas e sargaço que chegavam a crescer de quinze a vinte centímetros. Em Janeiro, aproveitando a chuva e o facto da terra

estar mole, as mulheres andavam no campo em ranchos a passar a herdade e a arrancar os sargaços com as mãos, agora faz-se tudo com máquinas mas na altura era tudo feito à mão. Cheguei a andar com quarenta e cinco mulheres mais de três meses a arrancar mato – disse o Joaquim Padeiro que fora manajeiro de ranchos de mulheres durante sete anos (dos vinte e cinco aos trinta e dois) – porque havia terra mais castigada pelos sargaços que outra. Na altura da cortiça a mulher apanhava-a, colocava-a em montes para quando a carroça passasse a carregar. A mulher também apanhava tremoço, tarefa que só se podia fazer em dias frescos e pela manhã, o ideal seria que houvesse nevoeiro ou humidade. Chegavam a ir para apanha do tremoço às cinco da manhã. Se o sol nascia às seis ou sete da manhã, já lá tinham de estar porque mesmo antes do sol nascer já havia aquela claridade, a aurora, que dava para ver e apanhar o tremoço até eles darem. As dez e meia, onze horas já fazia muito calor e o tremoço começava a debulhar – as vagens abriam – era então altura para acabar a colheita desse dia. Dependendo do dia, a mulher podia fazer mais ou menos horas. Havia dias em que aquecia logo e as mulheres iam para casa com três escudos e quinhentos, resultado de uma hora. Depois do tremoço, em Agosto, a mulher estava parada mais ou menos até à azeitona. Uma pequena percentagem era ainda chamada para as caianças dos montes e esporadicamente para a apanha da bolota a meados de Outubro. Nas herdades com seara, a bolota tinha de ser apanhada à mão, para não se destruir a seara. No total, o trabalho para as mulheres, bem somado, dava seis meses” (José de Matos Júnior, Estarrapa e Joaquim Padeiro 2005).

Silva Picão dedica o VIII e último capítulo às “Searas”, chegando ao mínimo pormenor descritivo. Compreende-se que os cereais ocupavam um espaço de destaque na agricultura alentejana, como é sabido pela posição comumente conhecida de “celeiro de Portugal”. Trigo, cevada, aveia e centeio eram os cereais mais cultivados. A grande parte dos trabalhos agrícolas era feita manualmente devido à quase inexistente mecanização. “A seara de cada lavoura, de uma ou mais herdades, semeia-se na *folha* ou *folhas*, preparadas de alqueive, nos ferregiais dos montes e nas terras de restolhice, que, por terem sido estrumadas no ano anterior, ou que, pela sua notória fertilidade, se julgam aptas para a segunda seara. (...) Em escala imediatamente a inferior, temos a cevada e logo depois a do centeio. A aveia fica em último lugar, tanto pela terra que a produz como pela quantidade que se semeia. Para ela destinam-se as terras piores de alqueive, ou as de

restolhice, já depuradas por recentes produções de outras sementes.” (Picão 1983: 286 e 287).

Os legumes (favas, grão-de-bico, chícharos e feijão-frade) eram culturas secundárias comparadas com as anteriores. Eram-lhes reservadas as terras de alqueive, de modo a beneficiarem o solo para as sementeiras cerealíferas do Outono seguinte.

O autor traça de forma extremamente detalhada o tipo de serviços, a maquinaria agrícola, a mão de obra, os ciclos do trabalho, a rotina diária entre outros aspectos caracterizadores do trabalho rural da região que acaba por ser, com uma ou outra diferença, extensível ao resto do Alentejo.

Para isso, repare-se na realidade de S. Geraldo, contada pelos três interlocutores e que pode ser consultada no Anexo 1:

“A terra era cultivada de quatro em quatro anos. No primeiro levava trigo, no segundo levava cevada ou tremoço ou então só cevada e no terceiro só tremoço. O quarto ano era reservado ao pousio (para pastagem). Havia terras boas que ao fim dos quatro anos voltavam ao ciclo, mas outras menos boas só ao fim de cinco ou seis anos.

Ciclo do Trabalho Rural: *O mês de Janeiro era dedicado à esgalha que podia ir até meados de Fevereiro conforme a extensão da folha e o número de trabalhadores; a partir de meados de Fevereiro a lenha que sobrava da limpeza das árvores era rechigada e carregada às costas – às vezes chegava aos quarenta quilos ou mais – pelos homens e posta em montes num local reservado – onde não poderia haver árvores – para ser queimada em fornos feitos para o efeito. Estes locais eram equivalentes a um campo de futebol. A lenha daquela zona era carregada para ali para depois se fazer um forno de carvão, que podia durar até meados de Abril; até Maio o pessoal era deslocado para arranjar os caminhos entre as herdades que todos os anos eram reparados. Nas zonas mais baixas – vales – aproveitava-se que o terreno era mais húmido e plantavam-se abóboras, milho, melancia e feijão-frade que aproveitavam unicamente a água que a terra dava e ao fim de quinze dias estavam em condições de cavar. No fim de Maio apareciam as aceifas conforme o calor e a maturação da seara e arrastavam-se até ao fim de Julho.*

Quando acabavam as aceifas, os molhos de trigo eram levados em carros para a eira – local onde se limpava toda a espécie de cereais e legumes, que ficava, geralmente, a uma curta distância do monte – onde estavam as máquinas

debulhadoras que eram fixas. Cada máquina ocupava de vinte a trinta homens. Este trabalho era muito penoso devido ao calor de 40° C que se fazia sentir e pelo pó inerente à mecânica do processo – as pessoas bebiam tanta água que por vezes até desmaiavam. A palha ficava na eira e eram feitos os frascas que eram depósitos para a palha que chegavam a ter vinte metros de altura e outros tantos ou até cinquenta de comprimento, sendo que a palha grossa ficava de um lado e a moinha – fina – de outro.

A debulha: processo pelo qual se limpava a seara ou searas de todo e qualquer género – ia até meados de Agosto. Ao mesmo tempo que havia homens na debulha havia outros nos fornos a fazer carvão com a lenha anteriormente rechigada, e ainda outros nas tiradas da cortiça que era sem dúvida o trabalho mais invejado porque para além de ser o mais fácil e menos custoso era o que mais pagava.

O Trabalho nos Fornos: a lenha estava toda naquele sítio e depois havia homens que iam enformar a lenha. O processo de enformamento tinha a sua ciência e não podia ser feito de uma maneira qualquer. A lenha mais grossa e a lenha mais fina tinham posições estratégicas no fogo para arder bem, caso contrário o forno podia não arder ou arder mal. O pai do Sr. Joaquim fazia fornos de carvão e não era qualquer pessoa que podia ser carvoeiro, tinha de perceber muito daquilo: para começar a lenha mais grossa tinha de ficar logo por baixo e punha-se a miúda a tapar os buracos. Depois com a ajuda do junco apanhado na ribeira forrava-se a lenha e depois tapava-se com terra, ou melhor torrões porque a terra estavam, nessa altura, muito seca. Quando tudo estava preparado deitavam fogo ao forno e a partir daqui tinham de comandar o fogo, abrindo e fechando as gateiras, para que a lenha ficasse toda igualmente queimada. Depois do forno ficar cozido e apagado ficava ali durante uns oito dias a arrefecer, a terra abatia e o forno era desterrado e fazia um calor terrível, por vezes quando encontravam o carvão mesmo estando apagado acendia o que exigia um grande saber para o manter apagado. O carvoeiro, como responsável máximo, estava sempre numa grande ansiedade porque era normal estarem alguns paus por cozer mas quando se encontrava metade do forno ou até um terço do forno mal cozido eram barrigas de riso e não podia ser. Este processo decorria até meados de Setembro. Findas estas tarefas partia-se para a azeitona: primeiro enterrava-se as oliveiras para depois vir as outras e a seguir era a apanha da azeitona que durava mais ou menos até à esgalha em Janeiro. Por aqui havia trabalho todo o ano.

Ciclo da Seara: durava ao todo dezoito meses. Digamos que as terras eram lavradas aí em Janeiro até porque tinha chovido muito e o terreno estava todo encharcado. Lavravam o que era para ser a folha até meados / fins de Março. Em terrenos mais fracos e melhores de trabalhar um animal fazia o trabalho, mas em terrenos mais duros, logo mais difíceis tinha de se recorrer as juntas, parelhas, com duas mulas ou, anterior ao meu tempo, com gado vacum. Podiam ser juntas de dois ou quatro animais sendo necessário aqui usar arados. Todo este equipamento –

charruas, arados, etc. era feito na abogaria¹¹ pelo ferreiro, para além de todos os utensílios em madeira e até soldadura” (José de Matos Júnior, Estarrapa e Joaquim Padeiro 2005).

A pesquisa de José Cutileiro em Vila Velha descreve a vida de uma freguesia rural alentejana em meados dos anos 60 do século XX. O trabalho de campo decorreu entre 1963 e 1967 de “residência entrecortada”, como o próprio refere na 2ª edição portuguesa em 2004. Trabalho inicialmente conducente à tese de doutoramento em Antropologia Social e apresentada na Universidade de Oxford, é publicada pela Oxford University Press em 1971 com o título *A Portuguese Rural Society*. Seis anos depois é traduzida e editada em Portugal com o título *Ricos e Pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa*.

Passadas que estão quatro décadas continua a ser uma das obras emblemáticas no estudo das sociedades rurais. São variadas e, de certa forma, obrigatórias as referências ao autor e à sua obra em trabalhos da especialidade.

Segundo algumas opiniões a contextualização da própria pesquisa não deixa de ser de relevância expressa. Assim, e segundo Pina Cabral “a excelente monografia de Cutileiro sobre uma aldeia de montanha do Alentejo é indissociável das circunstâncias políticas e históricas em que foi escrita. É essencialmente um estudo sobre estratificação de classes, propriedade da terra, patrocínio e exploração, numa região agrícola onde a terra está concentrada, onde os trabalhadores rurais estão proletarizados e onde se desenvolvia rapidamente um sistema de política tensa” (Cabral 1991: 38).

Ao abordar o objecto de estudo com várias lentes – antropológica, sociológica, histórica, económica e política – contribuiu, de forma categórica, para o conhecimento alargado e aclarado da vida rural de Vila Velha, do interior alentejano e da sociedade rural portuguesa em geral. De facto, “ao estudar pormenorizadamente a estrutura social de meia dúzia de aldeias com menos de dois mil habitantes esperou-se poder contribuir para um conhecimento mais

¹¹ Abogaria: lugar onde se guardava os gados ou alfaias agrícolas e onde se faziam os instrumentos agrícolas.

rigoroso do Alentejo. E em muitos dos temas abordados o leitor reconhecerá características que transcendem o Alentejo e se encontram, com generalidade, na sociedade portuguesa contemporânea”. A Reforma Agrária impôs que fosse incluído um posfácio à edição portuguesa “baseado em visitas, necessariamente curtas, feitas à freguesia entre Abril de 1974 e Setembro de 1976” (Cutileiro 2004: 10).

O espaço alentejano é, pelo próprio Cutileiro, subtilmente homogeneizado ao referir que “a vila, as aldeias e os campos não apresentam qualquer diferença flagrante em relação a outras vilas, aldeias e campos do Portugal mediterrânico. Encontramo-nos numa região de searas de trigo e olivais, com escassos casais, na qual a maior parte dos habitantes se aglomera em povoações, claramente visíveis à distância devido à imaculada brancura das suas casas” (Cutileiro 2004: 13). Poderia, de facto, estar a falar de S. Geraldo – das searas de trigo e olivais e das casas caiadas dum branco imaculado como o lembram, saudosos, José de Matos Júnior, Esfarrapa e Joaquim Padeiro.

Como nos elucida Cutileiro a terra era, por todo o país, a forma mais segura para fazer investimentos, não só pelo seu baixo índice de industrialização como também por ser tradicionalmente agrícola, o que desencadeava uma desconfiança generalizada em relação a outras formas de investimento (Cutileiro 2004).

O trabalho rural era, por isso a grande fonte de rendimento para todos, independentemente do estrato social a que se pertencesse (como já tínhamos visto em Silva Picão). A agricultura condicionava, directa ou indirectamente, a vida da comunidade. Em *Ricos e Pobres no Alentejo*, Cutileiro divide, por isso, a estrutura social de Vila Velha em quatro grupos sociais: os latifundiários ou lavradores, os proprietários, os seareiros e os trabalhadores rurais.

Ernesto Veiga de Oliveira esclarece-nos que “a regra geral e característica da apropriação do solo no Alentejo, que se verificou até aos nossos dias, foi a grande propriedade ou exploração, derivada do anterior latifúndio, que as condições ecológicas e históricas da região promoveram; e o contraste e oposição entre os dois

estratos em que se estrutura basicamente a população agrícola alentejana – os grandes *lavradores*, proprietários ou rendeiros, e os *trabalhadores sem terra* – são ali uma realidade crucial, que dá o tom e define as linhas mestras da atmosfera económico-social da Província” (Oliveira 1995: 78 e 79).

Retomando a categorização de Cutileiro, os latifundiários constituíam, de longe, o grupo mais reduzido, endinheirado e melhor posicionado na estrutura social pelo que o distanciamento em relação ao resto da população era bem visível. Eram designados de Senhores. Os proprietários possuíam terra donde retiravam exclusivamente a sua sobrevivência, para além de se constituírem como uma unidade de trabalho familiar, tinham ainda alguns empregados e mantinham um contacto mais próximo com o resto da comunidade – no caso específico de S. Geraldo, o pai do Joaquim Padeiro estava dentro deste grupo e, durante grande parte da sua vida, teve o filho a trabalhar com ele e a gerir grupos de mulheres, aspecto a ser desenvolvido na sua história de vida anexada ao presente estudo.

Os seareiros eram trabalhadores especializados e trabalhavam nas terras de latifundiários e proprietários. Muito raramente tinham terra própria que até podiam alugar. Comparativamente aos trabalhadores rurais, tinham um prestígio social mais elevado pelo que nível de estabilidade era superior. Possuíam ainda alguns animais, o que lhes possibilitava aceitar explorações agrícolas em parceria. De acordo com o autor, a posse de bens contribui fortemente para a diferenciação social dos vários grupos da comunidade. Em São Geraldo esta realidade pode ser exemplificada pelos familiares antepassados de José de Matos Júnior. O bisavô era “um grande seareiro, possuía muitas mulas e carroças, e tomava muita terra para semear, até para os lados de Benfica do Ribatejo”.

Regra geral “os trabalhadores rurais não possuem terras ou apenas têm courelas excessivamente pequenas ou pedregosas para fins agrícolas” (Cutileiro 2004: 45). É o maior grupo de indivíduos que, trabalhando por conta de outrem, dependem da terra para a sua subsistência. Opõem-se aos anteriores porque não são empregadores, patrões de si próprios ou tão pouco têm terras. Podem ser

contratados ao ano – *concertados* – (“*ser concertado era, (...) a primeira ambição na vida de um trabalhador agrícola*”), à temporada, à semana ou ao dia (na descrição de Silva Picão passa-se exactamente o mesmo, à excepção da semana que é trocada pelo mês e relativamente aos *concertados* que eram designados de anuais. Obviamente que as terminologias sofrem alterações ao longo do tempo ou até mesmo dependendo da zona podem ter designações diferentes).

A vida destes indivíduos era “extremamente difícil: os salários eram muito baixos, os benefícios sociais, inexistentes, e a instrução, um objectivo impensável para o filho de um trabalhador rural. Não havia, porém, alternativa” (Cutileiro 2004: 62 e 63). O trabalhador agrícola tinha no seu trabalho, na sua força, o seu capital social, daí que “uma reputação de honestidade e apego ao trabalho constituía provavelmente a bagagem mais importante do trabalhador no seio desta sociedade, dado que o seu emprego dependia, durante a maior parte do ano, da vontade dos lavradores” (Cutileiro 2004: 60). No caso concreto de São Geraldo, o *Esfarrapa* representa a ascensão que um trabalhador rural pode alcançar: começou por ser, aos sete anos, *ajuda de gado* (como aliás era comum), e chegou a ser, durante muitos anos, *manajeiro* tal como o seu pai.

Um dos pontos focados por Cutileiro na sua obra é a forte distinção dos papéis masculino e feminino na comunidade. Quer no namoro, quer no casamento e conseqüentemente na família. Ao homem era exigido que evidenciasse capacidade para administrar o sustento da família e que lhe desse protecção; à mulher que fosse recatada, digna, fiel e obediente ao companheiro. No seio conjugal as funções eram tradicional e rigidamente definidas, estando intimamente ligadas ao espaço que cada um ocupava: o homem na rua e a mulher em casa (dependendo do estrato social a mulher poderia ver aumentada a sua esfera de acção: à mulher mais pobre cabia ainda a gestão do orçamento da família, esperando-se que fosse poupada). Desta organização dependia a ordem da própria comunidade.

A divisão sexual das tarefas aplicava-se igualmente à esfera do trabalho que estava sempre associado a mulheres dos estratos mais baixos, assim como se viu na descrição de Silva Picão, no testemunho dos três interlocutores desta pesquisa José de Matos Júnior, Esfarrapa e Joaquim Padeiro e reforçada por Ernesto Veiga de Oliveira: “no Alentejo, homens e mulheres participam no trabalho do campo. Há porém tarefas em que, por sua natureza ou por razões de tradição, se verifica uma diferenciação sexual mais ou menos exclusiva. Assim, por exemplo, as mondas eram feitas sobretudo por mulheres, as debulhas eram-no pelos homens. As ceifas, pelo contrário, eram feitas simultaneamente pelos homens e pelas mulheres, e até por rapazes e moças muito novos” (Oliveira 1995: 85).

CAPÍTULO 5
DE WLADEK A JOSÉ DE MATOS JÚNIOR

A história de vida parece-nos ser um instrumento susceptível de nos dar uma interpretação do real social capaz de preservar a especificidade da pessoa.

Jean Poirer

Writing is an activity, which links a person with the world of formality

Pitt-Rivers

Prefácio

Como já tive oportunidade de assinalar e desenvolver num dos momentos anteriores, a parte central deste trabalho é a autobiografia de José de Matos Júnior. Este quinto capítulo é-lhe inteiramente dedicado.

Tive o primeiro contacto com a comunidade de São Geraldo através do principal interlocutor da pesquisa e, por razões profissionais, da Associação de Protecção Social à População de São Geraldo – “O Girassol”, de que é Vice-Presidente. Desde logo percebi que o Sr. José tinha vocação para relatar e interpretar factos e acontecimentos quase sempre ligados à terra e à família. Para qualquer mote havia sempre um episódio a contar. Esta predisposição encontrada, aliada ao facto de não existir qualquer estudo sobre a aldeia, constituíram, de certa forma, as motivações do presente estudo.

O propósito inicial deste estudo foi sempre o de construir três histórias de vida que, cruzadas, me ajudassem a compreender as vivências e trajectórias de alguns indivíduos em espaço rural e da própria comunidade. A ideia era considerar a singularidade não numa perspectiva de diagnóstico ou terapêutica, mas como reveladora um certo vivido social (Poirier et al 1995).

Não me foi preciso muito tempo para perceber a capacidade e gosto pela oralidade, primeiro, e pela escrita, depois, de um dos autobiografados. José de Matos Júnior fala e descreve com gosto todos os temas abordados. Quando tive acesso a um dos textos que elaborou a propósito de uma das actividades desenvolvidas pelo “Girassol”, fiquei tentada a propor-lhe que escrevesse a história da sua vida. Da tentação passei ao convite e fui bem sucedida em todos os aspectos, não só pelo sim, mas porque o fez de bom grado como o próprio o refere: *”A Dr.ª Cristina Nunes solicitou-me que escrevesse a minha biografia. Eu aceitei e faço-o com muito gosto, não por vaidade, mas por poder colaborar no seu trabalho,*

que é o primeiro estudo sobre a minha terra, São Geraldo". Deste modo, será relativamente fácil de perceber porque é que o título "De Wladek a José de Matos Júnior" surgiu. Surgiu pela associação metodológica central, por preferências bibliográficas e, se me é permitido, para homenagear uma obra que considero notável, pelo menos neste âmbito.

A etnobiografia presente "visa não somente transcrever a aventura individual do informante, mas exprimir os modelos culturais do seu grupo através do conhecimento que ele tem deles (ou a imagem que deles entende dar); portanto, para lá de idiosincrasia, espera-se atingir a sociedade de que o indivíduo faz parte" (Poirier et al 1995: 93).

Tenho consciência de alguns riscos inerentes a esta "estratégia de investigação" (Ramos 2001), nomeadamente à subjectividade inevitável a "quem se conta livremente" (Poirier et al 1995). Curiosamente este cuidado foi partilhado pelo informante, mesmo que num sentido diferente do meu: "*Fiz notar que vai ser um trabalho subjectivo, que vale o que vale*". Kroeber referiu a este propósito: "uma biografia (...) é a história voluntariamente objectiva duma vida num contexto social (...) uma autobiografia é necessariamente subjectiva e, se for honesta, reconhece-o" (Poirier 1995: 71).

Elaborei outras duas autobiografias, desta feita indirectas, com espaço dedicado nos anexos em conformidade com a função que desempenham neste trabalho: de complementaridade. Foram efectuadas sessões conjuntas, com os três autobiografados e só com o Esfarrapa e o Joaquim Padeiro, exactamente para precaver o risco de esquecimentos, troca de datas, pessoas e acontecimentos, como aliás desenvolvi no capítulo dedicado à metodologia, altura em que abordei o "Efeito Rashomon".

É imprescindível que se faça a distinção entre as duas modalidades: autobiografia directa e autobiografia indirecta ou como sugerem Poirier e os seus colaboradores "é preciso, pois, distinguir o projecto biográfico do projecto autobiográfico. O

primeiro pretende ser uma reconstituição tão objectiva, clara e viva quanto possível de uma vida, o segundo é uma narrativa da pessoa que se conta a si mesma, que pode falar dela própria, desenrolando a quotidianidade da sua existência passada ou evocar as suas recordações a propósito de acontecimentos particulares” (Poirier et al 1995: 71).

A etnobiografia de José de Matos Júnior é apresentada exactamente nos moldes em que ele a pensou e escreveu, porque me parece extremamente importante respeitar e perceber a ordem atribuída à sua própria trajectória. Procedi unicamente a ajustamentos gramaticais para que ficasse o mais perceptível possível para o leitor, sem enviesar ou anular o sentido da narrativa.

Segundo Poirier, o trabalho estará completo com “um prólogo, um prefácio, um posfácio, em que dá explicações sobre as modalidades de recolha do texto oral e sobre os seus métodos. O prefácio situa a personagem, justifica a história de vida e autentica-a” (Poirier et al 1995: 77). Uma vez que os dois primeiros aspectos já foram abordados e desenvolvidos, reservarei o prefácio para caracterizar genericamente o narrador. Digo genericamente para não cair em excessivas repetições, uma vez que esta questão é aprofundada pelo próprio, pelo que o seu enquadramento “deve ser reduzido ao mínimo” Ao longo do texto procedo a algumas considerações, sempre que julgue oportuno, no sentido de comentar, explicar e descrever acontecimentos, clarificar ideias, enfim, para contextualizar a acção. Sobre o seu ordenamento no texto optei pelo modelo usado por Thomas e Znaniecki em *The Polish Peasant in Europe and America*. Assim tecerei os comentários que considerar importantes e necessários no decorrer do texto, recorrendo, obviamente, formas de diferenciação clara entre a narrativa e os meus comentários.

A história de vida de José de Matos Júnior é rica sobretudo nos pormenores e detalhes. Quando fala dos seus bisavós e avós descreve com uma lucidez e memória impressionantes as vivências, ditos e comportamentos da época. Isto ajuda-nos,

obviamente a perceber variadíssimas realidades: da organização social e familiar à economia familiar, entre outras. Neste sentido, optei por não os excluir do texto final, dada a sua relevância para compreendermos a realidade da época, bem como para observar melhor o perfil do próprio narrador.

Para o leitor mais atento, é fácil de reparar que as frequentes referências à figura materna e paterna são sempre apresentadas com maiúscula. Facto que se deve à forte ligação do interlocutor aos pais, bem como ao enorme orgulho e respeito que nutria e nutre por ambos.

A 24 de Junho de 1943 nascia em São Geraldo – concelho de Montemor-o-Novo – José de Matos. Aos dez anos teve de tratar do Bilhete de Identidade e foi brindado com mais um nome e um novo dia de nascimento. Assim, e oficialmente, José de Matos Júnior nasceu a 1 de Julho de 1943.

Descendente de uma família de trabalhadores rurais, nasceu e cresceu de mãos e pés na terra, daí lhe ser tão fácil e aprazível falar do tema. Conserva bem nítidas imagens e momentos da sua história e da história daqueles que, por uma razão ou outra, lhe ficaram cravados no peito. Mesmo depois de ter saído ainda rapaz da terra, para ir trabalhar para a CP no Barreiro (onde casou e constituiu família), nunca esqueceu nem virou as costas a São Geraldo, antes se empenhou em melhorar as condições de vida da sua gente. Detentor de um espírito dinâmico e fecundo, criou “O Girassol” – Associação de Protecção Social à População de São Geraldo – que tenta, com as dificuldades próprias das instituições pequenas, tornar os dias mais prazenteiros àqueles para quem a vida se foi tornando pardacenta; exemplo disso é o Serviço de Apoio Domiciliário (a única resposta social para os mais carenciados na aldeia).

Como mais novo de três irmãos sempre foi muito protegido pelos pais, especialmente pela mãe. Desde muito cedo se interessou pela escola, provavelmente pela influência que o seu irmão do meio, o Chico, exerceu sobre ele. Os estudos repartiram-se entre São Geraldo, Évora, Montemor-o-Novo e, já depois de adulto, no Barreiro e em Lisboa, na Faculdade de Direito, curso que deixou no

segundo ano. Sempre teve um gosto especial pelas letras e humanidades e isso espelha-se nos textos que escreve: prosas, poemas, peças de teatro, etc. A José de Matos Júnior se deve a autoria do Hino de São Geraldo, ou pelo menos a letra. A sua dedicação à comunidade leva a que se indigne contra a inércia dos poderes locais em voltá-la ao esquecimento. Por outro lado, possui capacidade analítica suficiente para perceber certas condicionantes à acção do poder local. É uma pessoa equilibrada e com um forte sentido cívico. Honesto, sincero e espontâneo, não se inibe de relatar “malandrices” da juventude e outras coisas menos recomendáveis, mas sem grande importância, porque crê que quando se é novo há certas liberdades que são permitidas.

De todas as conversas que partilhámos sempre fez questão de referir que a vida dele, salvo ao nível mais íntimo, é um livro aberto e que não se arrepende de nada a não ser a tristeza que sente por não ter contribuído para que o pai aprendesse a ler e a escrever.

A Minha História

Explicação

A Dr.^a Cristina Nunes solicitou-me que escrevesse a minha biografia. Eu aceitei e faço-o com muito gosto, não por vaidade, mas por poder colaborar no seu trabalho, e que é o primeiro estudo sobre a minha terra, São Geraldo. Fiz notar que vai ser um trabalho subjectivo, que vale o que vale, vai ser escrito ao correr da pena, todo de seguida, e só no fim, ao reler o texto, irei seccioná-lo e colocar títulos.

Chamo-me José de Matos Júnior, faço 62 anos em Junho ou
O Meu B9 *Julho, nasci em São Geraldo, no Concelho de Montemor-o-*
Novo, e Distrito de Évora. O meu Pai foi o meu padrinho e a
Nossa Senhora da Visitação a minha madrinha. Eu faço anos a
24 de Junho, mas no meu Bilhete de Identidade consta o dia 1 de Julho de 1943.

Quando fui concebido, a vida de meus Pais destrutava de algum desafogo
financeiro, mas na data do baptizado, Julho a Setembro de 43, os meus Pais
estavam sem dinheiro e com muitas dívidas, porque a seara, de que viviam, tinha
sido muito má, e tinha dado poucas sementes, tendo, por isso, sido insuficiente para
pagar toda a despesa feita desde a sementeira.

A vida económica rural era pautada pelo risco e imprevisibilidade, uma vez que estava intimamente dependente dos factores físicos e climáticos. Disso dependia o sucesso ou o fracasso de todo um ano de trabalho que se reflectia nas condições de vida de toda a família, agravado pelo facto da terra ser quase sempre a única fonte de rendimento. Segundo o testemunho de José Cutileiro “dentro do quadro geral de clima mediterrânico de estios quentes e secos e de invernos húmidos e frios, esta região está sujeita a condições climáticas imprevisíveis, que variam consideravelmente de ano para ano; este factor, aliado à pobre qualidade dos solos, contribui para a sua baixa produtividade” (Cutileiro 2004:16).

Por isso, eles não puderam fazer o baptizado, não puderam convidar padrinhos, pois
não podiam fazer qualquer despesa com o almoço do baptizado. O meu Pai foi
sozinho ao Registo Civil, decerto depois do prazo, e para não ser multado foi
consertada a data oficial de 1 de Julho, e recebi o seu próprio nome, José de Matos.
Só dez anos depois, quando fui ao Registo Civil, tratar do Bilhete de Identidade,
para ir fazer a admissão aos Liceus, a Senhora do Registo Civil me disse que eu
também me ia chamar Júnior, para não ter o mesmo nome que o meu Pai.

A Família

Tenho 2 irmãos: um, o Custódio, com mais 8 anos que eu, e o
outro, o Francisco, com mais 6 anos e tal que eu. Receberam os
nomes dos seus e meus Avós, respectivamente, materno e

paterno. A minha Mãe gostava muito de uma menina, foi à procura, e saí eu. E, talvez por isso, eu fui tratado de uma forma muito maternal, com muito mimo, até porque vim muito mais tarde que os meus irmãos. Dizem-me que eu fazia muitas birras, que me ficava no choro, que “morria”, e a minha Mãe, especialmente, era sempre muito mais tolerante para mim que fora para os meus irmãos. A minha teimosia não foi corrigida. E até na comida, eu era, e ainda, sou muito “biqueiro”, e a minha Mãe fazia outra comida para o menino. Por exemplo, eu não gosto de cebola, de coentros, de salsa, de alhos, etc., e a Mãe não os punha ou então tirava-os para fora ou fazia-me outra comida. Estes meus vícios foram alimentados, e ainda hoje o são, pois a minha mulher faz essas mesmas concessões. E tem piada: eu consigo seleccionar, e juntar na ponta da minha língua, tudo o que não gosto, ou digo que não gosto, e imediatamente perco o apetite. E vai daí, fazem-me as vontades. Mas eu fico fulo comigo próprio e sem resposta e coro mesmo, quando a minha mulher não hesita em contar, à minha frente, estas minhas manias. E tenho pena que a minha Mãe não tenha sido mais dura comigo e não me tenha disciplinado.

A sociedade rural tradicional, que, segundo algumas características apontadas por Foster se resume à: “concentração do poder económico e político nas mãos de uma pequena elite que exploram a sua posição para manter o status quo e assegurar que eles e os seus descendentes continuem a gozar das boas coisas da vida à custa das massas, ambas rurais e urbanas. (...) As tecnologias são simples, mesmo para a elite, e o conhecimento científico limitado. A produção é atingida através do poder humano e animal em vez do mecânico. A iletracia é a regra e o acesso a novos conhecimentos é restringido” (Foster 1973: 1).¹² Nesta sociedade, os filhos mais velhos eram normalmente chamados a trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da casa. Como benjamim da família José de Matos Júnior teve outro tipo de oportunidades que não tiveram os irmãos – só assim se justifica, por exemplo, que num clima de necessidades as preferências alimentares tenham sido autorizadas.

O meu Pai era o José de Matos e nasceu em 1910 com a República, a minha Mãe era a Augusta, para mim, também Maria, e para os meus irmãos, também Tecedeiro. Por vezes, em certos actos oficiais, tínhamos que obter na Junta de

¹² “concentration of economic and political power in the hands of small elite groups who exploit their position to maintain the status quo and ensure that they and their descendents continue to enjoy the good things of life, at the expense of the masses, both rural and urban. (...) Technologies are simple, even for the elite, and scientific knowledge is limited. Production is achieved through human and animal, rather than mechanical, power. Illiteracy is the rule, and access to new knowledge is restricted” (Foster 1973: 1).

Freguesia, uma Declaração dizendo que a Augusta Maria e a Augusta Maria Tecedeiro eram uma e a mesma pessoa. A minha Mãe nasceu em 1915, e casou aos 17 anos e o meu Pai aos 22 anos

“A família inicia-se pelo casamento” referia Cutileiro em *Ricos e Pobres no Alentejo*. A idade do casamento e a propositada constituição da família era o fim último no desenvolvimento do rapaz e da rapariga, que após o casamento se tornavam homem e mulher. “O homem só atinge a plena maturidade quando casa. Até então não deixa de ser um rapaz” (Cutileiro 2004: 89). Com o casamento adquiria-se um estatuto superior no seio da comunidade, daí o casamento realizar-se sempre em idades tão jovens (pelo menos comparadas com as de hoje). Para além de que leque de expectativas profissionais e individuais era incomparavelmente menor que o actual.

A minha Mãe sabia ler e escrever e fazer contas, era, para a época e para o meio, uma pessoa letrada. Ainda aprendera na época dos réis, e assistiu à mudança para o escudo. Por isso, quando fazia contas com importâncias em dinheiro, colocava o cifrão, e acrescentava sempre mais 3 zeros à sua direita. Só assim sabia fazer contas. Parece que aprendera com um Senhor, porque na sua altura não havia Escola oficial em São Geraldo, digamos que entre 1920 a 1925. O Senhor que falei, e que agora não recordo o nome, viera para São Geraldo, parece que com problemas com o Governo. Tinha alguns meios de posse, porque não trabalhava (só o podia fazer no campo). Era um Senhor culto, tendo ensinado a ler, a escrever e a pensar as crianças como a minha Mãe.

Numa das sessões o Joaquim Padeiro lembrou o Sr. José que o nome do “cavalheiro” que terá alfabetizado muita gente era Mestre Carvalho e confirmou que, ao que parece tinha problemas com a política, mas devia ser pessoa de cultura e de saber, para além de muito conceituada por ali.

Já o meu Pai, nasceu e morreu analfabeto (hoje sinto pena). Deixou este mundo aos 80 anos, faltava um mês para os 81; enquanto a minha Mãe morreu com 85 anos. O meu Pai era uma pessoa muito inteligente, mais do que a minha Mãe. Fazia mentalmente difíceis contas de multiplicar e de dividir. Era muito calmo, muito ponderado, não se importava de ser humilhado e não reagia. Esta sua postura fazia com que, mais tarde, o caluniador o procurasse e lhe pedisse desculpas. Trabalhava

muito e conhecia todos os trabalhos do campo, incluindo o tratamento do gado. Era um homem completo. Por isso fora feitor, manajeiro, porque para além de saber fazer, sabia dirigir. Era muito respeitado, não só pelos pares como pelos Lavradores.

Distinção clara entre os Lavradores e o resto. Os Lavradores gozavam de um estatuto à parte porque eram os senhores da terra e, por isso, detentores do poder. O respeito que um elemento do povo podia receber vindo dos Senhores estava intimamente ligado com o respeito e consideração que gozasse no seio dos pares. E isto atingia-se pela capacidade de trabalho e pela honestidade, valores fundamentais na sociedade camponesa. O único “poder” do camponês é o seu trabalho e a sua dignidade. Um homem respeitado é sempre um bom homem e um bom homem tem de ser trabalhador e digno. A dignidade atinge-se pela sua conduta, explicitamente ditada pela comunidade. A descrição que José de Matos Júnior faz do seu pai resume quase um “manual de boas maneiras” do homem que se quer no seio do grupo.

A notícia da sua morte divulgou-se muito para além do círculo familiar, tendo tido, por isso, um grande funeral. Nunca me lembro de alguma vez me ter batido. Também nunca me lembro de alguma vez o ter visto discutir com a minha Mãe, nem nunca o ouvia falar alto. Só uma única vez o vi zangado e a dizer coisas impensáveis, como o de fazer justiça por suas mãos; chegou mesmo a pagar uma consulta a um Advogado, então na berra – o Dr. José Luís Sapateiro – por um guarda florestal lhe ter apreendido uma bicicleta, e a ter confiscado durante duas semanas, devido ao facto do meu Pai ter entrado na Herdade sem sua autorização.

No dia em que fizemos a visita às Herdades mais importantes da zona (à volta de São Geraldo), o Sr. José voltou a contar a mesma história, porque estávamos mesmo ali, na Herdade do Bate-Pé, onde a bicicleta tinha sido confiscada. Espaço adquirido e tratado por um espanhol endinheirado em 1955, tornou-se nos dias de hoje num espaço de agroturismo não tão bem arranjado como aparentemente se pode pensar. O Sr. António Filipe (um dos anfitriões da visita guiada) referiu, amargurado: “Antigamente, no tempo do espanhol, isto estava sempre arrumadinho... O Pátio era varrido todos os dias!”. O Sr. José limitou-se a acenar com a cabeça, talvez porque a imagem não lhe fosse agradável.

Cheguei mesmo a ouvi-lo falar em vingança de morte. Uma vez também o vi muito desorientado, quando uma pala de palha, artificialmente formada, lhe caiu em cima, ficando soterrado por cima e dos lados, numa altura de mais de 2 metros. Só o seu conhecimento, da formação e cobertura do palheiro, o salvou, pois encontrou

uma “agulha” de cana, sinal que a cobertura da palha estava perto, e cavou nesse sentido até ver a luz do dia.

Ainda sobre a minha Mãe, ela era a segunda filha nascida da
Agora, as Avós *minha Avó Salomé Tecedeiro, que ficou viúva, com pouco mais de 25 anos, e com 4 filhos, 3 raparigas e 1 rapaz, como benjamim. O meu Avô Custódio do Paço morreu muito cedo, com problemas de respiração (não sei mesmo se não fora uma tuberculose).*
A minha Mãe dizia-me que o seu Pai falava pouco, e que a mulher Salomé lhe notava isso, ao que ele respondia: “tu falas pelos dois!”. A minha Avó Salomé era, fisicamente, muito pequena, mas com um saber e uma força sem limites. Com 4 filhos pequenos (o mais novo, o rapaz, ainda de colo) e sem apoios trabalhava na Casa dos Lavradores das Herdades. Fazia de tudo e dirigia tudo (matanças de porcos, caiaças, costuras, etc.). À noite, quando regressava a casa trabalhava, à luz do petróleo, na costura, pela noite dentro, fazendo toda a roupa (capotes, roupa para noivos, etc.) para os homens e para as mulheres. Vinha de uma família, relativamente conceituada. A minha bisavó, dizia a minha Mãe, fumava e mascava uma planta (da família do tabaco, penso) e era aceite e socialmente conceituada. O meu bisavô era um grande seareiro, com muitas mulas e carroças, e tomava muita terra para semear, até para os lados de Benfica do Ribatejo.

O facto da bisavó fumar estará directamente relacionado com uma certa posição social favorável, consequência provável do marido ser um grande seareiro. Os seareiros tinham um prestígio social mais elevado comparativamente aos trabalhadores rurais. Possuíam alguns animais, o que lhes possibilitava aceitar explorações agrícolas em parceria. De acordo com Cutileiro (2004) a posse de bens contribui fortemente para a diferenciação social dos vários grupos da comunidade. Só por isso se entende que fosse socialmente permitida, à bisavó, essa “extravagância”, e fumar tabaco era-o sem dúvida. O tabaco sempre foi considerado um vício de homens (ainda hoje, nos meios mais rurais, os mais velhos não vêem com bons olhos as moças que fumam. Em todos os trabalhos de campo que já efectuei, denuncio aqui, o cuidado que sempre tive).

Tinham uma vida boa, mas um dia vieram uns ladrões encapuçados e roubaram todo o ouro à minha Avó, que teve de dizer onde a caixa do ouro estava escondida, não sei se na terra no quintal, se num buraco na parede; e, tempos mais tarde, aconteceu isto: um grosso cordão de ouro foi dado por uma Lavradora, e futura sogra de uma sobrinha de minha bisavó (que a tinha criado por ser órfã) como dote por ir casar. Oferta que a minha bisavó reconheceu como sendo o seu cordão que, em tempos, lhe fora roubado. Ela chamou as filhas, contou o sucedido, mas pediu e jurou-se reserva, para não prejudicar o casamento da sobrinha.

O dote: costume enraizado na sociedade tradicional em que o jovem casal, nomeadamente a noiva, recebem bens das respectivas famílias. Repare-se no esforço da matriarca em manter o sucedido (roubo do cordão) em segredo para garantir o equilíbrio na salvaguarda da importante instituição do matrimónio. Revelar o sucedido poderia pôr em risco a união das duas famílias; lembre-se a respeito os conceitos mediterrânicos de honra e vergonha.

É parece que desconfiaram que os encapuçados eram os antecessores de uma família rica e conceituada dos dias de hoje (com Herdades e com títulos académicos) tese que parece correcta, e aliás confirmado pelo “percurso” do dito cordão.

Voltando ainda à minha bisavó... ela teve, entre outros, 3 filhas que foram verdadeiras matriarcas – a minha Avó Salomé, a minha Tia Avó Generosa e a minha Tia Avó Augusta. A Generosa enviuvou muito cedo e ficou com duas filhas, tendo uma das quais reproduzido o seu destino: também enviuvou muito cedo e ficou com duas filhas a cargo para criar (as minhas primas Maria Cristina e Anastácia, a Xita).

Voltaremos a ouvir falar da prima Xita, uma das figuras mais influentes na juventude do narrador, a par dos pais.

Ficou, então, uma Casa só de mulheres. A minha Tia Avó Augusta deu o nome à minha Mãe, ajudou a criá-la, e, enquanto foi solteira, levou-a para sua ajudante numa taberna e mercearia que tinha. No entanto, quando se deu a construção da

estrada nacional 2, aqui por São Geraldo, há coisa de 80 a 85 anos, um Senhor de nome “Cegonho”, vindo de Portel, que trabalhava na estrada com uma camioneta sua (aliás, a única), começou a namorar a minha Tia Augusta, e quando regressou a Portel levou-a para casar. Foram muito felizes, e, embora sem filhos, criaram alguns sobrinhos. O “Cegonho” era muito querido em São Geraldo e levava os gaiatos na camioneta até à Repoula, que depois regressavam a pé só pelo prazer de andarem de camioneta.

O casamento da Tia Avó Augusta foi uma das poucas exceções, uma vez que, à semelhança da análise de Francisco Ramos (1992) no estudo sobre Vila Velha, (*Proprietários da Sombra: vila velha revisitada*), “o mercado matrimonial (...) tinha os seus limites perfeitamente definidos”. No entanto, esta exceção não surgiu sem alguns requisitos necessários: o “Cegonho” era amigo da terra e tinha muito jeito com as crianças. Esta questão leva-nos a uma outra: o casamento realizava-se normalmente entre membros do respectivo grupo social, o que traduzia uma sociedade fortemente estratificada como era a sociedade camponesa tradicional.

Posto isto, a vida da minha Avó Salomé leva uma volta e fica com o negócio da irmã Augusta – a taberna e a mercearia – embora continuasse com a costura, a ser conselheira, a ser parteira e, conseqüentemente, comadre da maior parte das mães de São Geraldo. A parteira do nosso nascimento, meu e de meus irmãos, foi sempre a minha Avó Salomé. Eu sempre conheci a minha Avó cega e surda, já aí pelos 50 e tal anos de idade. A minha Mãe dizia que ela trabalhara muito e cansara a vista. Ela sabia de tudo e dava opinião sobre tudo. Já com mais de 80 anos, toda a moça casadoira, na véspera de casar, levava-a a ver a casa e ela apalpava tudo e dizia sim ou não, se gostava ou não, e as noivas adoravam. As visitas demoravam horas. No fim, de propósito, davam a visita como encerrada sem nada lhe oferecer só para a ouvir dizer: “Fulana, no meu tempo, a noiva tinha sempre um bolo e uma bebida para oferecer aos convidados!”. Então, depois de se rirem muito, lá iam buscar uma bebida (um vinho do porto ou um cálice de aguardente... gostava muito de uma cachaça) e um bolo, que ela bebia e saboreava, ao ritmo de insaciáveis comentários.

Hoje tenho muita pena de não a ter trazido ao Barreiro, aquando do meu casamento, para lhe ter mostrado a minha casa, mas não tinha carro e... coragem.

*O Tifo e a Teimosia da
Avó Salomé*

A minha Avó era muito chata, às vezes levanta-se de noite e queria vir para a rua a chover, mas era um espírito superior e eu tenho muita saudade e muito orgulho nela. Um dia, o meu irmão mais velho, o Custódio, adoecera gravemente, foi levado a Montemor ao Médico na carroça do meu Pai, coisa de uma hora de caminho, e foi, além da minha Mãe, também o meu irmão Francisco, de meses. Ao Custódio foi diagnosticado um tifo. Não pôde ficar no Hospital porque o Chico chorava sem parar. O meu Pai teve de arranjar uma casa perto do Hospital para a minha mãe ficar com os meus dois manos (um porque estava doente e o outro porque ainda mamava e não parava de chorar). O meu Pai regressou a São Geraldo. Quando a minha Avó teve conhecimento do acontecido disse-lhe: "José, a Augusta não pode lá ficar com os filhos. O mal do Custódio ainda pode passar para o pequenito. Vais engatar de novo a mula à carroça, voltas a Montemor e trazes o Chico, que eu trato dele. E não te preocupes que eu sei desmamar bebés. Já agora, como é de caminho, levas-me à Repoula, que eu vou arranjar leite para o menino."

Com a morte do marido, a Avó Salomé, ficou responsável pela família, (daí a designação de matriarca por parte do neto). Tarefa árdua e difícil mas integralmente desempenhada. A autoridade da Avó Salomé impunha-se de forma robusta, mesmo depois do casamento dos filhos (neste caso da filha e do genro), aspecto curioso, uma vez que o casamento representava a saída da esfera dos rapazes e a entrada para o mundo dos homens, então supostamente de autonomia.

O meu pai lá fez o que a Avó Salomé lhe ordenara e a minha Mãe ficou mais de 2 meses em Montemor até o Custódio se curar.

A minha Avó não sabia ler nem escrever, mas adorava quem soubesse. Sempre que queriam que ela se calasse, porque falava sem parar, punha-se-lhe o dedo no nariz

e gritava-se ao ouvido: “o José está a estudar!”. Resultava, mas só durante meia hora. A cena repetia-se várias vezes, até que, perante a nossa insistência, respondia: “O diabo do rapaz só estuda, só estuda, ainda dá cabo da cabeça com tanto estudar!!!”

Uma Santa na Família

A Avó Inácia, Mãe do meu Pai, veio para minha Casa já muito velhota, depois de o meu Avô Francisco falecer. Era uma santa. O contrário da Salomé. Não falava. Não dava conselhos, nem ordens. Tudo estava bem: o comer, o tempo, tudo. Só falava quando a gente queria. Nos dias rigorosos de Inverno, quando um dos netos entrava em casa e ela estava no canto da chaminé, levantava-se logo para lhes dar o seu lugar quentinho. Nasceu e viveu sempre em Montes. De dia e à noite sempre sozinha com os filhos, pequenos ou grandes, em Montes ermos, distante de companhias, de socorros, de tudo. Era muito poupadinha. Na sua Casa, comia-se uma sardinha para 3 (ela, o meu Pai e a minha Tia). O meu Avô Francisco era concertado e ganhava um tanto de farinha ao mês, mais um tanto de azeite ao ano, mais um porco ao ano, mais um tanto em dinheiro (pouco) pela Feira da Luz (finais de Agosto) e tinha ainda direito a pastagem para umas tantas cabeças de gado, como povilhal (pegulhal).

Os trabalhadores rurais podiam ser contratados ao ano, à temporada, à semana ou ao dia. Os trabalhadores anuais eram designados de *concertados* e “ser *concertado* era, (...), a primeira ambição na vida de um trabalhador agrícola” porque tinha a possibilidade de melhorar a sua posição, quer dentro da casa, quer até para juntar um dinheirinho (Cutileiro 2004: 62).

O filho mais velho, o Daniel, (o meu irmão Francisco recebeu o nome Daniel em sua homenagem) foi por ela encontrado morto dentro de uma fonte junto ao seu Monte da Repoulinha quando regressava à noite do trabalho, como era hábito.

Durante a visita, já referenciada, o narrador fez questão de indicar a “fonte malfadada”, ali mesmo, junto ao Monte da Repoulinha, onde para além do tio Daniel ficaram outros, não muitos, mas os suficientes para aquele local não trazer grandes recordações.

A minha avó via-se obrigada a trabalhar e a deixar os filhos sozinhos em casa. Embora estivessem todos bem avisados para não irem para a fonte, não pode evitar que o pequeno Daniel, com apenas 4 ou 5 aninhos, fosse encontrado a boiar juntamente com o cocho de cortiça que se usava para beber água.

A Rotina do Meu Avô

O meu Avô orientava-se pelas Estrelas à noite e pelo seu Relógio de Sol de dia. Na altura das sementeiras, aí pelas 4 da madrugada deixava o campo e no meio do matagal os animais de que era maioral.

Vinha para o Monte da Herdade cuidar dos bois que iriam trabalhar. Com a ajuda de outros homens, limpava o estábulo, dava ração, palhas e feno aos bois, preparava-os para o dia de trabalho; depois iam para a mantearia, que lhes servia as papas de milho com toucinho frito (isto 2 horas antes do nascer do sol); a seguir tocavam os bois de trabalho para a lavoura e, logo que se via, começavam na faina da lavoura, durante todo o dia, quer fizesse frio ou chovesse, lavrando, lavrando sempre... interrompida apenas, ao meio-dia, para darem de comer aos bois e para almoçarem. Ao sol pôr, regressavam com os bois de trabalho ao Monte da Herdade.

Neste caso específico (pode também ser chefe dos pastores), o maioral era um dos boieiros, juntamente com o ajuda, que, seguindo a descrição de Silva Picão, ocupavam-se “na guardaria, apascentação e tratamento dos bois e novilhos de trabalho que compõe a boiada, e ainda nos serviços da ganharia”. O maioral distinguia-se do ajuda “por ser o principal responsável dos bois e por ganhar um pouco mais” (Picão 1983: 90). Estes trabalhadores eram escolhidos pelo abegão – encarregado principal da ganharia, ou, no dizer dos camponeses “Chavão da Lavoura” (Picão 1983) –, primeiro o maioral e depois o ajuda. “A distribuição do revezo de manhã cabe ao ajuda, por ser o boieiro que de madrugada apresenta os bois nos arados e também por ele lavar esse meio-dia. A do da tarde, compete ao maioral, por razões análogas” (Oliveira 1995: 100).

Só depois de tratados – e bem – é que o meu Avô ia comer as sopas de pão com a hortaliça (ou abóbora) e o feijão, tendo como conduto a carne de porco. Reproduzo aqui esta quadra cantada na época: “Abóbora com feijão/ um comer desenxabido/ é o que se dá aos ganhões/ lá no Monte do Cabido”.

Dois apontamentos breves: a mantearia era o local, no monte, onde se comia e os ganhões eram os trabalhadores da lavoura.

Depois de jantar, voltava para o campo para tomar conta dos outros bois mais novos que não trabalhavam, alimentava-os e, só a altas horas da noite, calçado com tamancos, vestido com capote, e com guarda-chuva, o meu Avô se encostava a uns carrascos e descansava. Este ritual repetia-se durante a faina da lavoura (parte de Dezembro, Janeiro inteiro e parte de Fevereiro). O meu Avô fazia questão, e tinha vaidade em não reconhecer os carrascos que tinham servido para sua cama.

O meu Pai começou a trabalhar aos 6 anos de idade, como ajuda de gado do seu Pai.

Reconhecimento social do avô, do seu valor como trabalhador, logo como homem. A atitude no trabalho reflectia, em última análise, a atitude perante a vida. Um homem honesto e trabalhador era sempre respeitado entre a comunidade, “o seu único capital é o seu trabalho, pelo que defendem e apoiam um sistema no qual é a própria nobreza do trabalho que confere determinado *status* ao trabalhador” (Cutileiro 2004: 50).

O pai e o avô do narrador eram boieiros: ajuda e maioral respectivamente. O ajuda de gado era uma das primeiras funções para os iniciados no trabalho do campo até ganharem corpo para poderem fazer outros trabalhos. Uso a palavra trabalho propositadamente. “*Trabalho* abrange todas as tarefas agrícolas que se executam por um salário, assim como as condições em que se desempenham. Exclui, por conseguinte, as restantes formas de ganhar a vida”. Os artesãos, por exemplo, são *artistas*, logo o seu labor é uma *arte*, não um trabalho. O “filho dum proprietário que trabalhe para o pai não é considerado um *trabalhador*” (Cutileiro 2004: 58 e 59), constituindo a situação, de longe, mais exemplar.

Vinha buscar as refeições a Casa para si e para o Pai, e guardava o gado dos perigos (só o rebanho tinha cerca de 600 ovelhas). Era gabado por conhecer os borregos e as suas respectivas mães o que, por vezes, era fundamental porque havia borregos que, quando esfomeados, baliam sem encontrar a mãe, e ele conseguia ajudá-los. A minha Avó Inácia ia sempre à Ribeira, quando esta ia cheia, ajudá-lo

a passar para a outra margem. A ponte era um tronco de árvore em bruto estendido sobre a passagem estreita. Ora, com a água de enxurrada a beijar o tronco e sem guardas laterais, podia ser levado e tragado pela furiosa água, apressadamente, a Caminho do Rio Tejo.

O Dinheiro

A minha Mãe, embora tivesse casado com idade de gaiata, tinha herdado (e continuou a herdar) da minha Avó Salomé todo o saber de uma boa dona de casa: a costura, o comer, o arranjo da casa, o tomar conta dos filhos, o ajudar o marido.

Para além de tudo isto passou a ser a escriturária e a tesoureira da Casa, tarefas que desempenhava com muito prazer. Tudo era por ela apontado para nada se esquecer, e tudo era pago.

Todas as funções para as quais a mulher era acostumada. De facto, e na sua generalidade, o horizonte mais longínquo e desejado quer pela sociedade quer pela própria mulher era para além de casar e constituir família, corresponder na totalidade ao que dela se esperava: uma boa dona de casa, uma boa esposa e uma boa mãe. Legalmente a tutela sobre a mulher passa apenas de mãos: do pai para o marido, e só depois de enviudar é que adquire a condição legal de chefe de família. Contudo, na prática, assim que se casa, a mulher passa a ter um papel muito mais activo, sendo que as tarefas domésticas são inteiramente da sua responsabilidade. “À excepção das famílias de latifundiários e proprietários abastados, ela é também a tesoureira da família” (Cutileiro 2004: 92 e 93).

Eu, desde muito novo, 5 a 6 anos, passei a ser envolvido nessas operações, ao ponto de com 9 a 10 anos, estar a par de tudo, de fazer pagamentos. Adquiri um gosto e um respeito imenso pelo dinheiro, pelo que era incapaz de gastar mal gasto um tostão da Casa. Nunca enganei os meus Pais. Sentia-me, se o fizesse, um pecador e Cristo, ou Nosso Senhor, me castigariam ou talvez não fosse isso, talvez sentisse apenas que aquele dinheiro era importante e que tinha sido ganho com muito suor e com muitas lágrimas. Os meus Pais viviam numa casa alugada do Senhor Manuel Bernardo e da D. Rosária Canelas que viviam em Montemor. Mais tarde, compraram-lhes um terreno, com menos de meio hectare (hoje é do meu irmão), por

10 contos, com a condição de amortizarem e pagarem juros, penso que 10% ao ano. Para além disso, a minha Mãe ainda lhes lavava e passava a ferro toda a roupa. Esta dívida arrastou-se por anos e anos... uma eternidade! Pela Feira da Luz só havia dinheiro para pagar os juros, e nada restava para a amortização. Os juros pagaram duas ou três vezes o custo do terreno, para não falar no trabalho da minha Mãe, gratuito, durante anos e anos.

O Senhor Manuel Bernardo e a esposa tinham ainda outra fonte de rendimento vindo do bolso dos meus pais: o meu irmão Francisco, Chico para nós, foi, com 10 anos, trabalhar para os Senhores Farias, uma família importante de Montemor e da oposição de então (com o 25 de Abril foram auto reclassificados na área do PSD ou CDS). Eram proprietários de uma loja muito antiga (de espingardaria, tabaco, papelaria, etc.). O meu irmão dormia na Casa do Senhor Manuel Bernardo, e como era mal pago, sobrou para os meus pais o pagamento da estadia.

Na Primeira Pessoa

Não me recordo de ter aprendido a ler e a escrever. O meu irmão mais velho teve pouco tempo de Escola, porque não pendia para as letras e gostava era das mulas. O Francisco era mais intelectual e bom aluno, tendo feito a 4^a classe e com brilho. Como ele tem mais 6 ou 7 anos que eu, e como a minha Casa ficava a 50 metros da Escola e a 30 do Terreiro das Brincadeiras, eu passava o tempo junto à Escola, a ouvir falar da Escola, e tudo se repetia em Casa.

O narrador sentia uma identificação especial com o irmão Francisco que se nota essencialmente pelo tom assertivo na emotividade com que o diz. Provavelmente por ser o mais chegado na idade ou por pura compatibilidade. Foi com ele que numa primeira fase sentiu o gosto pelas letras e pelo conhecimento. Aprendeu a ler e a escrever não se lembra bem como... são as suas palavras.

E vai daí, a Escola para mim nunca foi novidade, até porque já conhecia a Professora – o seu autoritarismo e as reguadas por cada erro ou meio erro. Não me

lembro de ter apanhado reguadas, se sim, foram poucas e por apenas meios erros (falta ou troca num sinal, etc.) porque eu escrevia praticamente sem erros. Mas havia colegas que apanhavam às vinte e trinta e, às vezes, eram os mais velhos, os da 4ª classe, os carrascos, que as davam a mando da D. Mariana, que era Regente. Mais tarde chegou uma Professora à séria – uma moça com 18 anos – vinda do Magistério de Évora. Houve muita desconfiança porque ela era bonita, usava roupas modernas que provocavam apetites, e morava no Ciborro. Era a neta da minha Tia Avó Generosa, a Anastácia Mestrinho ou “Xita”, como ela gostava de ser chamada.

Repare-se na atitude propagada relativamente à Professora Xita, que, mesmo sendo filha da terra, não escapou à desconfiança generalizada por não corresponder aos parâmetros estipulados pela comunidade: pela postura, apresentação, e por morar no Ciborro. Esta última razão tem motivos a contornar o bairrismo. É conhecido o gostinho amargo, hoje esbatido, entre as gentes vizinhas de São Geraldo e Ciborro.

Houve uma revolução na Escola tendo aumentado muito a frequência. Havia ordens para todos irmos à Escola. Uns anos depois, a Escola passou a ter outra Professora (Regente) que era a Mãe da Xita – a minha prima Maria Joaquina. A mãe passou a dar a 1ª e 2ª classes e a filha a 3ª e 4ª classes. Nessa altura havia 60 a 70 miúdos na Escola (aquilo era só futebolada). Houve outra Escola nova que tinha cantina onde as crianças fora de São Geraldo almoçavam. Cristo fez o milagre dos pães, outros Messias fizeram outras aparições. A Xita fez o milagre de dar o pequeno-almoço e o almoço aos alunos dos Montes. Comia-se bem e gratuitamente. Escrevia-se a pedir aos Lavradores e os géneros apareciam.

Não representará novidade em assinalar a elevada disparidade entre os efectivos populacionais na altura e os actuais que representarão, grosso modo, um décimo daqueles, senão repare-se no número de crianças que frequentavam a escola, indicador mais que suficiente. Embora os Senhores mantivessem distância física e social do povo, tinham um papel significativo enquanto promotores e garantes da ordem. Eram por vezes, e quando solicitados, benfeitores. Como detentores do poder, eram muito influentes, determinando, por vezes, os destinos da própria comunidade.

Ainda graças ao trabalho, ao sacrifício, ao engenho e à arte de uma única empregada e cozinheira, a Senhora Generosa, a comida aparecia sempre a horas e bem confeccionada. A Escola deve ainda à Xita a preparação e a realização de um memorável espectáculo (canto coral, teatro, canções e danças de todo o País) feito pelos alunos (na altura já só 50) da Escola de São Geraldo, levado à cena na Casa do Povo do Ciborro, no Teatro RádioCine em Montemor, e, se a memória não me falha, em Évora no teatro Garcia de Resende. Salas cheias e com gente importante, esperançosa de ver a Xita “meter a pata na poça”. Este feito tão bonito e comovente tem atravessado toda a minha vida e é impulsionador e motivador para as minhas pobres iniciativas. Foi um sucesso de espectáculo, tinha nível, é possível produzir trabalhos de qualidade. Até descobriu um artista polivalente nato – o Salvador. É pena que o Portugal de ontem e de hoje não aproveite os recursos que tem...

A Xita era verdadeiramente um génio. Ser Professora era ou foi uma necessidade. Para mal do país foi desaproveitada. Hoje com 70 anos, pesados pela dor da perda dos mais queridos (o marido, a irmã, a mãe e a tia) não tem filhos e vive só. Tem, no entanto, as memórias. Memórias muito bonitas que não morrem com ela. Daqui lhe mando um grande abraço de gratidão e de carinho, porque merecido.

Conforme já referi (por tentação, confesso) a prima professora Xita foi uma das figuras que mais influência exerceu no nosso narrador. Dotado para o gosto pelo conhecimento, o pequeno José teve na Xita a mão que precisava para desenvolver o prazer e o percurso escolar. O exemplo dela como pessoa e pessoa de saber, deslumbrou-o e o modelo inclinou-se a ser reproduzido, mas por razões de natureza só com os anos começou a ter coragem para enfrentar a vida. São variadas as referências, pelo próprio narrador, à ascendência da Xita no seu percurso, de que são exemplos: “*sonhava um dia em ser como ela*” ou “*devo a minha formação em ideias a ela*”.

Raríssimos eram os meninos, filhos do povo, que seguiam os estudos (a completar a quarta classe e muito menos a proporem-se aos Liceus), daí a comunidade ver no jovem José uma “raridade”. Este distanciamento emergente da normalidade da aldeia foi obra de sonho e ambição duns pais (um analfabeto e o outro minimamente alfabetizado) e reforço duma prima, por acaso professora. Sonho de verem pelo menos uns dos filhos longe dos trabalhos agrícolas. Esta progressão só era possível pela escolaridade, uma vez que, ao contrário da posição social herdada ao nascimento pelos latifundiários, os trabalhadores rurais nada tinham além do seu trabalho.

Fiz bem a 4ª classe. A Xita aconselhou os meus Pais para que eu fizesse a Admissão aos Liceus, que era quase um Mestrado. Eles ficaram orgulhosos e as minhas birras passaram a ser ainda mais e com mais fundamento. A aldeia passou a olhar-me com um misto de inveja e de valor, uma raridade. Na Escola, eu brincava muito, mas não deveria fazer coisas perigosas e arrojadas, como certos colegas, porque sempre fui pesado (até me chamavam “cu pesado”). Houve uma vez que, ao tentar ajudar o meu Pai numa carrada de pasto espetei um fueiro no pescoço. Fui ao médico no Caborro e desajudei ainda mais. Mas isso não era importante, porque eu era melhor em coisas de cabeça. Fiz a 4ª classe com normalidade e brilho. Fiz o exame escrito e o oral de Admissão aos Liceus. Para isso, precisei do tal Bilhete de Identidade e ganhei um nome mais reforçado

O jovem José sempre foi mais para as coisas de cabeça que propriamente para habilidades físicas. Daí as várias referências que faz neste sentido.

Foi por essa altura que fui a Évora, pela primeira vez e fiquei banzado. Aquilo tudo: as muralhas, a Praça do Giraldo, os seus arcos, os seus Monumentos, a Sé, o Templo de Diana... simplesmente maravilhoso. Bendita História de Portugal, de Reis e Rainhas, que eu tinha aprendido! Ainda bem que fui fazer o exame de Admissão aos Liceus. Fui à prova escrita com o meu Pai. Ficámos numa pensão, coisa pobre e baratinha, lá para os lados do Teatro Garcia de Resende. O quarto tinha luz eléctrica e a Senhora esteve a ensinar o meu Pai a carregar nos botões. Fomos comer a uma taberna e eu comi o que ele escolheu. Já em Évora não estudei nada para o exame porque ia muito bem preparado. Sabia todos os ramais e apeadeiros dos Caminhos-de-Ferro, mas nunca tinha visto um comboio e não sabia o que era a CP; sabia todos os rios e afluentes do meu País e das Colónias, mas nunca tinha visto o Rio Tejo, nem outro... O meu Pai, analfabeto, mostrou-me, e mostrou a si próprio, Évora que eu fiquei a amar. Já lá vão 52 anos.

O encantamento do narrador surgiu do gosto pela leitura “*Bendita História de Portugal, de Reis e Rainhas*”, que ele tinha aprendido. Por outro lado, “*sabia todos os ramais e apeadeiros dos Caminhos-de-Ferro, mas nunca tinha visto um comboio e não sabia o que era a CP; sabia todos os rios e afluentes do (...) País e das Colónias, mas nunca tinha visto o Rio Tejo, nem outro...*”: curiosa e emblemática descrição.

Voltando à prova: passei e fui à oral, desta vez fui com a minha Mãe. Fui eu que lhe indiquei o caminho desde a estação das camionetas para a mesma pensão e dela para o Liceu André de Gouveia ou Liceu Nacional de Évora. Fui eu que lhe indiquei a taberna para almoçarmos, porque ela deve ter levado, num taleigo, chouriço, queijo e pão para as outras refeições. E eu fui brilhante. A minha Mãe ficou muito orgulhosa pela prova de sapiência que o filho lhe tida dado. Só houve uma coisa que nunca cheguei a perceber e nem sei se terá sido gozo: o Júri mandou-me ir ao corredor ver as horas que o relógio de parede marcava e quando lhas disse, eles riram. A importância que este pequeno episódio assumiu na altura foi-se desvanecendo com o tempo. Hoje já não é importante.

No dia da prova escrita, o Patrão do meu irmão, o Senhor
Esconder Atrás das Costas *Benigno de Almeida Faria, estava lá com um filho, da*
minha idade, que era considerado e gabado pela sua
inteligência. Hoje é um brilhante escritor e intelectual e até
deu o seu nome à Biblioteca da Câmara¹³. Eu bem sabia desses seus predicados: da
sua notável escrita e gabadas redacções, por isso ficava inibido perante a sua
presença. Os nossos Pais falavam-se, mas eu ficava num canto quieto e sem dizer
palavra. Havia uma barreira entre mim e o menino Faria. O Senhor Faria fez-me
uma pergunta e eu respondi curto e a medo e voltei a esconder-me atrás das costas
de meu Pai. Mais tarde o Senhor Benigno Faria comentou na loja “que eu nunca
conseguiria ser nada na vida, porque me escondia atrás das costas do meu Pai!!!”.
Finda a Admissão aos Liceus fiquei com o título académico máximo da aldeia.

¹³ Biblioteca Municipal Almeida Faria.

Aquilo deve ter sido muito falado, se calhar mais do que na opinião do Senhor Benigno Faria. O importante é que não fui para ajuda de gado como fora o meu Pai ou como foram os meus colegas. Eu era conhecido por fazer difíceis contas de dividir e de percentagens. A minha prima Augusta gostava muito de ler as minhas redacções, ela e a minha Mãe. O meu Pai gostava de as ouvir.

Repare-se na designação de “menino Faria”. De facto os filhos dos Senhores eram sempre apelidados de meninos, o que, por si só vincava o distanciamento da posição social de uns e doutros. Embora o brilhantismo intelectual do colega menino fosse inibidor para o jovem José, o estrato social que aquele representava não o era menos. A atitude manifesta e consciente dos membros dos estratos superiores em inferiorizar os outros, está bem tipificada na expressão do Senhor Benigno Faria. A este propósito Pina Cabral afirma: “devido a toda uma tradição de opressão cultural, todo e qualquer camponês ou proletário confrontado com um membro da burguesia detentora da «cultura» (um Sr. Doutor, como se diz em Portugal) experimenta uma sensação de inferioridade” (Ramos 1996: 25).

Destes amargas recordações o importante é que não foi para ajuda de gado como fora o seu pai ou como foram os seus colegas. A progressão na escala social emergente começa a tomar forma.

A minha prima Xita escrevia para o Montemorense e mantinha uma polémica com outros colaboradores do Jornal, também Professores primários, normalmente sobre este ou aquele livro, este ou aquele escritor. Nos artigos falava-se de coisas da vida corrente. A Xita lia compulsivamente. Vinha para São Geraldo na Carreira da camioneta, antes das 9 da manhã, e depois ia para o Ciborro, a 5 km, na carroça do correio que era do Senhor Martinho Galego. Uma figura bruta mas um ícone. Respeitava e gostava muito da Xita. Em dias de chuva e de frio tratava dela, embrulhava-lhe as pernas em mantas e plásticos, era um Pai, tinha orgulho dela. Quando chegava a São Geraldo vindo de Montemor, pelas 5 da tarde, não queria fazer-se esperar, e perguntava sempre pela “chita ou riscado”, e os miúdos adoravam. A Xita estava no Ciborro pelas 5 e meia. Tinha a Avó Generosa e a Tia Anastácia, solteira, à espera e era tratada como uma menina princesa – tudo para ela. Dedicava tempo à Casa do Povo, ao Teatro, ao Rancho Folclórico e à conversa com as figuras da terra, entre eles o Médico residente que estava alojado em Casa

da Avó. Mas depois tinha todo o tempo do mundo para ler e escrever. Lia-me tudo, comentando, e eu gostava muito. Sonhava um dia em ser como ela. A Xita estava uns 50 anos avançada em relação ao seu tempo. Ela foi uma das primeiras mulheres a tirar a carta de condução, a ir para a praia, a namorar como hoje, mas andava sempre aflita com a liquidação das despesas. Falava com qualquer homem, olhos nos olhos, em qualquer lado e a qualquer hora, e isso era considerado anti natura. Era uma Senhora apaixonada, mas uma Senhora ajuizadíssima. No entanto, a Sociedade invejosa e hipócrita desfazia-se pela frente em mesuras e, por trás, era má e caluniadora. Devo a minha formação em ideias a ela.

*A Tarefa Dada Pelos
Pais*

O meu Pai e a minha Mãe, quer ainda na Escola quer depois da Admissão, davam-me sempre muito trabalho: levar o gado a pastar para as margens dos ribeiros e com searas semeadas; apanhar a azeitona das oliveiras; cavar as plantações no quintal; dar de comer ao gado e fazer a limpeza; pegar na carroça, engatar a mula e outros pequenos serviços. Um dia, aí com 11 anos, fui trabalhar por conta de outrem a guardar um rebanho com mais de 100 perus (talvez 200) de Fevereiro até ao Natal. Em Maio faziam bravas trovoadas, aqui por São Geraldo, sempre depois do almoço. Eu tinha muito medo das trovoadas, mas, para não ser criticado, fingia e engolia. A minha Mãe sabia (as mães sabem tudo dos filhos) e, sem me dizer nada, a pretexto de me levar qualquer coisa que eu tinha esquecido, lá aparecia sempre no campo, no meio do montado, à hora da trovoada. Desviávamo-nos das árvores, calados e rezando para dentro, assim ficávamos, até tudo passar. Depois da trovoada passar, regressava logo a Casa.

Embora o desejo dos pais fosse de contribuir para os estudos do filho, não invalidava que o pequeno José ajudasse o pai sempre que pudesse ou houvesse necessidade. Graças ao contacto que teve com o campo, aprendeu a dar valor ao trabalho e às suas raízes. Conforme me dizia numa das nossas conversas: “só posso falar daquilo que sei e do trabalho no campo sei alguma coisa porque também lá andei, embora não tenha feito daquilo vida”.

A minha Mãe sempre teve, assim como o meu Pai, o bichinho de incentivar a minha educação, e a conselho da Xita, comprometeu-se a levar-me a fazer o 2º ano dos Liceus, como aluno doméstico. Em 2 anos propôs-me a exame e dispensei à prova oral, por ter tido mais que 14 valores. Se para a Admissão levava um fatinho de cotim feito pela minha Mãe; já no 2º ano levava um fato de homem, que fora do meu irmão Chico, e arranjado pela minha Mãe. E fui sempre muito arrumadinho! Como a Xita precisava sempre de muito dinheiro porque tinha conta corrente na Livraria, à conta dos livros; na Gasolineira e na Oficina devido ao seu Fiat 600, em segunda mão, que todos os dias dava problemas. Os meus Pais pagavam-lhe as explicações e o empenho, se bem que este nem todas as riquezas do mundo poderiam algum dia saldar.

O Fiat 600 e as Jogatanas de Futebol

Antes de a Xita ter carro, o tal Fiat 600, os alunos que moravam em S. Geraldo iam levá-la, todos os sábados à 1hora, ao Ciborro e a pé, coisa de 5 km. Era um prazer. Era uma Festa.

Eu ia com outros da minha idade e mais velhos que eu. Chegados ao Ciborro, os rapazes de lá estavam prontos para uma jogatana de futebol, embora uma semana antes tivessem ocorrido cenas de violência, mas que o tempo esqueceu. Havia um grande bairrismo – Ciborro contra São Geraldo.

O Chefe da minha equipa, com mais 4 a 5 anos que eu, o Manuel Russo (o primeiro pára-quedista de São Geraldo e guarda redes em Clubes do Nacional da 3ª Divisão de Futebol), punha-me a jogar em posições que menos prejudicassem a equipa. O jogo decorria com golos, com protestos e pontapés, até que, quando tudo já estava cansado, começava a cena de pancadaria que punha fim à jogatana. Então, o Manuel Russo mandava os mais pequenos, entre eles eu, afastarem-se para fora do alcance das pedras (no sentido do caminho para São Geraldo). Ficava ele

com o Mário Padeiro e outros mais velhos a defenderem-se de tudo, mesmo das fortes pedradas, e a “arraia-miúda” estava a salvo. As pedradas duravam até sairmos dos domínios do Ciborro. Na semana seguinte havia tréguas e nova jogatana. Depois a Xita passou a ter o Fiat 600 e não mais precisou da carroça do Senhor Martinho Galego nem da nossa companhia a pé.

Questão já referenciada mas reforçada por este curioso episódio. O “bairrismo” entre as duas aldeias vizinhas era sentido de forma apaixonada pelas crianças e nada melhor que uma boa “jogatana” para apurar posições. Infelizmente a emancipação da Xita pôs fim a estes verdadeiros eventos desportivos.

Espaço ainda para salientar o cuidado dos mais velhos em proteger os mais novos, ou segundo as palavras do narrador, a “arraia-miúda”. Consequente do espírito comunitário transmitido, desde muito cedo, pelos pais e pela própria comunidade, daí atrever-me a usar a célebre expressão “o homem é produtor, portador e transmissor de Cultura”. Desde muito cedo é inculcido no indivíduo o desenvolvimento de uma *consciência colectiva* fundamental para coesão e solidariedade do grupo (Gonçalves 1969: 20 e 28). Por outro lado para Raul Iturra “a subordinação do indivíduo ao social é, pois, uma maneira (...) de treiná-lo nas verdades que são contexto do seu tempo” (O’Neill e Brito 1991: 239).

Estava agora com catorze anos. Foi novamente com a Xita que tentei fazer o 5º ano, pois estava inscrito como aluno doméstico: pagava as propinas, e só tinha que ir fazer o 5º ano dos Liceus ao Liceu Nacional de Évora. Passei no 3º e 4º anos digamos que administrativamente, uma vez que a Xita não podia saber tanta matéria e de tanta disciplina. Pôs-se um problema: como fazer o 5º ano? Os meus Pais deviam pensar muito nisso e o meu Pai que ia a todo o lado, que falava de tudo, mesmo sendo analfabeto, falou como Director do Externato Mestre de Avis, em Montemor – o Dr. Mário Vacas.

Com esta passagem se vê o empenhamento do pai do jovem José. A falta de formação (escolar) não impediu que compreendesse a ambição do filho, tudo fazendo para, dentro das suas escassas possibilidades, lhe proporcionar outras oportunidades.

Era um colégio de grande qualidade e muito conceituado. O Senhor não queria receber-me no colégio, porque eu não estava preparado à altura dos seus alunos.

Quando muito poderia ir para o 3º ano, com a obrigação de fazer um exame de 3 anos. Fui então à presença dele. Não sei o que aconteceu, mas deu-se um volte face. Fui aceite e entrei para o Mestre de Avis para o 5º ano. Eu tinha muitas deficiências a Física, a Química, a Matemática, a Inglês, etc. O Dr. Mário Vacas não cobrou um tostão de mensalidade, mas entregava-me o envelope com o dito recibo, para dar a entender de que eu era pagante.

Gesto que até hoje o narrador não esquece, por considerá-lo humano e nobre. Segundo o Sr. José a preocupação do director seria a de não o fazer sentir mal perante os colegas.

Eu tinha um quarto em Montemor numa família com uma filha pequena e ia comer a uma taberna. Fazia uma despesa mensal de 100 escudos e mais 500 escudos. 600 escudos mensais representava muitíssimo para o meu Pai. Nunca trabalhei tanto na minha vida. Deus deu-me a melhor saúde. Fui então proposto a Letras com média alta, mas com negativa de 9 a Inglês; fui proposto a Ciências, com média de 12 valores. Fiz uma semana de exames brilhante e dispensei até a Letras com média de 16,5 (12 a Inglês e com 18,3 a Português, a nota mais alta da pauta, dada por uma Professora do Liceu, que eu nunca vi, mas que me diziam ser tenebrosa e, a ditar pelas pautas devia ser bem verdade). Passei a Ciências, mas não dispensei as orais, ficando com média de 12 ou 13 valores. O Dr. Mário Vacas ficou felicíssimo e eu também porque a nossa aposta tinha sido ganha. Eu sabia muito dos Lusíadas, terei até acertado tudo (a composição valia, penso, 8 ou 10 valores, e a Professora Alice Ogando, que corrigiu os pontos, foi muito generosa comigo... as minhas palavras devem-na ter enganado).

A Menina de Estremoz

O Professor Mário Vacas era professor de Geografia e Desenho, e eu era bom ou mesmo muito bom a essas disciplinas (tinha de ser, até porque era o Director que as leccionava). Embora não tivesse grande perspectiva no

desenho livre, compensava no desenho geométrico porque se tratava de resolver uma sucessão de problemas graficamente.

No exame no Liceu fiz o primeiro desenho em pouco mais de meia hora e ficou muito bonito. O Júri, que se passeava pela Sala, apreciou-o e disse-me que me aconselhava a fazer outro ou outros e a entregar o melhor. Em 2 horas fiz mais, creio, que dois. Entretanto, ao meu lado, uma examinanda de Estremoz não conseguia fazer o desenho, por causa das construções, e eu bem me esforcei em lhe dar dicas, mas nada. Um pouco antes de terminar, ela pediu-me um desenho e disse-me para o deixar cair no chão. A medo fi-lo. Quando vou para entregar ao Júri o meu melhor desenho, é-me perguntado pelo desenho que me faltava, procurei em vão e balbuciei coisas de nada. Então, a menina de Estremoz acusou-se, devolveu o desenho e o Júri advertiu-nos que poderia cancelar a prova aos dois. Se isso tem acontecido a minha vida poderia ter sido diferente.

Um Bom

Ambiente

Em Montemor era um filho de pessoas pobres num meio remediado ou rico. Bastava ver a minha roupa. Mas fui muito estimado pelos colegas e seus pais, visto como par e não como coitadinho. Ainda hoje, e passam mais de 45 anos, sou querido pela forma como nos cumprimentamos e como falam de mim, na minha ausência. Alguns desses ex-colegas são hoje, ou foram, pessoas importantes neste País. Se não todos os anos, pelo menos algumas vezes, quando se realizam encontros de confraternização, recebo sempre um convite, mas não vou. Prevalece aqui a minha faceta de miúdo que aos 10 anos de idade em Évora se escondeu atrás das costas do Pai (o ex-patrão de meu irmão voltaria de novo a ter razão). Não sei porque não vou: não bebo, nem sou muito divertido, nem dançarino, nem canto... talvez porque me sentisse só e prejudicasse a imagem do aluno do Mestre de Avis. No entanto gosto muito deles e tenho saudades. Mas, apesar de tudo, eu nunca deixei de ser um rural de São Geraldo.

Mesmo passados mais de quarenta e cinco anos, o narrador continua de alguma forma, agora talvez contornada, a reviver algumas das suas amarguras, fruto de choques latentes entre posições sociais distintas. Como quem se sente pertença de um estrato abaixo mas que o convívio com o mundo de estratos mais elevados, constrangeu.

Um reparo: havia tanto para dizer e eu vejo as folhas a crescer.

*O Melhor
Aluno*

Enquanto estudava, excepto no 5^o ano, trabalhava no campo, senão a tempo inteiro, pelo menos a tempo parcial. Aos 14 anos ganhei pela primeira vez um salário de homem, a ceifar pelas 3 margens. Fiz muitos trabalhos e ganhei a percepção do grau de dificuldade e de sofrimento inerentes ao trabalho do campo, pelo que hoje dou muito valor a quem trabalha (braçal ou mental). Neste período, e para pagar à Xita os meus estudos, fui ainda Professor do Curso de Adultos nocturno na Escola de São Geraldo, durante 2 a 3 anos. Levei muitos alunos da 1^a à 4^a classe. Recordo o Joaquim Manuel do Rosário, da minha idade, que foi para a 1^a classe e que em dois anos fez a 4^a classe, com elevado brilhantismo, mérito seu. Foi uma das mais brilhantes cabeças que eu conheci e ensinei, corrijo para, que eu orientei. Percebia tudo, fixava tudo, simplesmente excepcional. Já o conhecia das nossas tertúlias da bola e do hóquei em patins, à volta dos relatos na rádio, mas das letras e da escola deslumbrou-me. Foi à Tropa e para a guerra, não sei se contava emigrar mas, para ganhar o seu sustento, foi trabalhar para Lisboa e lá morreu soterrado num vale, que ele e outros abriam. Isto aconteceu há 40 ou 45 anos. Nunca o esquecerei. Seja-me permitido relevar este amigo e dizer: que mal vai um País que não aproveita a sua inteligência.

A vida do narrador gira, sobretudo à volta de pessoas memoráveis (para ele e por sua vontade para o mundo), porque considera que o maior valor é a “pessoa humana” e as potencialidades que traz consigo quando nasce. Daí sentir-se incomodado e triste quando certos valores não são aproveitados ou compreendidos. Vimos isso em relação à Xita e agora ao Joaquim Manuel do Rosário. Pelo sentido cívico e humanista apurado, o Sr. José percepção estas realidades com

uma sensibilidade nunca desligada da emotividade. Aqueles que, sendo menos agradáveis, cruzaram a sua vida são também lembrados com tristeza.

O Abcesso Depois do 5^o ano, trabalhei no Verão, enquanto procurava outro trabalho e um emprego. A minha visão do Mundo e de Portugal era pobre. Sabia francês, mas não sabia quem era o Presidente da França. O meu Pai falava por mim e de mim. O Senhor Carrasquinha tinha um táxi e lia todos os dias os jornais pelo que informou o meu Pai para eu concorrer para a CP, porque estavam a meter escriturários. Concorri para os Correios e para a CP que me chamou primeiro. Enviaram-me um passe para eu ir a Lisboa prestar provas: um dia, provas técnicas, outro dia, consulta médica. Como tinha de dactilografar um texto fui aprender para a Casa do Povo, no Ciborro. Fui autorizado mas recebido friamente pelo Senhor Eliseu. Quando na CP, na Calçada do Duque, me foi dado um texto para eu dactilografar, o futuro colega disse-me que os 10 minutos não eram para respeitar e que eu podia demorar o tempo que quisesse. Fui admitido e comecei a trabalhar no dia 21 de Dezembro de 1961. Dias depois veio o Natal e eu fiquei muito admirado com as Boas Festas que, mutuamente, se desejavam. Mais tarde recebi um postal para ir trabalhar para os Correios que rejeitei.

Nesse Verão, quando andava, cheio de força, a dar lenha a 2 carroças, punha duas paveias de lenha no forcado e elevava-as até à altura da carrada. Era considerado rápido e trabalhador. O meu irmão Custódio andava lá com uma carroça nossa e quando notava que ele podia levar mais lenha nessa carrada dizia-lhe, mas ele não ligava. Um dia o patrão fez esse reparo e houve logo discussão. Era ao fim do dia. Fui em defesa do meu irmão e malcriado para o Senhor. Por isso, antes que ele me despedisse, despedi-me eu e fui a pé para Casa, que ainda ficava a uns 15 km. À noite, suado, passei com medo por terra de gado bravo e no outro dia tinha um

abcesso numa nádega, que até meteu médico, fui lancetado. A convalescença quase que coincidia com a minha ida para a CP.

*A Vida Social,
Namoricos, Namoros e
Casamentos*

Na minha adolescência, São Geraldo não tinha nada para oferecer. A colectividade aparece já em 1974 e eu fui um dos seus fundadores. A vida social passava unicamente pelas duas tabernas que havia. A Fonte e a Vereda para a Fonte eram o ponto de encontro de quase todos os namoros que davam ou não em casamento. As famílias já tinham preparado os namoros: umas diziam umas coisas aos rapazes, e outros diziam às raparigas. Era tudo programado: Se a rapariga ia à Fonte àquela hora, sozinha, sabia que o rapaz a ia procurar e o rapaz sabia que ela o ia receber. Cada um com o seu melhor fato ali ficava, de pé, tempo infindo a conversar. Isso era o primeiro encontro. Os outros eram marcados depois do primeiro, até que o local evoluía, indispensavelmente, para a Casa da rapariga. Então toda a aldeia ficava a saber que fulana namorava com fulano, que foi dia tal, que o primeiro encontro demorou tanto tempo, que deram um aperto de mão, pois tudo era anotado para o que desse e viesse. Um namoro falhado era uma fatalidade para a rapariga e podia até ficar para tia. Quando o par queria casar, não havia casamento, apesar de grande desejo; só as famílias remediadas o faziam. O rapaz e a rapariga montavam Casa, normalmente a um sábado. O noivo ia a Casa da noiva e jantava com toda a família dela. Depois do jantar, levava-a para a nova Casa. Toda a aldeia sabia, até porque um dia antes, toda a gente era convidada a ver a nova Casa, a beber uma bebida e a comer um bolo, à semelhança do episódio que contei da minha Avó Salomé. No dia seguinte havia curiosidade para se saber se o Casal, especialmente ela, tinha olheiras e a que horas se levantavam. Toda a gente se sorria quando os via passar e, em vez de os evitar, procuravam-nos quando iam a caminho da Casa do Pai do noivo, agora para o almoço.

Das palavras do narrador supõe-se que o namoro e posteriormente o “casamento” realizava-se dentro do mesmo estrato social e resultava da livre escolha dos interessados (pelo menos entre o povo). A família não interfere na decisão dos namorados, a não ser que a honestidade esteja em causa. Era frequente nas comunidades rurais haver um local específico para os primeiros encontros. Uma espécie de código de aceitação ou rejeição ao primeiro contacto, porque a partir deste, haveria com certeza outros. “Caso o namoro acabe, são remotas as probabilidades de a jovem voltar a namorar. A mulher que tenha sido *cevada*, isto é, que se sabe haver tido relações sexuais com um homem, foi conspurcada e não será aceite por um homem que se preze” (Cutileiro 2004: 85), daí a expressão popular “ficar para tia”.

Em São Geraldo, na sua grande maioria, não havia casamento, pelo menos na sua concepção tradicional. Tudo se passava de igual modo, à excepção da cerimónia porque simplesmente não havia dinheiro. Os noivos compunham a casa e faziam um jantar para celebrar a união, mas coisa simples. Embora não houvesse grandes festejos, a comunidade envolvia-se neste momento especial, como aliás em todos, que mais não representava do que manifestações de sociabilidade, pois “todo o tipo de contactos formais e informais (encontros, reuniões, redes de amigos e parentes, vizinhança, festas, associações, funerais, jogos e convites, conversas e cumprimentos, etc.)” (Ramos 1992: 97). A festa marca a ruptura com a prática quotidiana e funciona como “instrumento de coesão social” (Ramos 1992: 97 e 112). Neste caso específico, funciona ainda como mecanismo de controle social para reforçar o equilíbrio social. Afinal interessava a todos que o casal se desse bem porque “a família inicia-se pelo casamento” (Cutileiro 2004: 83).

Eu não gostava muito deste esquema de acasalamento.

Eu e os Namoros *Tinha vergonha. Passei por fases de grande paixão. As minhas hormonas soltaram-se (isso não era um mal, mas antes um bem e um percurso dito normal, sei eu hoje). Com*

13 e 14 anos, em São Geraldo, namorar com raparigas da mesma idade estava fora de questão, porque na minha aldeia as raparigas encorpavam mais cedo e era hábito o homem ter mais 3 a 4 anos que ela. Que elas viessem a ter a minha idade, tinha de esperar até aos meus 17 a 18 anos. Depois, a minha Mãe não era pessoa muito dada a isso de arranjar namoricos para os filhos e eu não tinha irmãs para ajudar. Ainda por cima andava com essa coisa da Escola e, decerto, queria outra rapariga da cidade, cidade que eu não conhecia. Tive as minhas paixões, sem grandes ligações e conseqüências, devido às condicionantes atrás referidas. Aos 18 anos quando fui trabalhar para a CP e viver para o Barreiro não tinha namorada, o que me causava grande sofrimento.

Já vimos noutros momentos desta narrativa a importância que o namoro e o casamento exercem no homem e na mulher, por razões ligadas à função que se espera de cada um, logo, necessariamente diferentes. O rapaz espera ansioso por se tornar homem, por assumir o novo papel que lhe trará um status superior.

O contacto do narrador com outros mundos, mesmo que especulativos, permitia-lhe perspectivar para além das fronteiras de São Geraldo. Questão raramente colocada na medida em que, na generalidade o mundo era a aldeia e o resto ficava muito distante. Foster verifica que “na maioria das sociedades tradicionais as massas tiveram poucas, se algumas, opções” (Foster 1973: 2)¹⁴. Efectivamente tudo é facilmente aceite quando não se conhece mais nada. Por outro lado, é bem mais agradável confiar e conviver com aquilo que se conhece.

Fui persistente, algumas ou muitas vezes, com uma rapariga. Mais nova que eu 4 anos, idealizei-a, desde os meus tempos escolares primários, como minha futura mulher, mas ela dizia-me sempre que ainda não podia aceitar, porque o Pai não queria que ela namorasse tão cedo e eu desisti. Quando em 1964 (aos 21 anos) fui mobilizado para a guerra em Angola, já namorava e tinha planos firmes e sérios de casamento. No entanto, deu-me a ideia de convidar a rapariga para minha madrinha de guerra que aceitou de imediato. Disse à minha namorada que tinha uma madrinha de guerra, mas esta, ajuizadamente, não quis saber de detalhes e não reagiu (ou proibiu). A rapariga, agora minha madrinha de guerra, verificou, depois de várias cartas trocadas que eu não passava de seu afilhado. Continuámos a escrever-nos até que um dia me comunicou que tinha aceite o namoro de um rapaz e que iam casar dentro de um ano. Respeitosamente, tomei a iniciativa de lhe deixar de escrever.

Quando vim para a CP apresentei-me em Lisboa, Santa Apolónia, em Dezembro de 1961, mas vim para o Barreiro porque seria melhor não teria problemas no Rio com o mau tempo e com o nevoeiro quando fosse a Casa a São Geraldo, como sempre fui todas as semanas. Apresentei-me no Escritório do Barreiro às 10

¹⁴ “in most traditional societies the masses have had few, if any, options” (Foster 1973: 2).

da manhã (achei tardíssimo) e fui informado das poucas possibilidades de arranjar quarto. Quando saí à tarde fui à procura e perguntei a uma Senhora vestida de preto, com cerca de 45 anos, que me informou alugar quartos. Fui com ela. Aceitei as condições e fiquei com o quarto. Essa Senhora de nome Filipina, que morava com os Pais e com as 2 filhas, viria a ser, mais tarde, a minha sogra.

Em Setembro de 1962, já confirmado escriturário de 3ª classe
07º Ano dos Liceus no Escritório da 3ª Zona de Material e Tracção da CP do Barreiro, decidi estudar e fazer de uma só vez e num ano o 3º ciclo dos Liceus. Ambicionava um Curso de História, de Filosofia ou de Linguística, etc. Entretanto para ter acesso ao 3º ciclo nessas áreas tinha de ter Grego e no Barreiro não tinha Professor. Troquei, então, por Alemão que dava entrada, por exemplo, no Curso de Direito. Só tive explicações a Latim e Alemão, esta só iniciei a 4 de Janeiro de 1963, altura em que Professora ficou disponível. Voltei a estudar muito e a trabalhar muito. Fui à 2ª chamada a alemão, para ver a estrutura do ponto da 1ª chamada, e verificámos, eu e a Professora, que me era desfavorável porque tinha muito que escrever e eu tinha pouco vocabulário. Queria era exercícios de gramática. Por incrível que pareça passei a tudo menos a latim, logo a minha disciplina preferida e onde estava mais à vontade, mas chumbei e fiquei desiludido (tive 7 e havia notas de 2, 3, 4 e até zeros valores). Fui à segunda época a latim e tive 11 na escrita, mas ainda era pouco para mim. Eu recordo: 1 com 11, que fui eu, 2 com 9, e 7 reprovados, com menos de 5 valores (um deles, um rapaz do Barreiro, a quem eu fiquei de dizer a nota tive acanhamento por ele ter apenas 2 valores). Dizia-se que na oral todos estávamos passados e que eu teria a vida muito facilitada. Mas a aprovação para mim não era tudo, porque eu queria concorrer à Faculdade de Direito de Lisboa e para dispensar ao exame de Admissão tinha de ter média global de 14 e ter 14 nas 2 Disciplinas nucleares – uma das quais era o latim. E eu tinha média de 16 e não

*podia ficar com menos de 14 a latim, até porque eu gostava e sabia, só que os meus saberes e a apreciação do Professor não se casaram. A conselho de quem já não sei resolvi falar com o Professor, momentos antes da oral, e solicitei que me fizesse uma oral de modo a avaliar os meus conhecimentos, porque me julgava com saber para merecer uma nota de 14 valores. Fi-lo e o Professor espantou-se e disse: “que nota traz?”. Repliquei: “um 11”. Ripostou: “esqueça que falou comigo!”. Ao que eu disse: “Não Professor, eu falei e gostava de correr esse risco!”. Daí a pouco, acontece a oral, este meu desejo era sabido e o encontro foi quase público, a sala encheu-se e, quando fui chamado, suava muito e tinha um lenço aberto nas minhas mãos. O Professor disse aos outros dois elementos do Júri da minha pretensão e pareceu-me ver na cara de um, uma Senhora, um sorriso de concordância e na cara do outro, um Professor, algum enfado. O Professor de latim começa, contrariamente ao que fez aos outros a quem dava opção, por me dizer para abrir na página 30 e tal da *Selecta Latina*. Eu calculei e ao abrir confirmei que era a *Eneida* de Virgílio com “*Arma virumque cano Troia e qui primus abores...*” (estou a citar de memória, 42 anos depois). Tinha o livro com muitas notas e o tal membro (pseudo mau) do Júri perguntou-me: “tem o livro escrito?” E deixando cair o lenço, encharcado de suor, sobre essa página, respondi: “Não, Senhor Professor.” De uma oral de 10 a 15 minutos passei para lá da meia hora, talvez quarenta minutos. Tínhamos falado de tudo e eu correspondido. Comecei a ganhar confiança, a suar menos, a ter frio, isto numa tarde quente de Setembro de 1963. E o Professor rematou: “O seu exame terminou. Eu vou conversar com os meus Colegas, mas você não esteve mal!”. A Professora sorriu para mim. Como fui o último, a sala esvaziou e, no corredor, fui antecipadamente cumprimentado. Senti-me um herói, passados uns tempos (intermináveis) a pauta afixada não enganava, passamos todos: 2 com 10 valores e eu com o tão desejado 14. Dispensei o exame de Admissão à Faculdade de Direito de Lisboa.*

A entrada na Faculdade de Direito de Lisboa coincide com os objectivos académicos mais optimistas do narrador. O caminho foi longo mas materializou todos os sonhos e ambições.

A Cultura do Dia a Dia

Quando cheguei ao Barreiro não tinha cultura para as conversas do dia a dia. Sabia pouco de futebol, pelo menos nunca tinha visto um jogo das divisões nacionais ao vivo; não lia o Jornal "A Bola" (a Bíblia) ou o Record; não sabia de política, daquela que os Jornais da época (Diário de Notícias, Século, Diário de Lisboa, Diário Popular) nos davam; não conhecia as conversas do meio operário e do meio associativo; não conhecia os centros de então da Capital, como o Grandela e o Chiado; não conhecia as Praias da Figueira da Foz, da Nazaré, de Albufeira, da Praia da Rocha, da recente Tróia; não vestia consoante os ditames da moda; não pertencia às Direcções das Colectividades na berra ou do glorioso Futebol Clube Barreirense. Estava a descobrir o Mundo, apesar de Portugal estar tão afastado dele. Descobri o barco e por ter passe da CP passei a estar à vontade. Quando viajava para Lisboa tinha acesso ao comando, onde ia o Mestre do barco, punham o radar a funcionar, mesmo em dia claro, para eu ver. Os meus conhecimentos passaram a siderar. Descobri o elevador, sozinho, desconfiado, parado para primeiro ver e não dar barraca. Descobri o Metro e viajei nele sem necessidade. Passei a ter uma linguagem de imprensa diária e televisiva. E, com o tempo, fiz esquecer a minha ruralidade com frases feitas (como acontece a quem hoje é leitor do Expresso). Sabia quem era o Kennedy e o Krutchov.

A seguir à minha saída de São Geraldo dá-se a luta pelas 8 horas de trabalho diário no Alentejo. Sabia das novidades pelos meus Pais e, como gostava muito de política pensava que, saindo os homens maus vinham os bons e Portugal só respiraria civilização e abundância. Ao ir para a Faculdade de Direito de Lisboa comecei a frequentar a Associação dos Estudantes e, nessa Cave, perdia-me a ler coisas sobre o Mundo cá fora e até me esquecia dos estudos. Apetecia-me aceitar os convites para correr com o Governo mas nunca o fiz porque não tinha tempo nem dinheiro (ganhava 1500\$00 por mês: pagava o quarto, mais as refeições, os livros e as explicações. Tudo com muita ginástica, porque era indecente pedir dinheiro aos meus Pais, até tinha o dever moral de os ajudar a pagar a dívida da compra da

terra, mas uma boa seara fez o trabalho por mim e ajudou-os a saldar a dívida). Quando fiz exames de frequências, fiquei desiludido porque tive notas negativas, entre 7 e 9, e os colegas animaram-me ao dizerem que ali era assim, por isso não desanimasse. Em Dezembro já estava muito cansado, quando pegava num livro dava-me vômitos, não me concentrava e parece que nada aprendia. Arrastei-me até Março de 1964, altura em que desisti da Faculdade de Direito (estava no 1º ano) e fiquei à espera da ida para a Tropa.

A saída involuntária do mundo universitário foi conseqüente de um ritmo de vida acelerado e da impossibilidade em conciliar as fortes exigências energéticas. Para um indivíduo que viveu grande parte da sua vida num mundo organizado para um objectivo, o ritmo citadino foi fatal.

E foi nesta altura que pedi namoro à minha mulher:

O *encontrava-me a fazer um carimbo de cortiça e ela a passar a*

Namoro *panos a casa de entrada. Tinha-a conhecido há dois anos e tal,*

com 14 anos, depois foi para os Açores com uma Tia que era

mulher de um Sargento da Força Aérea. Entretanto a irmã faleceu com 12 anos (era

doente do coração desde pequena) e ela regressou. Passados uns meses comecei a

olhar para ela com outros olhos. Pedi-lhe namoro e ela aceitou. Depois de ter dito à

Mãe e à Avó, pôs-se o problema de eu sair e ir arranjar quarto para outro lado, mas

sem conseqüências porque acabei por ficar. Mas o cerco ficou muito mais apertado.

Houve sempre um grande rigor na vigilância, estávamos sempre acompanhados.

Eu vinha de uma terra e de uma era em que namorar era quase uma proibição, mas

aqui acentuou-se: pelo feitio da minha namorada, hoje mulher, por mim e pela

minha compreensão. Às vezes chateava-me mas hoje percebo as razões: a Maria

Adelaide era a pérola daquela família que tinha problemas e luto. Ora, não

interessava que o nosso namoro trouxesse mais problemas e mais dores. Nunca me

foi feita qualquer pressão, nem tão pouco para apressar o casamento. Já na Tropa e

em Angola a Maria Adelaide trabalhava como auxiliar no Externato Manuel de

Mello, um colégio ligado à Igreja Católica no Barreiro, de nome e qualidade que ensinava até ao 5º ano liceal. Foi convidada para ir numa visita pela Páscoa, a Espanha, pelo colégio, que lhe pagaria a viagem e a estadia. Tinha de dar uma resposta sem tempo de me consultar, e não tinha de o fazer. Disse que ia e escreveu-me logo. Ao receber a carta reagi como refiro: escrevi com cordialidade, desejando-lhe um bom passeio, mas que o nosso namoro ficava terminado. Ao dizer isto hoje, não coro nem me vanglorio. Eu sou o que sou. Foi a resposta (errada, certamente), mas coerente com os meus genes, o meu sentimento e a minha cultura de então. Nós, em Angola, tínhamos correio duas vezes por semana, mas na prática era uma vez porque eu e a Maria Adelaide respondíamos sempre à última carta recebida. Ela, reflectindo, manda-me outra carta, com a carta da minha resposta de fim de namoro em trânsito, dizendo-me que a visita a Espanha ficava sem efeito, porque tinha pensado melhor. Respondi-lhe sem comentários e o namoro continuou.

Mesmo saindo do campo para a cidade, tendo estudado na Universidade, lido muito e contactado outras mentalidades, a sua formação continuava bem vincada. Os valores que lhe foram transmitidos continuavam a pautar as suas decisões e a postura de autoridade perante a futura esposa era fundamental. Por outro lado, podemos verificar que o controle social perante o namoro não era exclusivo dos meios rurais, mas fruto de uma época, se bem que não se pode negligenciar o facto da noiva ser órfã de pai o que imputava uma maior responsabilidade à figura materna, logo uma rigidez superior.

A Encarregada do Colégio, a D. Emília, uma Senhora muito religiosa e muito ponderada, teve conhecimento de tudo, das dúvidas, do cancelamento, da minha resposta, e era de opinião que ela não devia ter cedido e deveria ter ido a Espanha. Se me fosse pedida opinião, também diria o mesmo, só que mal o meu ter um discurso na teoria e outro na prática. Depois, sem emoções, voltámos a falar nisso e ela confessou-me que, conhecendo-me, a resposta só poderia ter sido a que foi. A própria família, que tanto gostava que ela conhecesse outro mundo, também não se admirou da minha resposta. Vá lá a gente perceber os seres humanos.

Nos próximos momentos, o narrador descreve-nos o seu trajecto como militar, primeiro na tropa em Maíra e depois no Ultramar. Durante a guerra era frequente os rapazes assumirem o comando de pelotões e o Sr. José não foi excepção. Pela conjugação da sua personalidade com o percurso de uma vida sem grandes experiências, sentiu algumas dificuldades. Regressou ferido mas com o sentimento do dever cumprido.

Não vou tecer grandes comentários a esta fase da vida do narrador, primeiro porque me faltam, objectivamente, conhecimentos, depois porque não lhe vejo relevância de maior em associação à vida da comunidade, não anulando, obviamente a importância individual da experiência.

O Alferes Comandante

Quando fui para Maíra tinha 1500\$00 numa conta nos correios até começar a ganhar como Aspirante. O meu pelotão era uma Sub-unidade, independente, com 48 homens, com jeeps, morteiros, espingardas, camas, roupas, munições, granadas, verbas e pagamentos, prestação de contas. Tinha 23 anos, um 2º Sargento com 50 anos, 2 furriéis com 20 e tal anos e 44 rapazes com pouco mais de 20 anos. Eu era um campónio com o 7º ano dos Liceus e que só há um ano começara a entrar na cultura das massas e do dia a dia. O Sargento Mendes era um homem de carreira com toda a tarimba. O Furriel Ramos era um pobre como eu. O Furriel Santos, Emídio Santos, estivera em Maíra como eu e, como não passou no Curso de Oficiais Milicianos foi para Furriel e integrado no meu Pelotão. Hoje é Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico, foi Secretário de Estado do Ministério da Educação, tendo como Ministro o Professor Diamantino Durão Barroso que é tio do actual Presidente da Comissão Europeia. Foi, como meu furriel, o melhor homem que eu alguma vez encontrei: leal, disciplinado, trabalhador, dotado de enorme cultura, de grande disponibilidade e criatividade, de um fortíssimo conhecimento da ciência e da matemática e das humanidades, uma verdadeira prenda que me foi dada e que muito me ajudou. O Brigadeiro Comandante do Sector F gostava imenso dele, e consultava-o. Sabia tudo do Dr. Salazar. Era, digamos, um salazarista, mas não arregimentava nem hostilizava ninguém. Tinha um elevado sentido democrático (isto até parece uma blasfémia). Com o seu sentido diplomático conseguiu evitar que um soldado, perdido da cabeça, quisesse disparar e matar todos. Falando...tirou-lhe a bem a arma,

enquanto um Coronel histérico queria que matassem o soldado. Porque o Santos era e é um homem justo, bom e tolerante, considerava-o um humanista.

O Desrespeito pelas Formalidades

Fui para Angola como Comandante do Pelotão de Morteiros n.º 1063, parti no Uíge (penso) no dia 18 de Janeiro de 1966 e saí da Rocha de Conde Óbidos. Chegámos a Luanda a 28 de Janeiro. Logo às 5 da manhã com o navio fundeado na Baía de Luanda, veio ao nosso encontro um pequeno barco com muitos Oficiais do Quartel-General da Região Militar de Lisboa. E eu, como Comandante, fui (tinha de ir) a todas as reuniões: todos me davam papéis e eu só tinha 2 mãos e tinha que ler tudo para saber a carnagem onde ia para o Grafanil, mais a posição na formatura e mais isto e mais aquilo... Cheguei a perder papéis e porque fazia muito calor estava cansado, mesmo da cabeça. Não os li e disse “seja o que Deus quiser”. Foram os meus soldados que me meteram no comboio e me ajudaram a pôr lá a minha mala de madeira mais um outro saco. Foi tudo uma grande barafunda. Os Senhores Oficiais do QG da RMA, todos do quadro e em Luanda debaixo do ar condicionado, devem ter ficado fulos para além de terem confirmado que os milicianos só mereceriam mesmo ir para o mato. Embora fora do enquadramento, seja-me permitido contar que, em pequeno, recebi todos os Sacramentos e fiz todas as Comunhões, saía da Escola para a igreja, fazia sacrifícios que apontava com um traço num papel, queria ter sempre mais riscos que o meu amigo, sabia todas as orações. À medida em que me fui tornando adulto deixei de ir às Missas. Contudo no domingo seguinte à embarcação para Angola houve Missa no convés do Navio Uíge, e eu, sem saber como, sem me perguntar nem me violentar, apareci lá e a Missa deu-me a paz que eu bem precisava. Hoje, não faço tantos interregnos como na adolescência, e, um dia já cansado, recolhi à Basílica da Estrela, perto do meio dia, sentei-me, e parece que adormeci, pois o Sacristão queria fechar a Igreja ao meio dia e veio acordar-me.

Ida para São Salvador do Congo

Fui para o sector F e para São Salvador do Congo, porque Angola estava subdividida, militarmente, em letras do alfabeto. Numa coluna civil de abastecimento com mais de 1 km, com escolta militar, demorámos 3 ou 4 dias a chegar (se chovesse, podia demorar-se 10 dias). À noite quando cheguei a um acampamento no mato, já perto de São Salvador mas que não estava no mapa, estava uma Companhia já há muito. Chovia muito e havia lama. Entrámos na Companhia. Veio logo um Alferes que me disse: “Eh pá, anda comigo! Não te preocupes com o teu pessoal que está bem entregue, vai tomar um banho e anda comer!”. Até me arranjou um divã. À noite estavam todos – os Alferes e um Capitão miliciano – à minha volta: queriam saber coisas e pareciam a minha família. No outro dia em São Salvador, à chegada, choveu muito e com o sol começaram a sair da terra montes de formigas de asas, brancas e lindas. A terra, sem capim, era branca e parecia neve e os miúdos de Angola, os grandes e os adultos baixavam-se, apanhavam as formigas, mastigavam e mostravam o céu-da-boca branco, em massa, e ficavam felizes. Eram apressados porque as formigas logo perdiam as asas e voltavam para dentro da terra. Pensei: quando é que consigo fazer o mesmo?!

O Render do Espólio

Nesse mesmo dia, recebi tudo do espólio do pelotão rendido e fui enganado pelo Alferes que eu substitui. Faltavam coisas, não de grande valor, mas não estava lá tudo. Pelos vistos acontecia a todos e o meu Sargento, sabido, fez uma relação das faltas, e eu ia a Luanda de 3 em 3 meses e com uma licença de 5 dias, para, junto das Chefias arranjar o que faltava. Não queria ir a Conselho de Guerra, nem tão pouco para a prisão quando transferisse para outrem a minha carga. Eu na altura não pensava no que penso hoje, na dignidade e nos direitos humanos, mas duvido que num cenário de guerra tudo possa ser exemplar. Sentia-me sem

medo no meio desta gente. Mesmo que não pudesse fazer isto ou aquilo, eles faziam-no por mim. Ali havia camaradagem e isso dava-me conforto. Era mais fácil dar ordens e ninguém temia (eu nunca temi nem me inibi) que o outro, o soldado, tivesse uma arma e balas. Eu nunca pensei nisso. Não era isso que lhes dava força ou que me inibia. Estranho fenómeno, esse! No início tínhamos todos muito medo de morrer, éramos chamados os maçaricos e tínhamos poucos ataques. Esse medo desaparecia depois de 4 a 6 meses para depois se reacender aos 18-20 meses da Comissão. Diziam então: “Eu quero voltar para o puto”; “se até agora não morri, a partir de agora não posso morrer!” O meu Pelotão, em Janeiro de 1968, já sem mim, de regresso à Metrópole, recusou-se a sair de S. Salvador para Luanda, sem ser escoltado por camaradas de armas!

Fui ferido em combate numa emboscada, aí pelas 10 horas, a 13
A Emboscada *de Setembro de 1967. Faltavam 4 meses para a Comissão terminar. Era, na altura, o Comandante de uma coluna militar com 4 viaturas e perto de 30 homens (só levava 2 ou 3 homens meus). Eram meus amigos e sentia-me confiante com todos. E porque íamos à areia, convidei o Tenente Mário Capinha, da Secretaria de Comando, a ir passear comigo e, para não apanhar pó, já que ele era avô, mandei-o para a cabine de uma Berliet que ia na dianteira. Fomos emboscados. Fui ferido e evacuado para Luanda. A 1 de Dezembro de 1967 vim para o Hospital Militar Principal, na Estrela, onde estive até Abril de 1969. Fiquei com uma deficiência e uma incapacidade, depois de 4 anos como alistado. Não vou falar de pormenores, nunca senti medo, porque fiquei em coma; mas sei que fui defendido e cuidado da maneira mais maternal; que vomitei muito e sangue; que o Médico Coutinho, que era do Porto, “negava e dizia que era café”; sei que o Tenente Capinha apanhou um grande susto, porque, quando me visitou mais a mulher, no Hospital, me deu um abraço e um beijo do tamanho do mundo. Não tenho ressentimentos de nada. Tive camaradas mortos,*

cujos corpos eram religiosamente velados e acarinhados, como faço a familiares meus. Hoje gostava muito de voltar a pisar os mesmos lugares, numa excursão feita por mim e gozada, sem tempo.

Eu podia contar mais e isso tudo. Podia contar da guerra e do
A Prostituição *sotrimento. Dos dias sempre iguais. De que qualquer facto novo, mesmo o assédio dos cães a uma cadela com cio, despertava em todos, soldados e graduados, curiosidade e riso. De que se achava bem que a população negra da sanzala de São Salvador vivesse da lavagem de roupa aos tropas e da prostituição, por quase todas as mulheres da sanzala; e de que apareceu em S. Salvador um Inspector para averiguações por causa dessa praga da prostituição (e era mal visto), esquecendo-se quem o mandou, que esse dinheiro da prostituição fazia falta à economia doméstica; que ela era praticada à vista dos maridos ou companheiros e que, muitas vezes, eles recebiam o dinheiro; que os rapazes tinham 20 anos e montes de hormonas soltas, e que se ofereciam para vir do mato ao abastecimento, e ao chegarem saltavam das viaturas ainda em andamento, e a gente (os graduados) só lhes punha a vista em cima pelas 3 da tarde, na hora do regresso.*

Havia tanto para contar. Como a do médico estomatologista, o
Bisbilhote *Tenente miliciano o Dr. Costa, já com 40 anos, casado e com filhos, e de Viana do Castelo, que fez uma ligação do seu quarto, compartilhado com outro Alferes, e de uma casa de madeira, instalando tubagem para a casa de banho no exterior, para urinando para um funil, a urina ir directamente à sanita, e ele não ter necessidade de se levantar; A gente prometia visitar-se sempre, uma vez fui a Viana não o fiz, na outra procurei-o e tinha morrido. Continuando: como a falta daquele dia, que, sendo eu*

Oficial de Dia, fui presidir ao arrear da bandeira, e fez-se tudo e tocou-se o Hino Nacional, e a bandeira não desceu, porque o Cabo estava a dormir; como o de abandonar o Quartel, estando de oficial de serviço, para ir às bananas; como a de um Médico veterinário, o Alferes miliciano Dr. Torres, ter sido “mandado” para o Quintas (Casa dos malucos em Luanda), porque “rejeitava” os bois, que estavam impróprios para o consumo, e isso prejudicava o negócio local; como o do meu Brigadeiro e Comandante do Sector F, no lanche só beber cerveja e meia, e querer que nós, os Alferes, lhe bebêssemos a outra meia; como a do mesmo Brigadeiro, quando então Comandante da GNR no Carmo em Lisboa, ao sair do serviço, ia sempre, sorrateiro e à civil, à Tendinha, beber um copo e comer uma sandes de presunto, e um ex – guarda lhe ter dado uma palmada nas costas e anunciado: “mais um copo para o nosso Coronel!”; como o do mesmo Brigadeiro ter tido uma conversa comigo, a princípio azeda e depois amiga, por eu não ter reservado doces para a sua mulher e filha, e estes terem sido comido pela corja dos Alferes milicianos, aventando mesmo a hipótese de me ter que dar uma sanção, por descortesia; também a de o médico Tenente miliciano Dr. Santos Silva operar os soldados sem Médico anestesista; mas, quando a filha do Brigadeiro foi operada, viajou de Luanda para S. Salvador um Anestesista e um Médico cirurgião; a de eu ter conhecido o Major Mello Antunes e o Major Valentim Loureiro, em São Salvador.

O Regresso à CP

Voltei para a CP em Maio de 1969 e casei em 6 de Julho de 1969, há 35 anos. Tenho 2 filhos, um casal, e quatro netos, 3 rapazes e 1 rapariga, a mais velha tem 6 anos. Sou feliz. Tenho uma boa mulher. O meu casamento atingiu esta longevidade e parece só vir a ser destruído pela morte, porque a minha mulher é muito fixe. Eu sou impulsivo, talvez parvo. Reajo, sem contar até 10. Ela é o meu contrário. Nunca quis uma separação, nem nunca houve motivos, mas, quando um é precipitado,

como eu sou, pode acontecer e, depois, ninguém (e falo eu) quer voltar atrás. O nosso casamento tem sido muito bom e a minha mulher tolera tudo. Eu, se calhar, não quero tolerar nada. Divido tudo com ela. Estou sempre a preparar o futuro e isso pode ser bom ou pode ser mau. Nunca gastei tudo no que gostava, mas sempre tive tudo para dar a quem precisou (ver mudança de Cursos dos filhos).

Actualmente com um leque tão variado de opções, os jovens encantam-se e desencantam-se muito facilmente, desencadeando mudanças de “vocação” repentinas, quase equiparadas a paixões de Verão. O aparecimento da Orientação Vocacional veio tentar ajudar os jovens a buscar a realização profissional – parte basilar no todo individual. Pela descrição que o Sr. José faz dos filhos (já adultos e com família constituída) “ela é concentrada e aplicada e ele de uma inteligência rara mas desligado”.

Não quero ter razão, sou apenas assim. Não represento, sou mau actor. A minha química comanda-me. A minha cabeça faz teoria. Ainda bem que encontrei uma Maria Adelaide que aceitasse comigo juntar os trapinhos.

O Bancário Em 1972 saí para o ex-Banco de Angola e fiz a vida de bancário. Entretanto de 1970 a 1971 fiz o 2º ano da Faculdade de Direito, ao abrigo de uma lei com benefícios para os ex-militares que nos permitia fazer exame de mês a mês. Comecei com a nota 10 a Direito Português, depois passei para 13 a Direito Constitucional, uma Cadeira do Professor Marcelo Caetano, regida então pelo Dr. Miguel Galvão Teles. A partir daí não mais saí do 13 e cheguei aos 14 porque, dizia-se, que a nota a dar no exame tinha sempre em conta a média e era preciso falhar muito para baixar a nota. Eu sei que eu apreendi, e bem, a cultura de fazer bons exames: bastava assistir a uma tarde de orais para eu ter uma boa preparação. Estou a falar dos anos 70. Depois vieram os filhos, as horas extraordinárias, o adiar, o cansaço. Em 1974 não estava matriculado e nem corri a fazê-lo, senão tinha passado administrativamente do 3º para o 4º ano, depois era aproveitar o bodo aos pobres. No meu Banco, formou-se uma legião de colegas que depois reivindicaram

lugares de chefia. Os mesmos que dantes não conseguiam fazer uma cadeira. Foi um fartar...

*O Prazer de
Escrever*

Reformei-me há muito, porque me veio uma câibra de escrivão à mão direita. Doença do século XIX, doença dos escribas dos livros das repartições. O Professor Carlos Lisboa tem apontamentos com nomes e moradas dos casos em Portugal.

Nada há a fazer. Dantes gostava muito de escrever, e escrevia muito bem, com uma linda e legível caligrafia. Escrevia horas sem sofrimento e entre linhas. Fazia contos e poemas. Escondia tudo. Rasgava. Tinha vergonha. Dizer no papel que amava uma rapariga... em abstracto era ridículo, no real uma vergonha, se o mundo sabia. Mas este desabafar fazia-me bem e acalmava as minhas hormonas. Depois com o trabalho, mais o casamento, mais o correr com os filhos para tudo numa busca de dar boa educação, depois a câibra... e deixei de escrever ou por não ter tempo, ou ideias, ou condições instrumentais. Houve um hiato e grande. Mas com a máquina de escrever, hoje com o computador, retomei o meu gosto em escrever: de fazer poemas, contos e dar opiniões e tudo. Escrevo muito e com extrema facilidade. Mas noto uma grande falta de cultura. Deveria ter lido muito, mais que estudado. O computador é meu amigo. Este, no qual estou escrevendo, já tem 10 anos, mas é muito meu amigo. Talvez seja por isso que estou a escrever tanto. E a Dr.^a Cristina Nunes vai ficar com os cabelos em pé, se não era isto que esperaria.

*Falando do
Barreiro*

Vivo no Barreiro e gosto. É uma terra boa, como para mim são todas as terras. Gosto do Minho, de Bragança, de Faro e, acima de todas, gosto de São Geraldo. Tenho amigos em todo o lado. Mas esta terra barreirense tem pontos altos e tem pontos baixos.

Foi terra de legionários. Foi terra de intolerância como, por exemplo, durante um

jogo de basquet no Ginásio do FCB, entre este Clube e o Benfica, cuspiram num meu amigo, porque ele aplaudia os cestos do Carlos Lisboa (?) do Benfica. Foi terra de excesso com o 25 de Abril, apelidando todos de fascistas. Foi também terra de grandes homens, carolas e criadores, que fundaram e desenvolveram Sociedades, hoje centenárias, como os Penicheiros e os Franceses, onde as pessoas tomavam banho, aprendiam a ler, cantavam, namoravam – era a Casa que eles não tinham. É uma terra de fortes valores, mas que se deixou ultrapassar por outras, quer em equipamentos, em progresso e em bem estar. Só há meses é que inaugurou um Quartel de Bombeiros e tem a mesma Piscina (um tanque) de há 40 anos. As pessoas cuidam mais dos seus umbigos e menos da terra. Tem uma Banda de Música (e eu tive lá a tocar 2 filhos músicos) com qualidade, com uma alta percentagem de músicos nos Conservatórios, que se gaba e tem suporte, mas que só faz Concertos dentro do Barreiro. É nesta terra que eu vivo e que, embora nunca nada me fora pedido teria dificuldade em cooperar, porque eu nunca escrevo copiando e sujeitar-me à mediocridade, ao politicamente correcto – nunca.

Diferença crucial percebida pelo autor entre os dois locais. No Barreiro todos trabalham para o bem pessoal; em São Geraldo o bem da terra está amalgamado com o bem individual. Embora saibamos que o espírito de solidariedade e consciência colectiva esteja dissipado, até nas comunidades rurais actuais, provocando o fraquejar na coesão social, as diferenças continuam a sentir-se. Obviamente certas questões não cabem na mesma bitola: um pólo industrial, relativamente recente, que surgiu e se desenvolveu por gentes de outros pontos do país; e uma terra construída pelos seus filhos que se tornaram pais, avós, bisavós e sempre “primos” (para usar a expressão de Francisco Ramos no seu estudo sobre Vila Velha), não é comparável, porque falamos de duas realidades essencialmente distintas. Talvez seja aqui que o narrador esbarrou não se despidendo nunca da assimilação da sua cultura campesina porque e apesar de tudo, como o próprio o refere “*eu nunca deixei de ser um rural de São Geraldo*”.

Por isso, os meus méritos ou devaneios, foram para São Geraldo, e logo, continuamente, a seguir à Tropa. Eu podia ter razões para negar colaboração a S. Geraldo, porque eu também decerto fui caluniado (sou e serei), porque os santos da casa não fazem milagres, porque erro mais vezes do que se pensa, porque também sou vaidoso e gosto de honrarias. Mas pelo facto de S. Geraldo nada ter, tudo foi mais fácil. Hoje,

nota-se que a Direcção do Centro tem mais dificuldade, mesmo internamente. Posso dizer que impus coisas a S. Geraldo. Posso dizer que nunca impus coisas a S. Geraldo. Eu faço muitas reuniões, conto tudo e não encubro nada. Trabalho muito, penso muito. Nunca vou para uma reunião sem ter visto todos os prós e os contras e revistos. Levo uma proposta e um caminho. Depois tenho muita dificuldade em seguir outro caminho que perfilhei e já desisti, por considerar falível. Daí dizer que sou Sim e sou Não. E, para rematar, posso dizer que sou um puzzle que eu próprio não sei completar. Posso dizer que não sei bem quem sou. Posso, acima de tudo, dizer que trabalho muito por S. Geraldo não para me agradecerem mas por ter tanta coisa boa interiorizada da minha terra.

O Fim *Vou terminar. Lamentando a extensão desta minha história que pode ser amputada, tal como aumentada, conforme as opções e os gostos. Se calhar isto para alguns nada vale. Para outros é o máximo. E todos nós temos coisas lindas para contar. É preciso é arranjar: um bom computador (amigo), tempo, disposição e alguém, como a Dr.^a Cristina, que nos peça para escrever a nossa “História de Vida”.*

São Geraldo, Dia de Páscoa, aos 27 de Março de 2005

José de Matos Júnior

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Diz-se e escreve-se muita coisa, mas sobretudo faz-se como se
pode*

Lazarfeld

Ao longo da elaboração do presente estudo (desde a aposta tentadora inicial, à planificação, passando pela recolha e interpretação da informação até à composição do texto), tive sempre presente um aspecto, adquirido em tempos universitários de licenciatura, já um pouco recuados, que se prende com a adequação dos instrumentos às condições de investigação reunidas. Este factor, na minha opinião fundamental, imprime à pesquisa a sobriedade imprescindível para que se possa produzir um trabalho sério. Está implícito no conceito de planificação a possibilidade, em aberto, de alterações imprevisíveis pelo que a postura deve ser de alerta para qualquer sinal que nos ajude a perceber melhor o objecto e, porque não, mudar o rumo da investigação.

No decorrer do texto apresentado, expliquei algumas alterações impostas pelo aprofundamento gradual do conhecimento do objecto de estudo, razão pela qual iniciei a abordagem de forma explanatória. Percebi, desde o início, que o modelo qualitativo seria o mais pertinente para me auxiliar na compreensão da unidade de análise escolhida. O que esteve sempre em questão foi a tentativa de perceber e conhecer melhor a comunidade de São Geraldo a partir da narrativa da personagem, ou seja, a partir da forma como o narrador a interpreta e a vê, não descurando, naturalmente, a interpretação do mundo individual do narrador – as suas atitudes, representações e motivações.

O meu propósito foi conseguir uma visão de dentro da realidade, no sentido de se me tornarem mais perceptíveis as maneiras de ver e percepcionar, os modos de ser e sentir e a perspectivação dos actores envolvidos para que alguns processos sociais fossem apreendidos e interpretados

Obviamente que tudo isto acarreta inseguranças e fraquezas. Contudo, o facto de se estar acautelado a priori pode contribuir para minimizar esses riscos. No presente trabalho recorri a duas histórias de vida complementares para, de alguma forma sustentar o material recolhido com a autobiografia central (o Estarrapa e o Joaquim Padeiro a consultar no Anexo 1). Obtive ainda um testemunho de um outro filho de São Geraldo em questões específicas,

nomeadamente em relação ao trabalho no campo – Sr. António Filipe – que tendo vivido toda a sua vida na comunidade validou factos e acontecimentos das três histórias de vida. A este propósito gostaria de apresentar sucintamente um episódio que me parece revelador: numa das visitas a São Geraldo e à Sociedade (ponto de encontro lúdico e de convívio), o Sr. António dirigiu-se para um dos jogadores de cartas, com lugar cativo, e perguntou: “Jaquim Padeiro, então onde está o campeão das cartas? O Estarrapa onde está?” ao que o inquirido respondeu “Não sei, deve andar por aí”. Embora me tenham referido como eram apelidados na aldeia, tive a demonstração de que, efectivamente, assim era.

A contextualização e enquadramento das narrativas giram em torno de uma comunidade alentejana, não significativamente diferente de tantas outras, mas com uma identidade própria que faz dela São Geraldo e não outra. Enquanto comunidade que é, obedece a alguns requisitos que a tipificam como tal. Por definição, uma comunidade é um grupo mais restrito que a sociedade, em que os contactos são na sua maioria directos – face a face, obrigatoriedade da presença física – e que é constituído por indivíduos residentes numa área mais ou menos limitada geograficamente. Mas o que realmente caracteriza a comunidade são as relações de vizinhança naturais, involuntárias e orgânicas entre os membros que a integram (Gonçalves 1969). Um outro aspecto importante é o conjunto de conceitos teoricamente imprescindíveis quando abordamos a questão das comunidades rurais: status, papéis, valores e normas. As relações sociais no seio da comunidade são fundamentais para o seu equilíbrio e é preciso que todos os seus elementos saibam precisamente o que é que os outros esperam deles, o mesmo será dizer, que papel desempenha cada um. Os papéis estão directamente relacionados com o status que cada membro detém entre os demais. Em todos os casos existem comportamentos esperados dependendo da posição social que se ocupa, e dos valores a eles associados. A aceitação e comunhão generalizada de determinados valores reforçam a ordem social e permitem que funcione harmoniosamente. Assim, por exemplo, a interiorização do valor da honestidade como sendo

fundamental para a vivência em grupo, dispensava nos negócios os comprovativos escritos porque a palavra de um homem era suficiente. Quando se fala de comportamento é impossível separar o termo valor do termo norma. Enquanto que o valor será a ideia de certo e errado, bom ou mau, a norma situa-se na acção, ou melhor, nas regras que dirigem a acção objectivando a realização dos valores, como nos refere Bertrand (1973). Enquanto comunidade rural agrícola, São Geraldo balizava o seu quotidiano segundo valores e normas firmes em todas as esferas da vida social: o homem trabalhador e honesto capaz de sustentar a família; a mulher fiel, casta, poupada e obediente capaz de tratar da casa e dos filhos com brio são apenas alguns dos exemplos comportamentais normativos, intimamente associados a valores perfeitamente enraizados no quotidiano.

A sociedade rural tradicional¹⁵ era fortemente estratificada. A existência de dois estratos distintos e afastados caracterizava o cenário social: os lavradores (Senhores) no topo e os trabalhadores rurais na base da escala. A posição social ou estatuto era (e ainda é) alcançada de duas formas: à nascença e adquirida. Se em relação à primeira não havia esforço por parte do indivíduo, no segundo caso a ascensão teria de ser construída através do esforço pessoal, exemplificado, no caso do presente trabalho, pela trajectória de José de Matos Júnior que se distanciou dos colegas de infância pela progressão nos estudos. Este distanciamento entre posições sociais prevaleceu durante muito tempo, uma vez que a sociedade em questão era mais estática e tendia a reproduzir-se. Para isso contribuiu a falta, ou até inexistência, de oportunidades que facilitassem uma maior mobilidade social,

¹⁵ Parafresando Gayl D. Ness, Irwin T Sanders distingue as sociedades tradicional e moderna do seguinte modo: "by traditional we normally mean that most people in a given population are organized into a small andreaisolated groups in rural; they consume most of what they produce and produce most of what they consume in essentially subsistence economies; their work is largely agricultural with a related set of activities essentially derived from their agricultural production; they are connected with one another as specific persons with a highly diffuse set of obligations and claims upon one another; and by and large they experience a low level of welfare". Na sociedade moderna "most people in a given population are organized en larger collectivities with a great deal of literate communication and interaction with a large and ever growing community, and they live more in urban areas than in rural areas; they sell most of what they produce and buy most what they consume in highly complex and extensively commercialized economies; they work in factories with machines, and in a wide range of highly specified services, they are related with one another largely on the basis of limited interchanges in which obligations and claims are tied to specific performances or roles rather than to specific persons; and by large they have high levels of welfare" (Sanders 1977: 32 e 33).

características de uma sociedade fechada como era a de então. Como diria Foster “na maioria das sociedades tradicionais as massas tiveram poucas, se algumas, opções. Através da história as pessoas nas sociedades tradicionais aceitaram estas condições porque não conheciam mais nada”¹⁰ (Foster 1973: 2).

O controle social detém especial relevância neste cenário. De facto, é através dele que a sociedade impõe a conformidade aos padrões de comportamento considerados correctos e desta forma garante a ordem e a estabilidade. Ao nível formal estabelece-se por legislação e ao nível informal pela força da consciência, do receio do ridículo, vergonha e rejeição. Nas comunidades rurais tradicionais o controle social informal detinha um peso muito significativo na vida das pessoas. A este propósito refiram-se, por exemplo, as condições em que era consentido o namoro. A rapariga tinha de se dar ao respeito e para isso era-lhe vedada qualquer privacidade com o rapaz (regra geral noivo e futuro esposo). Se por ventura a relação chegasse a um nível de intimidade permitida e esperada só após o casamento, era a desgraça para ela e para a família, podendo até nunca mais vir a casar e a “ficar para tia”. Ora, numa sociedade onde o destino da rapariga era ser esposa e mãe, esta situação era, no mínimo, preocupante. Assim, o uso de controles sociais permitem que os sistemas normativos de comportamento se tornem profundamente enraizados de forma a que, geralmente, não existam comportamentos desviantes (comportamentos contrários às expectativas) e quando se dão recorre-se a sanções para alinhar o membro desviado ou segregá-lo, se esse for o melhor para o bem-estar da comunidade. Em São Geraldo este procedimento era corrente, senão lembremo-nos do episódio narrado por José de Matos Júnior a propósito dos primeiros encontros, a caminho da fonte, entre rapazes e raparigas para namoro. Toda a aldeia sabia de quem se tratava, quantas vezes se tinham encontrado, o que levavam vestido e quais eram as perspectivas.

A família detinha uma importante função na vida do indivíduo e, por isso, ocupava uma posição crucial na vida da comunidade. Era no seio familiar que se

¹⁰ “In most traditional societies the masses have had few, if any options. Throughout history people in traditional societies have accepted these conditions because they knew nothing else” (Foster 1973: 2).

encontrava a grande escola da vida, onde os filhos assimilavam as principais ferramentas para o futuro. Os filhos aprendiam com os pais como trabalhar no campo e as filhas com as mães a tratar das tarefas domésticas. A instituição escolar estava pouco presente na vida das crianças pelo que a socialização ficava a cargo quase exclusivo da comunidade em geral e da família em particular. Desde muito cedo lhes eram inculcados valores, normas e comportamentos esperados, bem como um forte sentimento de segurança. A família abrangia a esfera biológica, psicológica, social, e económica do indivíduo.

É inevitável colocar na mesa a questão do trabalho no campo, não só porque “o padrão fundiário de grande exploração que nos habituámos a associar aos campos do Alentejo resulta (...) de uma longa história de concentração” (Fonseca e Santos 2001: 47), mas também devido ao facto de São Geraldo ter sido (e ainda é) durante variados anos uma comunidade essencialmente agrícola. O trabalhador rural tinha no seu trabalho a sua maior e única recurso, razão pela qual os valores ligados ao trabalho – honestidade e apego ao trabalho – eram tão importantes na vida da comunidade, uma vez que a sua sobrevivência dependia da vontade dos senhores da terra. “Ninguém queria ter um ladrão preguiçoso a trabalhar nas suas terras”, desabafou, certa vez, um dos autobiografados. A vida desta gente era muito difícil. Começava-se a trabalhar aos seis ou sete anos, à excepção daqueles que iam à escola e que iniciavam o trabalho aos dez anos. O trabalho era muito duro, trabalhava-se muito e durante muito tempo, salários eram muito baixos, não existiam benefícios sociais e a instrução quando chegava era só para aprender a ler e a escrever. Não havia, porém, alternativa.

Algumas décadas passaram e desapareceram os rendeiros, os seareiros e grande parte dos trabalhadores rurais; os jovens passaram a ser menos e a “fugir” da inevitabilidade do desemprego (porque o campo já não lhes agradava); a mecanização da agricultura atirou borda fora a população activa da aldeia que saiu, e geralmente não voltou. As comunidades rurais começaram a ter contacto com os centros urbanos porque as vias de comunicação, os transportes a rádio e

posteriormente a televisão os aproximaram. A comunidade rural viu, lentamente, os laços desvanecerem-se: os filhos vão à procura de outras oportunidades¹⁷ e embora os pais lastimem, compreendem a indispensabilidade da decisão porque a agricultura já não oferece nada. Cutileiro, a propósito de Vila Velha, comenta que “nos tempos em que a sociedade se encontrava menos sujeita a influências externas – antes de existirem oportunidades de trabalho fora da agricultura, quer no País, (...) a cintura industrial de Lisboa, quer nos países mais industrializados da Europa –, os homens viviam toda a sua vida adstritos aos grupos sociais em cujo seio haviam nascido, tanto de um ponto geográfico como de um posto de vista de estratificação social” (Cutileiro 2004: 105), análise que se aplica perfeitamente à realidade de São Geraldo.

As comunidades tradicionais rurais têm vindo, por isso, a sofrer alterações, regra geral, no sentido da asfixia populacional. Verificámos, no capítulo dedicado à aldeia, que a tendência para o crescimento demográfico até à década de 70 do século XX, tem vindo a inverter-se. Em 2001, o universo populacional desceu dos 174 indivíduos (1991) para os 144, dos quais 80 homens e 64 mulheres. À semelhança das suas pares alentejanas, a aldeia viu numa década (1991 – 2001) a sua população diminuir em 17,24% (valor significativo se comparado com o seu baixo efectivo populacional); e envelhecer mais de 50%. Os núcleos familiares diminuíram, no mesmo espaço temporal, em 30,56% (72 em 1991 e 50 em 2001).

O sector primário protagoniza ainda hoje, se bem que de forma menos significativa, a vida da comunidade. A extinção das cooperativas trouxe problemas de desemprego essencialmente para as mulheres que passaram a encontrar nas tarefas sazonais a única opção.

A década de 70 do século XX foi caracterizada por um atropelamento de acontecimentos que marcaram, de forma irreversível o futuro do país, a que São Geraldo não escapou. Registou-se uma significativa deslocação da mão-de-obra

¹⁷ O caso do Nuno é raro: trabalha com o pai e, ao contrário dos seus colegas foi ficando pela aldeia. Faz parte da associação “O Girassol”.

para o estrangeiro e para a cintura industrial de Lisboa, não para trabalhar na agricultura, mas essencialmente para a construção civil e indústria, facto que contribuiu, ele próprio, para o agravamento da situação das cooperativas e o seu posterior encerramento. A mecanização da agricultura não foi o único, mas com certeza, um dos principais factores para a migração campo-cidade. De facto, “no Sul, onde se concentravam as explorações agrícolas com maior capacidade de acumulação, foi mais fácil substituir o trabalho humano pelo trabalho mecânico, sobretudo a partir de 1967 quando o Estado passou a subvencionar a compra de máquinas. Em alternativa, as terras agrícolas foram florestadas ou transformadas em reservas de caça” (Hespanha 2004: 89).

Ainda muito jovem, a economia industrial portuguesa encontra-se menos desenvolvida do que a dos seus companheiros europeus com uma tradição industrial mais antiga. Neste sentido não surpreende que exista, no meio rural, uma parte relativamente elevada da população ligada à agricultura, ainda que noutros moldes. Na verdade, “o modelo de reprodução camponês, baseado nos rendimentos da exploração agrícola, tem vindo a dar lugar, cada vez mais, a formas de reprodução de base salarial, através do trabalho parcial fora da exploração. A posse da terra teria perdido muito do seu sentido se o trabalho, de que constituía a condição básica de aplicação, se tivesse desligado totalmente da agricultura como aconteceu na maior parte dos países europeus” (Hespanha 2004: 95 e 96).

Todos os autobiografados, à excepção de José de Matos Júnior que, embora tivesse trabalhado no campo libertou-se dele porque prosseguiu os estudos, viram no campo a trajectória natural dos homens que não nasceram “em berço”¹⁸. Foram iniciados no campo pelos pais sempre como ajudas de gado ou outros trabalhos menores até “botarem corpo”¹⁹. O Esfarrapa chegou a ser manageiro na Herdade da Comenda que era propriedade das suas primas, depois de uma breve passagem por França, foi para Lisboa aos quarenta e nove anos e aí permaneceu durante

¹⁸ Nascer em berço significa, para os autobiografados, nascer no seio de uma família rica.

¹⁹ Botar corpo significa ficar com corpo de homem que acontecia aos 13 ou 14 anos, dependendo da estrutura física do indivíduo.

quinze anos; o Joaquim Padeiro nunca saiu de São Geraldo, foi também manageiro, mas de ranchos de mulheres, na mesma herdade. Trabalhou durante grande parte da sua vida para o pai que, de manageiro passou a patrão. Quis o destino que aos trinta e seis anos ficasse responsável pela padaria adquirida pelo pai e assim cravasse de boca em boca o nome pelo qual ainda hoje é conhecido – Joaquim Padeiro.

Graças à ambição e sonho dos pais, José de Matos Júnior teve uma trajectória diferente. Sempre foi muito protegido (mais novo de três irmãos) e nele depositaram a esperança de ter um filho estudado, com sérias dificuldades porque o seguimento nos estudos era, na altura, um verdadeiro luxo reservado só para quem tinha posses.

O contributo dos três interlocutores vai mais além da simples descrição da sua trajectória pessoal, testemunham acontecimentos, factos, procedimentos e mecanismos que nos ajudam a localizar e enquadrar melhor a trajectória da própria comunidade. A autobiografia de José de Matos Júnior expressa e analisa situações passadas com a sua família, amigos e conhecidos que, respeitando a fidelidade da sua individualidade nos auxiliam na compreensão do quotidiano da altura. Do casamento ao trabalho, passando pela organização familiar, a estratificação social e pelos valores que pautavam a vivência em grupo, somos confrontados com inúmeros episódios que, de alguma forma representam o modo de ser, de estar e sentir da comunidade em geral.

Por último gostaria de salientar a visita às principais herdades que serviram de palco a alguns dos episódios narrados e que teve como guias²⁰ o Sr. José de Matos Júnior, o Sr. António Filipe e o Nuno (um jovem de vinte e cinco anos preocupado com o destino grisalho que a aldeia está a tomar e que, por isso, juntamente com alguns amigos, se tem empenhado em inverter a situação). Conhecer esses lugares e aceder ao gentil convite que me fizeram foram as motivações que conduziram a

²⁰ Fazem todos parte da Associação de Protecção Social à População de São Geraldo "O Girassol".

visita cujo trajecto pode ser observado no Anexo 2. Ao longo do percurso foram reconstruídas algumas histórias que cada canto sugeria. Inevitável foi também a comparação passado/presente e um futuro quase sempre a querer esquecer qualquer previsão, como se o passado fosse sempre o mais importante, porque das memórias guarda-se o melhor e o melhor, neste caso, são os tempos em que aquelas terras tinham vida: “Nunca se via estas terras sem ninguém”; “O moinho está aqui e era memo bonito, mas a Dra. não o pode ver porque está tapado com as silvas”, são alguns dos apontamentos que elucidam a nostalgia que só compreende quem viu e vê. Tudo isto não anula, obviamente as recordações amargas da dureza do trabalho e dos tempos de miséria. No cômputo geral os interlocutores não conseguem expressar com clareza a preferência entre esse passado e este presente porque ambos os contextos têm falhas. A um passado de miséria e muito sacrifício, mas de valores fortes e grande confiança, opõe-se um presente com mais comodidade, mais informação e liberdade, mas de frágeis valores depositados sempre na vantagem individual, perspectivando um futuro de instabilidades e inseguranças.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Ferreira e PINTO, José Madureira

1975 *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença

1986 “Da Teoria à Investigação Empírica: problemas metodológicos gerais”,
Metodologia das Ciências Sociais, Porto: Edições Afrontamento

ALMEIDA, Maria do Carmo Gomes de

1995 *Etnossociologia das Sociedades Mediterrânicas: análise comparativa de três casos*, Évora: Universidade de Évora (trabalho de fim de curso)

ATKINSON, Robert

1998 *The Life Story Interview*, Thousand Oaks: Sage Publications

BASTOS, Helder e FREITAS, Marta (ed.)

2004 *História das Freguesias e Concelhos de Portugal*, Vol. 11, Matosinhos:
Quidnovi

BALTAZAR, Alda

1996 *A Continuidade Sociocultural e a Encruzilhada do Desenvolvimento Rural: um concelho do Baixo-Alentejo*, Évora: Universidade de Évora
(dissertação de mestrado em sociologia)

BEATTIE, John

1971 *Introdução à Antropologia Social*, S. Paulo: Companhia Editora
Nacional

BERGERON, Louis (org.)

1977 (1966) *Niveles de Cultura y Grupos Sociales*, México: Siglo Veintiuno
Editores

BERTAUX, Fernand

1976 *Histoires de Vie ou Récits de Pratiques? Méthodologie de L'approche Biographique en Sociologie*, Paris: Coredes

BERTRAND, Alvin L. e Associados

1973 *Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea*, São Paulo: Atlas

BIERSTEDT, Robert (ed.)

1969 *Florian Znaniecki on Humanistic Sociology*, Chicago: The University of Chicago Press

BLANCHET, A. et all

1987 *Les Techniques d'Enquête en Sciences Sociales*, Paris: Dunod

BOURDIEU, Pierre

1989 *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel

BRAUDEL, Fernad

1983 *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, Vol. I, Lisboa: Publicações Dom Quixote

BULMER, Martin

1990 *Documents of Life: an introduction to the problems and literature of humanistic method* (Editor's Preface), London: Unwin Hyman

BURGESS, Robert G.

1997 *A Pesquisa de Terreno*, Oeiras: Celta Editora

BURGESS, Robert G. (ed.)

1994 *Studies in Qualitative Methodology*, Vol. 4, London: Jai Press Inc.

CABRAL, João de Pina

1991 *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa: Difel

CAMPBELL, J.K.

1974 (1964) *Honour, Family, and Patronage*, New York: Oxford University Press

CASCAIS, Mariana

1980 *Santiago do Escoural: contributos para o estudo de uma freguesia rural como comunidade*, Évora: Universidade de Évora (trabalho de fim de curso)

1993 *A Urbanização dos Homens e a Urbanização dos Espaços – o caso particular do Alentejo*, Évora: Universidade de Évora (tese de doutoramento em sociologia)

CAVACO, Carminda

1994 *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Lisboa: Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

CÉSAR, Maria Teresa Fernandes

1993 *A Vida e Obra de José da Silva Picão: contributos etno-sociológicos*, Évora: Universidade de Évora (trabalho de fim de curso)

COSTA, António Firmino

1986 “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento

CRANO, William D. and BREWER, Marilyn B.

2002 *Principles and Methods of Social Research*, Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers

CUTILEIRO, José

2004 (1971) *Ricos e Pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa*,
Lisboa: Livros Horizonte

FERNANDES, Ana Alexandra

1997 *Velhice e Sociedade: demografia, família e políticas sociais em Portugal*, Oeiras: Celta Editora

FERRÃO, João

1992 *Serviços e Inovação: novos caminhos para o desenvolvimento regional*,
Oeiras: Celta Editora

FODDY, William

1996 *Como Perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras: Celta Editora

FONSECA, Hélder A. e SANTOS, Rui

2001 "Três Séculos de Mudança no Sector Agrário Alentejano: A Região de Évora nos Séculos XVII a XIX", *Ler História* 40: 43-94

FONSECA, Jorge

1996 *Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo: inventário*,
Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

FOSTER, George M.

1973 *Traditional Societies and Technological Change*, New York: Harper
& Row, Publishers

FRANK, André Gunder

1976 *Sociologia do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Coimbra:
Centelha

1992 *El Subdesarrollo del Desarrollo*, Madrid: IEPALA

FUNK, Gabriele

1999 *Actas do 1º Encontro Sobre Cultura Popular*, Ponta Delgada:
Universidade dos Açores

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin

1997 *O Inquérito: teoria e prática*, Oeiras: Celta Editora

GIDDENS, Anthony

1997 *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

GONÇALVES, José Júlio

1969 *Sociologia*, 2º Vol., Porto: Portucalense Editora

GURVITCH, Raul

1977 *Tratado de Sociologia*, Vol. I/II, Lisboa: Iniciativas Editora

HAMEL, Jacques

1993 *Case Study Methods*, Newbury Park: Sage Publications

HESPANHA, Pedro

1994 *Com os Pés na Terra: práticas fundiárias da população rural portuguesa*, Porto: Edições Afrontamento

ITURRA, Raul

1991 "A Aldeia: presente etnográfico, passado histórico – propostas metodológicas exploratórias", in Brian Juan O'Neill e Joaquim Pais de Brito, *Lugares de Aqui: actas do seminário «Terrenos Portugueses»*, Lisboa: Publicações Dom Quixote

JANOWITZ, Morris (ed.)

1966 *W. I Thomas on Social Organization and Social Personality*, Chicago and London: The University of Chicago Press

JESUÍNO, Jorge Correia

1987 *Processos de Liderança*, Lisboa: Livros Horizonte

KETELE, Jean-Marie e ROEGIERS, Xavier

1993 *Metodologia de Recolha de Dados*, Lisboa: Instituto Piaget

KROEBER, A.L. et all

1969 *Organização Social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores

LEAL, João

2000 *Etnografias Portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote

LEWIS, Óscar

1970 (1961) *Os Filhos de Sanchez*, Lisboa: Moraes Editores

LIMA, Mirinus Pires

1973 *O Inquérito Sociológico: problemas e metodologias*, Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais

LOPES, Simões A.

2001 (1979) *Desenvolvimento Regional*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

MADGE, John

1965 *The Tools of Social Science*, New York: Anchor Books

MAIR, Lucy

1979 *Introdução à Antropologia Social*, Rio de Janeiro: ZAHAR Editores

MARTINHO, Alberto

1998 *O Caixão das Almas: desigualdade social numa aldeia serrana*, Seia: Câmara Municipal do Concelho de Seia

MATOS, A. C., MARTINS, M. C. Andrade e BETTENCOURT, M. L.

1982 *Senhores da Terra: diário de um agricultor alentejano (1832-1889)*,

Vila da Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda

MATVEJEVITCH, Predrag

1994 *Breviário Mediterrânico*, Lisboa: Quetzal Editores

MYRDAL, Gunnar

1976 *A Objectividade nas Ciências Sociais*, Lisboa: Assírio & Alvim

MORIN, Edgar

2000 (1973) *O Paradigma Perdido: a natureza humana*, Mem Martins:

Publicações Europa-América

NAZARETH, J. Manuel

2000 “Cenários de Evolução do Envelhecimento Demográfico de Portugal no Contexto da União Europeia até ao Ano 2050”, *Homenagem ao Professor Augusto da Silva*, Évora: Departamento de Sociologia da Universidade de Évora

2003 “A Dinâmica da População Portuguesa no Período 1991-2001”, *Economia e Sociologia* 76: 5-30

NUNES, Maria Cristina

1999 “*Mãos de Barro*”: a olaria de S. Pedro do Corval, Évora: Universidade de Évora (trabalho de fim de curso)

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de

1995 (1977) *Alfaiá Agrícola Portuguesa*, Lisboa: Publicações D. Quixote

O'NEIL, Brian Juan e BRITO, Joaquim Pais (org.)

1991 *Lugares de Aqui: actas do seminário «Terrenos Portugueses»*, Lisboa:

Publicações Dom Quixote

PARSONS, Talcott

1969 *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*, S. Paulo: Livraria
Pioneira Editora

1984 *El Sistema Social*, Madrid: Alianza Editorial

PENEFF, Jean

1990 *La Méthode Biographique: de l'École de Chicago à l'histoire orale*,
Paris: Armand Colin Éditeur

PICÃO, José da Silva

1983 *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho
de Elvas)*, Lisboa: Publicações Dom Quixote

PINTO, José Madureira e DORNELAS, António (Coord.)

1998 *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior: jornadas da
interioridade*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda

PIRES, Ema

2002 *O Baile do Turismo. Narrativas Turísticas e Discursos de Propaganda
Durante a «Política do Espírito» (1933-1949)*, Évora: Universidade
de Évora (dissertação de mestrado em sociologia)

PLUMMER, Ken

1990 *Documents of Life: an introduction to the problems and literature of
humanistic method*, London: Unwin Hyman

POIRIER, Jean et. al.

1995 *Histórias de Vida: teoria e prática*, Oeiras: Celta Editora

QUINTINO, Maria Celeste Rogado

2004 *Revisão de Agendas Etnográficas: convés, varandas, aldeias e
cidades*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

RADCLIFFE-BROWN, A. R.

1964 (1922) *The Andaman Islanders*, New York: The Free Press

RAMOS, Francisco Martins

1992 *Os Proprietários da Sombra: vila velha revisitada*, Évora: Universidade de Évora (tese de doutoramento em sociologia da cultura e da comunicação)

1996 *Textos Antropológicos*, Monsaraz: ADIM

2001 "História de Vida: produto e meio de produção", Separata da Revista *Economia e Sociologia* 71: 56-71

2004 *Etnografia Geral Portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta

REIS, José

1998 "Documento Policopiado"

REVEL, Jacques

1990 *A Invenção da Sociedade*, Lisboa: Difel

RIBEIRO, Orlando

1963 *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço das relações geográficas*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora

RILEY, Matilde White e NELSON, Edward E. (org)

1976 *A Observação Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar Editores

SILVA, Augusto Santos

1994 *Tempos Cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (org.)

1986 *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento

SALOMON, Dêlcio Vieira

1979 *Como Fazer uma Monografia: elementos de metodologia do trabalho científico*, Belo Horizonte: Interlivros

SANSERS, Irwin T.

1977 *Rural Society*, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.

SOARES, Maria Micaela

1984 *A Mudança na Cultura Rural Portuguesa*, Lisboa: Ramos, Afonso & Moita

STAVENHAGEN, Rodolfo

1972 *Las Clases Sociales en las Sociedades Agrarias*, México: Siglo XXI

TITIEV, Misha

1969 (1959) *Introdução à Antropologia Cultural*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

VASCONCELOS, J. Leite et all

1958 *Etnografia Portuguesa*, Vol. IV, Lisboa: Imprensa Nacional

s.d. *Etnografia Portuguesa. O Povo Português*, Vol. IV, Lisboa: Imprensa Nacional

WEBER, Max

1977 *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença

1993 (1973) *Metodologia das Ciências Sociais*, Parte 1, S. Paulo: Cortez Editora

1995 (1973) *Metodologia das Ciências Sociais*, Parte 2, S. Paulo: Cortez Editora

Outras Fontes

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

1981 Plano de Ordenamento do Concelho, 1^o Fase – Análise e Diagnóstico,
Rel. n.º 3 – aspectos e sua evolução histórica, Montemor-o-Novo:
CMMN

1988 Montemor-o-Novo. Resumo Histórico, Montemor-o-Novo: CMMN

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Antologia de Poesia Popular Tradicional Alentejana, Vila Viçosa: Câmara
Municipal de Vila Viçosa

Censos 2001

Site: www.cm-montemor.pt

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS _____	3
RESUMO _____	4
ABSTRACT _____	5
PLANO ESQUEMÁTICO _____	6
NOTA INTRODUTÓRIA _____	7
CAPÍTULO 1 - QUESTÕES TEÓRICO / CONCEPTUAIS _____	11
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA _____	22
CAPÍTULO 3 - A ALDEIA _____	32
Espaço Físico, População e Vida Sócio-Económica _____	33
A Problemática do Desenvolvimento _____	43
CAPÍTULO 4 - O TRABALHO NO CAMPO _____	48
CAPÍTULO 5 - DE WLADEK A JOSÉ DE MATOS JÚNIOR _____	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	112
BIBLIOGRAFIA _____	122
ÍNDICE GERAL _____	133
ANEXOS _____	135

Índice de figuras, quadros e fotografias

- Figura 1 – São Geraldo no contexto do país, da região, do concelho e da freguesia – 35
- Figura 2 – Carta de Localização de São Geraldo – xxiv
- Quadro 1 – Evolução da População de São Geraldo – 37
- Foto 1 – São Geraldo (vista parcial) – xv
- Foto 2 – Ermida Nossa Senhora do Rosário (parte exterior) – xvi
- Foto 3 – Ermida Nossa Senhora do Rosário (parte interior - altar) – xvi
- Foto 4 – Anta da Herdade do Paço – xviii
- Foto 5 – Anta da Herdade da Comenda do Coelho – xviii
- Foto 6 – Anta da Herdade da Comenda da Igreja – xviii
- Foto 7 – Herdade da Comenda da Igreja (entrada principal) – xix
- Foto 8 – Herdade da Comenda da Igreja (vista panorâmica) – xix
- Foto 9 – Herdade da Repoula – xx
- Foto 10 – Herdade da Comenda do Coelho – xx
- Foto 11 – Vista panorâmica de São Geraldo – xxi
- Foto 12 – Herdade da Chaminé (casa principal) – xxi
- Foto 13 – Herdade dos Varelas – xxii
- Foto 14 – Herdade do Bate-Pé – xxii
- Foto 15 – Herdade da Comenda Grande – xxiii
- Foto 16 – Herdade da Comendinha (monte em ruínas) – xxiii

ANEXOS

Anexo 1

Duas Histórias de Vida Complementares
O Esfarrapa e o Joaquim Padeiro

O Esfarrapa

Herdei o cabedal do meu pai que sempre foi manejeiro.

O meu nome de baptismo é Agostinho José Lebre e nasci em S. Geraldo, no lagar da Herdade da Repoula, a 26 de Março de 1926. Sou o mais novo de oito irmãos. Os meus avós do lado do meu pai chamavam-se António Lebre e Mariana; os do lado da minha mãe não me lembram. Os meus pais eram António José Lebre e Mariana de Jesus Iria.

A minha alcunha apareceu, nem eu sei muito bem como. Lembro-me do dia em que isso aconteceu. O nome foi dado a toda a minha família no dia em que se lembraram de dizer “Eh pá, isto é a companhia dos Esfarrapas”. Os anos foram passando e a alcunha foi ficando, mas só para mim e mais ninguém. Ainda hoje sou mais conhecido por Esfarrapa e até estranho quando me chamam por Agostinho. Conheço muita gente em Évora que só me conhece por Esfarrapa¹.

Não cheguei a acabar a escola primária, fiquei pela 3^a classe. Comecei a trabalhar na Repoula aos oito anos e lá estive até aos vinte e dois, altura em que fui para a tropa. Quando saí fui trabalhar à das minhas primas na Herdade da Comenda como Manejeiro durante trinta e dois anos.

¹ “Alcunhar e utilizar uma alcunha não podem ser considerados elementos isolados no contexto de cada comunidade. Eles são a ponta de uma intrincada e complexa rede sócio-cultural de que podemos destacar comportamentos, processos intelectuais, conceptualizações, leituras de índole variada. (...) Os princípios que governam a atribuição de uma alcunha são, em primeiro lugar, os que identificam o indivíduo aos olhos da opinião pública: lugar de nascimento ou residência, profissão, marcas físicas ou excentricidades do comportamento. (...) A alcunha é um instrumento aldeão. Com efeito, a vida urbana encoraja relações impessoais, destrói os laços do parentesco, pulveriza os elos tradicionais e reduz as relações de vizinhança. No Alentejo, os grandes centros populacionais não deixam de ser comunidades rurais, posto de parte o critério demográfico e tendo em linha de conta hábito, costumes, modos de vida, tradições, fluxos migratórios internos, etc.” (Ramos 1996: 54, 55 e 59).

Andei à tropa em Évora mas pouco tempo, não chegou a um ano. Casei em 1950. Tive, ou melhor, teve a mulher dois filhos: primeiro o Joaquim e quatro anos depois, o Zé.

Emigrei para França, para onde toda a gente queria ir. No dia destinado à viagem eu e o meu irmão caímos no conto do vigário em Lisboa e o pouco dinheiro que tínhamos, foi-se. Não fossem umas nossas primas lá da capital não conseguíamos dinheiro para seguir viagem, mas foi pouquinho porque na altura não era preciso muito para chegar a França. Trabalhei lá muito numa serração e quando vim de férias, a cabeça perdi-a, e já não voltei. Tinha cá a mulher e os filhos sozinhos e isso não me agradava.

Quando regresssei só havia trabalho nas Cooperativas, mas eu não quis, porque não me cheirava muito bem e então aventurei-me em Lisboa – isto passou-se no ano de 1975. Consegui emprego como despachante na Rodoviária. Aí estive durante 15 anos, num autêntico paraíso... havia de tudo e a vida era muito boa.

Os filhos estão os dois na Suíça. O primeiro a sair foi o mais novo, o Zé. No início para Setúbal e depois, por razões de saias, para a Suíça. A senhora, capaz de ter idade para ser sua mãe, era natural de lá e era professora. Conheceu o meu Zé em Setúbal e lá o deve ter convencido que a vida no seu país era melhor. Só soubemos, eu e a mãe, já ele lá estava. Ao fim de algum tempo desencantou-se e encantou-se por outra que também não deu certo. De modo que só à terceira e já com trinta e cinco anos é que acalmou. Casou e tem dois filhos lindos. Sempre foi muito bom rapaz, mas quando via uma mulher perdia a cabeça, felizmente são coisas do passado. O Joaquim, mais velho 4 anos, é mais a mãe. É calmo e ponderado e também muito bom rapaz. Hoje está na Suíça e, à semelhança do irmão, já não volta.

Trabalhei muitos anos no campo: primeiro na ceifa e depois como Manajeiro. Este era o caminho natural pois ninguém podia ser um bom Manajeiro se não soubesse ceifar, e ceifar muito bem. Ser Manajeiro não era fácil, já o meu pai o dizia. Para

além da grande responsabilidade que tínhamos às costas, era sempre o primeiro a chegar e o último a sair.

O dia iniciava antes do nascer do sol, porque o caminho até à seara era longo e feito a pé. Chegava primeiro a modos de preparar tudo, até a comida. Assim que os homens e as mulheres apareciam começava-se logo por pôr as panelas ao lume. Iniciávamos o trabalho e só parávamos para o almoço por volta das dez, retomávamos uma hora depois até às duas da tarde para o jantar; ali se dormia uma sesta até às quatro, depois continuávamos o trabalho até à merenda e a partir das seis e picos era até que o sol se punha que de Verão chegava a ser até às nove e meia. Púnhamo-nos a caminho e chegávamos a São Geraldo por volta das dez e meia da noite, mas não íamos logo dormir: as mulheres tratavam dos filhos e os homens dalgum animal que tivessem. Antes de nos deitarmos ainda havia tempo para preparar as coisas para o outro dia. Dias duros aqueles.

O trabalho era dividido por tomas². Cada toma podia ter de 7 a 9 homens ou mulheres. Os homens ceifavam, voltavam atrás para fazer as partilhas e atavam o trigo com uma corda feita do próprio trigo e faziam os molhos. As mulheres ceifavam, juntavam o trigo mas nunca o atavam³. Havia coisas que a gente não podia deixar acontecer. Assim, as tomas não se podiam encontrar: a primeira tinha de andar sempre à frente da segunda, esta da terceira e assim por diante. Se assim não fosse era mau e feio para a reputação do manajeiro e para o próprio rendimento do trabalho, um falatório e uma vergonha⁴

De Inverno a campanha era da azeitona. O dia era mais pequeno: amanhecia e anoitecia mais cedo. De qualquer forma era sempre o sol que ditava o horário de trabalho. Ao homem cabia varejar a azeitona e à mulher apanhá-la do chão.

² "porções de terreno limitadas por regatos, estradas, arrifes, vales, vertentes, etc. Chamam-se-lhes tomas, por cada qual constituir um campo distinto, que se lavra em separado, de harmonia com a sua configuração geométrica" (Oliveira 1995: 102).

³ Referência nítida à forte divisão sexual do trabalho que era entendida de forma natural e apropriada, uma vez que a compleição física da mulher não suportava a dureza de alguns trabalhos do campo pelo que funcionava, na opinião de todos os interlocutores deste trabalho, como ajudante do homem.

⁴ O sucesso do trabalho dependia muito do manajeiro, com a sua capacidade de organização e do grupo de trabalho. O manajeiro tinha de ter a noção exacta do que andava a fazer, de forma a dar as directrizes mais acertadas.

Um dos nossos grandes inimigos era o frio gelado que se fazia sentir. As mãos enregelavam e nem o lume que se fazia as aquecia... o que saíava eram as pedras esquentadas que segurávamos. O trabalho era sempre penoso mas parece que de Inverno custava mais. Estes Invernos de agora são muito macios.

O Joaquim Padeiro

*Chamavam-me Estravalio por ter muita genica.
Agora sou um velho sem genica e já ninguém me chama assim.*

Não foi só ao Estarrapa que o baptizaram pela segunda vez. Na altura ninguém se satava e era tudo muito natural. A mim foi Estravalio o nome que me calhou porque andava sempre de um lado para o outro e tinha muita genica. A minha alcunha foi desaparecendo com o tempo e hoje já nem se lembram.

Os meus avós e os meus pais já eram pessoas do campo, como é que eu havia de não o ser. O meu pai foi manejeiro durante muitos anos e aos quarenta passou a patrão. Comprava um bocado de lenha aqui nesta quadra, na outra e na outra, vendia cortiça, vendia carvão, ia a Lisboa buscar o dinheiro para pagar aos homens todos os sábados e era esta a vida dele. Quando morreu tinha mais do que quando deixou de ser negociante, porque na reforma sempre conseguiu juntar algum. Chegou a ter quase trezentas pessoas a trabalhar por sua conta

Nasci aí nesses montes a 10 de Setembro do ano de 1930, mas fui baptizado a 11. Fui crescido e criado no campo, tanto os meus avós paternos – Joaquim Russo e Rosalina Besugo – como os maternos – Jacinto Félix⁵ e Vicência Maria. O meu pai – Silvestre Joaquim – e a minha mãe – Francelina Maria – também tiveram a mesma sorte... toda a vida dedicada à terra. Só tenho mãe aí há dez anos: fui uma vez ali ao registo tratar duns documentos e descobri que era um filho sem mãe. A senhora doutora virou-se para mim e disse: “Ó Sr. Joaquim, então não tem mãe?” e eu disse “então pois, eu julgo que tenho, se nasci” e ela disse “então mas só aqui tem o nome do seu pai” e lá me conseguiu resolver a situação. É que antigamente só os pais iam aos registos, as mães ficavam em casa.

⁵ Que viria a ser padrinho do Estarrapa.

Saí para o trabalho mal acabei a 3^a classe, não tinha ainda 10 anos, na minha altura já não havia o 4^o ano, que vim a fazer já com vinte e cinco anos. Trabalhei muito tempo por conta de meu pai. Era eu que tratava da comida dos trabalhadores porque era muito franzino. Sou o mais velho de quatro irmãos (duas raparigas e dois rapazes). A diferença de idade do primeiro casal, onde me incluo, para o segundo é de 15 anos, pelo que a educação duns para os outros sofreu, naturalmente, algumas alterações. De todos nós só o meu irmão mais novo estudou. A princípio não queria, mas depois duns tempos difíceis na Lisnave mudou de ideias e formou-se em professor. É casado, tem dois filhos e vive em Santarém, embora esteja a amanhar uma casa em frente à minha.

Casei-me com uma moça de São Geraldo. A cerimónia tinha sido marcada para o dia em que fazia 24 anos. No entanto, quis o destino que me casasse só no dia 10 de Setembro porque no dia em que fui buscar a mobília de quarto a Montemor esqueceu-me dos pés da cama e em vez de me ter lembrado de colocar o colchão no chão, adiei o casamento. Tive um único filho, o António, que viria a falecer, repentinamente, muito novo com apenas quarenta e dois anos⁶. Tenho uma neta, com alguns problemas mentais, e um neto saudável e bem na vida.

Trabalhei para vários patrões mas mais para um que era aqui da Herdade da Chaminé. Sai da escola e fui trabalhar p'rá do meu pai, depois na altura das ceifas e da azeitona trabalhava por conta dos proprietários. Durante sete anos fui maneiro de ranchos de mulheres na Herdade da Comenda e depois fui para a padaria aos 32 anos⁷.

Depois do trabalho no campo, fui, inesperadamente, padeiro durante 36 anos. Esta reviravolta na vida foi tão acidental como mal recebida. O dono da padaria era de Cabrela e tinha um filho que estava para chegar da Guiné, que em tempos tinha sido padrinho de um sobrinho meu. Um dia virou-se para o meu pai disse: "Compadre quer-me comprar a padaria?", e o meu pai respondeu a mangar com ele: "Compro já!", o dono continuou: "Então quanto é que vossemecê dá por isto?"

⁶ A voz atraíçoa-o de cada vez que conta a história.

⁷ Dos 32 aos 68 anos.

respondeu, continuando na mangação: “Dou tanto” (que a quantia já não me lembra), “Então a padaria é sua”, retorquiu. O meu pai ficou sem reacção e, sem saber muito bem como, tinha-se tornado dono da padaria, e pão era coisa que nunca tinha feito. Chegou a casa e comunicou-me o que tinha feito e que teria de ser eu a tomar conta do negócio. No início disse que não, até zangado, porque eu nem sabia fazer pão mas, depois de ver o olhar triste e perdido do meu pai... lá aceitei.

Os primeiros tempos na padaria foram muito difíceis ao ponto de ter pensado que se não fosse pelo filho tinha-me ido embora com a mulher. Tinha muito medo de não saber dar conta do recado. Nunca tinha feito pão na vida e, no início, não sabia sequer calcular as quantidades, para além de que era muito penoso carregar tanta lenha para o forno. Com os anos fui-lhe tomando o jeito e ainda hoje há quem diga que fui um dos melhores padeiros que apareceram em São Geraldo⁸.

Os dias de muita labuta de outrora deram lugar aos dias de muitas horas, porque sem trabalhar o tempo demora mais a passar.

⁸ “Pró fim não havia ninguém que o batesse a fazer pão” acredita o Esfarrepa, seu amigo de infância. Esta alteração na sua vida valeu-lhe, de entre outras coisas, o nome pelo qual é ainda hoje conhecido – Joaquim Padeiro.

Mãos na Terra

Alguns aspectos do trabalho no campo narrados pelos autobiografados⁹

A terra era cultivada de quatro em quatro anos. No primeiro levava trigo, no segundo levava cevada ou tremoço ou então só cevada e no terceiro só tremoço. O quarto ano era reservado ao pousio (para pastagem). Havia terras boas que ao fim dos quatro anos voltavam ao ciclo, mas outras menos boas só ao fim de cinco ou seis anos.

Trabalho Masculino

O mês de Janeiro era dedicado à esgalha que podia ir até meados de Fevereiro conforme a extensão da folha e o número de trabalhadores; a partir de meados de Fevereiro a lenha que sobrava da limpeza das árvores era recheigada e carregada às costas – às vezes chegava aos quarenta quilos ou mais – pelos homens e posta em montes num local reservado – onde não poderia haver árvores – para ser queimada em fornos feitos para o efeito. Estes locais eram equivalentes a um campo de futebol. A lenha daquela zona era carregada para ali para depois se fazer um forno de carvão, que podia durar até meados de Abril; até Maio o pessoal era deslocado para arranjar os caminhos entre as herdades que todos os anos eram reparados. Nas zonas mais baixas – vales – aproveitava-se que o terreno era mais húmido e plantavam-se abóboras, milho, melancia e feijão-frade que aproveitavam unicamente a água que a terra dava e ao fim de quinze dias estavam em condições de cavar. No fim de Maio apareciam as aceifas conforme o calor e a

⁹ Informação recolhida em entrevistas grupais. Por comum acordo os autobiografados optaram em ser José de Matos Júnior a falar por “ter mais jeito com as palavras”, o que não anulou, em altura alguma, as intervenções dos outros dois, sempre que consideraram oportuno ou sempre que interrogados pelo Sr. José.

maturação da seara e arrastavam-se até ao fim de Julho. Quando acabavam as aceifas, os molhos de trigo eram levados em carros para a eira – local onde se limpava toda a espécie de cereais e legumes, que ficava, geralmente, a uma curta distância do monte – onde estavam as máquinas debulhadoras que eram fixas. Cada máquina ocupava de vinte a trinta homens. Este trabalho era muito penoso devido ao calor de 40° C que se fazia sentir e pelo pó inerente à mecânica do processo – as pessoas bebiam tanta água que por vezes até desmaiavam. A palha ficava na eira e eram feitos os frascas que eram depósitos para a palha que chegavam a ter vinte metros de altura e outros tantos ou até cinquenta de comprimento, sendo que a palha grossa ficava de um lado e a moinha – fina – de outro. Ainda no final do Verão, as pessoas iam à ribeira buscar junco que depois de seco era penteado com a forquilha e com a ajuda das canas do centeio fazia-se o telhado que mais não era que duas grandes asas, de forma a tapar bem a palha, quer do sol quer da chuva.

A debulha

Processo pelo qual se limpava a seara ou searas de todo e qualquer género – ia até meados de Agosto e o tapia até Setembro. Ao mesmo tempo que havia homens na debulha havia outros nos fornos a fazer carvão com a lenha anteriormente rechigada, e ainda outros nas tiradas da cortiça que era sem dúvida o trabalho mais invejado porque para além de ser o mais fácil e menos custoso era o que mais pagava.

O Trabalho nos Fornos

A lenha estava toda naquele sítio e depois havia homens que iam enformar a lenha. O processo de enformamento tinha a sua ciência e não podia ser feito de uma maneira qualquer. A lenha mais grossa e a lenha mais fina tinham posições estratégicas no fogo para arder bem, caso contrário o forno podia não arder ou arder mal. O pai do Joaquim Padeiro fazia fornos de carvão e não era qualquer

peessoa que podia ser carvoeiro, tinha de perceber muito daquilo: para começar a lenha mais grossa tinha de ficar logo por baixo e punha-se a miúda a tapar os buracos. Depois com a ajuda do junco apanhado na ribeira forrava-se a lenha e depois tapava-se com terra, ou melhor torrões porque a terra estavam, nessa altura, muito seca. Quando tudo estava preparado deitavam fogo ao forno e a partir daqui tinham de comandar o fogo, abrindo e fechando as gateiras, para que a lenha ficasse toda igualmente queimada. Depois do forno ficar cozido e apagado ficava ali durante uns oito dias a arrefecer, a terra abatia e o forno era desterrado e fazia um calor terrível, por vezes quando encontravam o carvão mesmo estando apagado acendia o que exigia um grande saber para o manter apagado. O carvoeiro, como responsável máximo, estava sempre numa grande ansiedade porque era normal estarem alguns paus por cozer mas quando se encontrava metade do forno ou até um terço do forno mal cozido eram barrigas de riso e não podia ser. Este processo decorria até meados de Setembro. Findas estas tarefas partia-se para a azeitona: primeiro enterrava-se as oliveiras para depois vir as outras e a seguir era a apanha da azeitona que durava mais ou menos até à esgalha em Janeiro. Por aqui havia trabalho todo o ano.

Trabalho Feminino

Quando a terra ficava sem nada, dava ervas e sargaço – mato que chegava a crescer de quinze a vinte centímetros. Em Janeiro, aproveitando a chuva e o facto da terra estar mole, então as mulheres andavam no campo em ranchos a passar a herdade e a arrancar os sargaços com as mãos, agora faz-se tudo com máquinas mas na altura era tudo feito à mão. Cheguei a andar com quarenta e cinco mulheres mais de três meses a arrancar mato porque havia terra mais castigada pelos sargaços que outra. Na altura da cortiça a mulher apanhava-a, colocava-a em montes para quando a carroça passasse a carregar. A mulher tinha, portanto a função de auxiliar o homem, como aliás em todos os outros trabalhos. De outra forma não podia ser porque o trabalho era todo ele muito duro e mais apropriado à

força masculina. A mulher também apanhava tremoço, tarefa que só se podia fazer em dias frescos e pela manhã, o ideal seria que houvesse nevoeiro ou humidade. Chegavam a ir para apanha do tremoço às cinco da manhã, “não era Joaquim?” “Conforme, pois.” Se o sol nascia às seis ou sete da manhã, já lá tinham de estar porque mesmo antes do sol nascer já havia aquela claridade, a aurora, que dava para ver e apanhavam o tremoço até eles darem. Às dez e meia, onze horas já fazia muito calor e o tremoço começava a debulhar – as vagens abriam – era então altura para acabar a colheita desse dia. Dependendo do dia, a mulher podia fazer mais ou menos horas. Havia dias em que aquecia logo e as mulheres iam para casa com três escudos e quinhentos, resultado de uma hora. Depois do tremoço, em Agosto, a mulher estava parada mais ou menos até à azeitona. Uma pequena percentagem era ainda chamada para as caiaças dos montes e esporadicamente para a apanha da bolota a meados de Outubro. Nas herdades com seara a bolota tinha de ser apanhada à mão, para não se destruir a seara. No total o trabalho para as mulheres, bem somado, dava seis meses.

Ciclo da Seara

O ciclo durava ao todo dezoito meses. Digamos que as terras eram lavradas aí em Janeiro até porque tinha chovido muito e o terreno estava todo encharcado. Lavravam o que era para ser a folha até meados / fins de Março. Em terrenos mais fracos e melhores de trabalhar um animal fazia o trabalho, mas em terrenos mais duros, logo mais difíceis tinha de se recorrer as juntas, parelhas, com duas mulas ou, anterior ao meu tempo, com gado vacum. Podiam ser juntas de dois ou quatro animais sendo necessário aqui usar arados. Todo este equipamento – charruas, arados, etc. era feito na abogaria¹⁰ pelo ferreiro, para além de todos os utensílios em madeira e até soldadura.

¹⁰ Abegoaria: lugar onde se guardavam os gados ou alfaias agrícolas e onde se faziam os instrumentos agrícolas.

Anexo 2

Visita a Locais Emblemáticos

Nota Prévia

Os espaços visitados rodeiam São Geraldo. A trajectória efectuou-se nas propriedades mais próximas da comunidade, como se poderá verificar na Planta de Localização incluída no presente anexo.

Por não constituir parte fundamental do trabalho, não foram tecidas grandes considerações, mas somente as que considereei relevantes para a localização espacial de alguns aspectos importantes da vida dos narradores.

São Geraldo



Foto 1 – São Geraldo (vista parcial)

Ermida Nossa Senhora do Rosário



Foto 2 – Ermida Nossa Senhora do Rosário
(parte exterior)



Foto 3 – Ermida Nossa Senhora do Rosário
(parte interior – altar)

Situada na Herdade da Comenda da Igreja, assume, ainda hoje relativa importância na memória das gentes de São Geraldo. A devoção à Nossa Senhora do Rosário foi, inicialmente materializada na construção da Igreja de São Geraldo. Posteriormente ergueu-se-lhe também uma ermida, justificada pela forte vontade dos populares, episódio explicado na poesia que José de Matos Júnior lhe dedicou:

À Senhora do Rosário da Ermida da Comenda da Igreja

*I – Em tempos que já lá vão
E de muitos sóis passados
Diz a lenda e há razão
Que a Senhora do Rosário
Visitou São Geraldo
Descendo junto à Ribeira
E por mor da aparição
Fez-se grande devoção
E os homens da governação
Para honrar Nossa Senhora
Coisa que no futuro se veja
Construíram a sua Igreja
No centro da povoação*

*II – As pedras da Construção
Trazidas com sofrimento
Para o nosso futuro tempo
Em honra de Nossa Senhora
Apareciam de manhãzinha
Como sem ninguém saber
E todas elas inteiras
No local da aparição
Junto à nossa ribeira
E o povo dizia então
Ser obra da Santinha
E aumentou a devoção*

*III – Mas gerou grande confusão
No povo de São Geraldo
E nos mandantes do Reino
Sem saber o que fazer
Onde construir o templo
Sem gerar descontentamento
Construir na povoação
Ou então junto à ribeira
No local da aparição*

*IV – Mas a Senhora com bom senso
E com infinita humildade
Que é próprio das divindades
Como a Senhora do Rosário
Fez acabar o calvário
Sem causar a divisão (...)
(...)
E aceitou a construção
Da Igreja de São Geraldo
Há cinco séculos passados*

*V – E pediu uma só Ermida
Junto à nossa ribeira
No local da aparição
E o povo ficou contente
Acabou-se a confusão
E aumentou a devoção
Da nossa boa santinha
Cada vez com mais devotos
De todos e de cada um
Até ao século vinte e um
(...)*

*VIII – E o povo de São Geraldo
Que viu muitos sóis passar
Está hoje reformado (...)
(...)
Já não monda
Já não ceifa
E o gado sente saudade
E a gente da minha terra
Já canta poucas canções
E o vento já se esqueceu
E a Senhora já não tem
Nossas preces e orações*

(José de Matos Júnior. 2005)

Antas

De importância patrimonial considerável, estes monumentos estão enumerados e integrados numa rota. Da informação recolhida junto dos informantes, serviram em tempos de albergue aos malteses¹ que, especialmente no Inverno, ali se abrigavam.



Foto 4 – Anta da Herdade do Paço



Foto 5 – Anta da Herdade da Comenda do Coelho



Foto 6 – Anta da Herdade da Comenda da Igreja

¹ “Vinham descalços, hirsutos, da Beira Interior e do Baixo Ribatejo, em grandes revoadas, manta e ferramental ao ombro, caldeiro na mão. Eram objecto de aluguer nas *praças de malteses*, onde os Lavradores os iam regatear” (Soares 1984: 11).

Comenda da Igreja

Uma das propriedades mais lembradas pelos interlocutores. Está hoje muito bem aproveitada e mantida. Segundo o Sr. José o proprietário é “homem inteligente e que percebe de agricultura e negócios”.



Foto 7 – Herdade da Comenda da Igreja (entrada principal)



Foto 8 – Herdade da Comenda da Igreja (vista panorâmica)

Repoula

A Herdade da Repoula assumiu em tempos um lugar extremamente importante para as populações locais. Foi aqui que o Esfarrapa nasceu e viveu até aos 22 anos de idade; foi aqui também que se iniciou no campo. Foi ainda na Repoula que, passadas algumas gerações, o Nuno nasceu e cresceu.



Foto 9 – Herdade da Repoula

Comenda do Coelho

Segundo os autobiografados, as Herdades da Comenda Grande, Comenda da Igreja, Comendinha e Comenda do Coelho pertenciam à mesma família. A Comenda do Coelho funcionava como espaço principal de todas as outras – era aqui que se encontrava a abegoaria, a carpintaria, etc. Hoje estão todas separadas. Aqui trabalharam durante vários anos o Esfarrapa e o Joaquim Padeiro.



Foto 10 – Herdade da Comenda do Coelho



Foto 11 – Vista panorâmica de São Geraldo (a partir da courelada da Comenda do Coelho – São Geraldo do lado direito e a Comenda da Igreja do lado esquerdo)

Chaminé²



Foto 12 – Herdade da Chaminé (casa principal)

² Aqui trabalhou Joaquim Padeiro: “trabalhei para vários patrões mas mais para um que era aqui da Herdade da Chaminé” (Joaquim Padeiro: 2005).

Varela



Foto 13 – Herdade dos Varelas

Bate-Pé

Conforme tive oportunidade de referir nas considerações finais deste trabalho, a Herdade do Bate-Pé, adquirida em tempos por um espanhol, foi convertida, recentemente, numa unidade de agroturismo³.



Foto 14 – Herdade do Bate-Pé

³ Espaço adquirido e tratado por um espanhol endinheirado em 1955, tornou-se nos dias de hoje num espaço de agroturismo não tão bem arranjado como aparentemente se pode pensar. O Sr. António Filipe (um dos anfitriões da visita guiada) referiu, amargurado: “Antigamente, no tempo do espanhol, isto estava sempre arrumadinho... O Pátio era varrido todos os dias!”.

Comenda Grande



Foto 15 – Herdade da Comenda Grande

Comendinha

O Monte da Herdade da Comendinha albergou, em tempos, mais de trinta famílias, segundo os testemunhos dos interlocutores. Situado num espaço isolado, os moradores foram-se deslocando e há quarenta anos que não é habitado. Hoje está em ruínas.



Foto 16⁴ – Herdade da Comendinha (monte em ruínas)

⁴ Da esquerda para a direita: António Filipe, Nuno Pardal, Cristina Nunes e José de Matos Júnior.

Figura 2 – Carta de Localização de São Geraldo



Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Legenda:

- 1 – São Geraldo
- 2 – Comenda da Igreja
- 3 – Ermida Nossa Senhora do Rosário
- 4 – Repoula
- 5 – Comenda do Coelho
- 6 – Chamimé
- 7 – Bate-Pé
- 8 – Comenda Grande
- 9 – Comendinha